

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A
CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**FRANCA
2016**

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A
CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a titulação de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2016

Walhers, Maicow Lucas Santos.

A construção da identidade profissional em serviço social e a contribuição do estágio supervisionado / Maicow Lucas Santos Walhers. – Franca : [s.n.], 2016.

198 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

1. Identidade profissional. 2. Serviço social - Estudo e ensino.
3. Consciência de Classe. I. Título.

CDD – 361.007

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A
CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Formação e Prática Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta:_____

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Examinador:_____

Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto – FCHS/Unesp

Examinador:_____

Profa. Dra. Leslieane Caputi - UFTM

Franca, ____ de _____ de 2016.

**Aos meus avós Miguel e Aparecida e a minha
afilhada Amanda, razões da minha existência. E a
minha querida orientadora Cirlene, cujos passos
e exemplo de ética, fazem acreditar no Serviço
Social e na humanidade.**

AGRADECIMENTOS

Ao final de nossas longas andanças, chegamos finalmente ao lugar. E o vemos então pela primeira vez. Para isso caminhamos a vida inteira: para chegar ao lugar de onde partimos. E, quando chegamos, é surpresa. É como se nunca o tivéssemos visto. Agora, ao final de nossas andanças, nossos olhos são outros, olhos de velhice, de saudade.

(Rubem Alves)

À Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pela amizade, orientação e paciência em toda essa caminhada. Exemplo de profissional, intelectual, competente e mulher de fibra. Obrigado por ser minha referência na formação profissional e por toda a dedicação desde outros momentos.

Aos meus avós e pais de coração, Miguel e Aparecida, cujo amor e carinho nunca conseguirei expressar. Obrigado por tudo!

Aos meus tios Daniel e Alessandra por tudo que simbolizam em minha vida.

Aos meus colegas e amigos de trabalho do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, obrigado pelo apoio e compreensão nas horas difíceis (e principalmente por me suportar nas minhas “chatices”): Ana Cláudia (Aninha), Fabrícia e Érica.

Aos amigos que realizei ao longo dessa caminhada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e que tem uma representatividade em minha vida: Thiago Rodrigo, Danila, Tatiana Almeida, Anayara, Rosely Grillo, Cacildo, Valquíria Mariano, Lígia da Nóbrega, Vanessa Oliveira, Eliane Amicucci Joice, Aldovano, Tina, Mayara, Miriam Coelho. Sintam-se abraçados.

Em especial a amiga e colega de mestrado Helena Paiva Ligabue sem você não seria possível a conclusão desse trabalho. Minha gratidão por ter auxiliado nas transcrições das entrevistas.

À Gabrielle Sgarbi, grande amiga, que sempre esteve ao meu lado e participou ativamente nesse processo, principalmente na produção acadêmica e científica.

Aos Grupos de Estudos e Pesquisa: GEFORMSS e GEDUCAS, obrigado pelas trocas, momentos de convivência e aprendizado.

A todos os docentes que participaram dessa minha trajetória durante a Graduação e a Pós-Graduação, devo a vocês todo esse processo de aprendizado.

Aos meus sujeitos de pesquisa, que diante da precariedade das condições de trabalho em tempos de intensificação do trabalho se disponibilizaram a participarem da minha pesquisa.

Em especial as Assistentes Sociais da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, pela acolhida, carinho e significativa participação nesta pesquisa.

Aos funcionários da UNESP-Franca, em especial aos da Pós-Graduação que sempre me socorreu nos momentos de sufoco.

Em Especial a Núbia Alcântara, funcionária da biblioteca da UNESP, pela amizade.

“Não temos que defender a Classe trabalhadora. Somos a Classe trabalhadora.”¹

(Yolanda Guerra)

¹ Discurso proferido pela Prof^a Dr^a Yolanda Guerra no 15^a Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS: *“80 anos do Serviço Social no Brasil: A certeza na frente e a história na mão.”* Realizado na cidade de Olinda/PE, entre os dias 5 a 9 de setembro de 2016. Comemorativa dos 80 anos da profissão, 70 da ABEPSS e 20 das Diretrizes Curriculares. Durante a plenária intitulada: *“Atribuições e competências profissionais: as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política em debate.”*

Sobre o Ofício de Construir Estrelas e os Riscos das Verrugas

*Eis minhas mãos:
não tenho porque escondê-las,
ainda que, por teimosia,
tragam verrugas nos dedos
por apontar estrelas.*

*Este é o nosso ofício:
cavalgar verdades cadentes,
eternos/caducos presentes
que comem a si mesmos
mastigando seus próprios dentes.*

*Assim são estrelas:
tempo que tece a própria teia
que o atrela, cavalo que cavalga
a própria sela.*

Distanciamento

Objeto

Estranhamento

Espera

*como pintor ensandecido
que reprova a própria tela.*

*Este é o nosso ofício,
este é o nosso vício.*

*Cego enlouquecido,
visão por trevas tomada
insiste em apontar estrelas
mesmo em noites nubladas.*

*Ainda que seja por nada
insisto em apontá-las
mesmo sem vê-las*

com a certeza que mesmo nas trevas
escondem-se estrelas.
Enganam-se os que crêem
que as estrelas nascem prontas.
São antes explosão
brilho e ardência
imprecisas e virulentas
herdeiras do caos
furacão na alma
calma na aparência.
Enganadoras aparências...

Extintas, brilham ainda:
Mortas no universo
resistem na ilusão da retina.
Velhas super novas
pontuam o antes nada
na mentira da visão repentina.
Sim
são infiéis e passageiras.
Mas poupem-me os conselhos,
não excludo os amores
por medo de perdê-los.
Os que amam as estrelas puras
tão precisamente desenhadas
fazem para si mesmos
estrelas finamente acabadas.
Tão perfeitas e irreais
que não brilham por si mesmas
nem se sustentam fora das bandeiras
e do branco firmamento dos papéis.
Assim se constroem estrelas puras
sem os riscos de verrugas.

Cavalgarei estrelas
ainda que passageiras
pois não almejo tê-las
em frio metal
ou descartável plástico.
Simplesmente delas anseio
roubar a luz e o calor
sentir o vento fértil de seu rastro
tocar, indecente,
meu sextante no seu astro
na certeza do movimento
ainda que lento, que corta a noite
desde a aurora dos tempos.
Eis aqui minhas mãos:
não tenho receio de mostra-las,
antes com verrugas que
em bolsos guardadas.
Eis minhas verrugas,
orgulho-me em tê-las,
é parte do meu ofício
de construtor de estrelas.
Gastarei as verrugas
na lixa da prática,
queimarei as verrugas
com o ácido da crítica
e aprenderei com as marcas
que as estrelas se fazem ao fazê-las
por isso são estrelas.

(Mauro Iasi)

WALHERS, Maicow Lucas Santos. **A construção da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado**. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca. 2016.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender como se configura a construção da identidade profissional em Serviço Social e como o estágio supervisionado contribui (ou não) nesse processo a partir dos sujeitos significativos: supervisores de campo, acadêmicos e estagiários. A identidade profissional caracteriza-se como categoria histórica, que deve ser apreendida somente a partir da dinâmica da realidade social e nela, inserida o Serviço Social enquanto resposta do Estado, da burguesia e da Igreja Católica a partir do agravamento da questão social. Partimos da contribuição da teoria social crítica marxiana, principalmente de Gramsci, para a compreensão do Estado ampliado, da busca pela hegemonia do projeto ético-político no Serviço Social e da identidade profissional. Procuramos analisá-la a partir da categoria trabalho e sua centralidade no mundo do trabalho, enquanto atividade ontológica do homem e sua configuração a partir da constituição da ordem burguesa. O estágio supervisionado é colocado como um dos elementos centrais na construção da identidade profissional e na relação teoria e prática diante da dimensão investigativa e interventiva da profissão. Enquanto espaço de mediação da práxis profissional o estágio supervisionado adquire um novo significado a partir das Diretrizes Curriculares em Serviço Social e da Política Nacional de Estágio – PNE, sendo considerado como um dos momentos onde o estagiário poderá (ou não) se identificar com a profissão, rompendo com a identidade atribuída da profissão ou reforça-la nos espaços sócio-ocupacionais. Também analisamos o Serviço Social na contemporaneidade e sua busca de ruptura com o Serviço Social tradicional e se este se reatualiza frente às mudanças no mundo do trabalho diante do avanço do conservadorismo na profissão.

Palavras-chave: identidade profissional. estágio supervisionado. Serviço Social. ensino-aprendizagem.

WALHERS, Maicow Lucas Santos. **A construção da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado**. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca. 2016.

ABSTRACT

This study aimed to understand how to set up the construction of professional identity in social work and as supervised training contributes (or not) in this process from the significant subjects: field supervisors, students and trainees. Professional identity is characterized as a historical category, which must be understood only from the dynamics of social reality and in it, set the Social Service as a state response, the bourgeoisie and the Catholic Church from the worsening of the social question. We start from the contribution of Marxian critical social theory, especially Gramsci, for understanding the expanded state, the quest for hegemony of the ethical-political project in social work and professional identity. We try to analyze it from the category of labor and its centrality in the world of work, while ontological activity of man and its configuration from the constitution of the bourgeois order. The supervised training is placed as a central element in the construction of professional identity and the theory and practice before the investigative and interventional dimension of professional relationship. While the professional practice mediation space supervised training acquires a new meaning from the Curriculum Guidelines in Social Work and the National Training Policy - PNE, being considered as one of the moments where the trainee may (or not) to identify with the profession, breaking with the identity given profession or strengthens it in social and occupational spaces. We also analyze the social work in contemporary and his quest break with traditional social work and this is renews the face of changes in the world of work before the advance of conservatism in the profession.

Keywords: Professional identity. supervised internship. Social service. Teaching-learning.

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ESSs	Escolas de Serviço Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO 1	
BASES ONTOLÓGICAS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA DA PROFISSÃO.....	23
1.1 As origens da profissão: gênese, constituição e desenvolvimento do Serviço Social no mundo do trabalho	38
1.2 Movimento de Reconceituação e a busca pela superação do conservadorismo na profissão: avanços, rupturas e continuidades	50
1.3 A importância da mediação em Serviço Social: categoria necessária para a compreensão do estágio em Serviço Social.....	71
 CAPÍTULO 2	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: CATEGORIA TRABALHO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	89
2.1 Uma análise do Serviço Social a partir da categoria trabalho e os processos de trabalho	90
2.2 A Formação Profissional a partir das Diretrizes Curriculares: novos marcos para a construção da identidade profissional	111
2.3 Uma análise da Identidade Profissional a partir do compromisso ético-político, da instrumentalidade e da emancipação humana	141
 CAPÍTULO 3	
SERVIÇO SOCIAL E O LUGAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE	152
3.1 Bases sociopolíticas para a efetivação do estágio supervisionado: uma análise crítica frente à conjuntura atual	152
3.2 Estágio e Supervisão em Serviço Social: sua centralidade na formação e na construção da identidade profissional.....	159
3.3 A Política Nacional de Estágio e sua contribuição na efetivação do estágio supervisionado	170

CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	184
------------------	-----

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário com os estudantes do terceiro ano	195
---	-----

Apêndice B – Roteiro de entrevista semi-estruturada	196
---	-----

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	197
--	-----

INTRODUÇÃO

Propor abordar a problemática do estudo da identidade profissional em Serviço Social é o desejo de apontar estrelas, da maravilha do conhecimento e da importância do aprofundamento em relação à temática no Serviço Social. Ao querer contribuir com o ofício de construir estrelas, conforme nos coloca Mauro Iasi ([2008]), em tempos de trevas, de capital fetiche, de coisificação do homem, é acreditar que apesar desse cenário contraditório, de tempo de barbárie; elas existem escondidas mesmo em noites nubladas. E ao insistir neste ofício, em contribuir com a construção do conhecimento na profissão, em apontar mais um estrela no universo do Serviço Social é correr o risco de ter verrugas. Verrugas estas que trago ao leitor. Não tenho o porquê escondê-las, pelo contrário, as trago e compartilho com todos aqueles que com criticidade e compromisso com a profissão, deseja dialogar com a pesquisa realizada, fruto do aprofundamento e da caminhada no programa de Pós-graduação, no nível de mestrado.

Desenhei esta tela, que enquanto “pintor ensandecido que reprova a própria tela”, mostro a você, caro leitor, para a sua análise, e para que possamos junto, construir estrelas, apontá-las e assim contribuir para o fortalecimento da categoria profissional e do projeto ético-político, esta estrela que compartilhamos diante do compromisso com a profissão. Corro o risco das verrugas, diante da escassa bibliografia relacionada à temática, sendo que a obra mais significativa é de Martinelli (2007): *Serviço Social: identidade e alienação*. O estágio também vem adquirindo outro significado a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, onde passa a ser considerado como um dos momentos centrais da profissão. Dessa forma, caro leitor e companheiro de luta, trago minhas verrugas para que você possa analisá-las, tomar sua espessura, sua aparência e possa contribuir nesse processo de construção do conhecimento.

Tratar da questão da identidade profissional no atual momento histórico, onde comemoramos 80 anos da profissão, 20 anos de Diretrizes Curriculares e 70 anos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é ao mesmo tempo desafiador e emocionante, ao evidenciar a importância da história na construção da identidade profissional e na compreensão crítica da realidade social, criando estratégias de enfrentamento do capital e de defesa da formação e

do exercício profissional. Ao mesmo tempo é evidenciar a importância das Diretrizes Curriculares e do protagonismo da ABEPSS na qualidade da formação profissional e como um dos elementos fundamentais para a efetivação do estágio supervisionado e da identidade profissional em Serviço Social.

O estudo da temática da identidade profissional partiu do amadurecimento e aprofundamento teórico realizado durante o curso de Graduação enquanto pesquisador da centralidade do estágio supervisionado no processo de formação profissional em Serviço Social. Através dessa aproximação, percebemos que existe certo consenso na categoria profissional e nas referências bibliográficas sobre sua importância na profissão por contribuir na construção da identidade profissional a partir da inserção do estudante no campo de estágio.

O estágio supervisionado em Serviço Social sempre esteve presente no processo de formação profissional, desde as primeiras escolas no Brasil, adquirindo uma nova dimensão e importância a partir do movimento de reconceitualização em Serviço Social tornando-se necessária a construção de um perfil de formação profissional conciliada com o compromisso ético-político frente aos desafios postos a categoria profissional a partir do agravamento da questão social e suas expressões no mundo do trabalho.

Diante da necessidade de criar um perfil profissional crítico, propositivo e criativo, alicerçado no compromisso com a classe trabalhadora, a categoria profissional articulada coletivamente através de suas entidades representativas - conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como protagonista – construiu coletivamente as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996. A referida construção culminou no compromisso de intentar um novo patamar na formação profissional em todo território nacional, através de uma nova lógica curricular procurando superar a fragmentação dos conteúdos e currículos.

As Diretrizes Curriculares do curso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), trazem um perfil de formação profissional alicerçado em princípios, competências e habilidades necessárias para a formação

profissional e o estágio ganha expressiva relevância diante do caráter interventivo e investigativo da profissão.

Segundo Cirlene Oliveira (2003), o estágio é compreendido como um dos elementos centrais da formação profissional ao propiciar ao estudante a relação entre o conhecimento apreendido na universidade com as experiências vivenciadas no campo de estágio. A partir dessa compreensão é considerado componente curricular obrigatório, devendo ser realizado através de supervisão sistemática do assistente social, supervisor de campo e do docente, supervisor acadêmico.

Dessa forma, o estágio supervisionado caracteriza-se enquanto mediação necessária no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social. A partir dessa configuração, compreende-se que o estágio é um dos elementos centrais na construção da identidade profissional a partir de uma maior aproximação do estagiário com o campo de estágio.

Partindo dessa premissa, procuramos através dos sujeitos integrantes do processo de ensino-aprendizagem – supervisores de campo, estagiários e supervisores acadêmicos, compreender a identidade profissional em Serviço Social e como que o estágio contribui (ou não) para a sua construção.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca apreender os significados dos sujeitos sobre o tema estudado, procuramos inicialmente, realizar um aprofundamento teórico através da pesquisa bibliográfica sobre o assunto relacionado às produções científicas produzidas pela categoria nos últimos anos, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, período que ocorre o processo de reconceituação da profissão. Realizamos esse recorte temporal, porque nesse momento histórico, a profissão revê suas bases sociopolíticas e procura novos referenciais para o embasamento do seu exercício profissional.

Enquanto **procedimentos metodológicos** foram realizados a pesquisa de campo com os sujeitos significativos da pesquisa: supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários, onde o universo da pesquisa caracteriza pelo o vínculo desses sujeitos ao Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) da universidade pública do Estado de São Paulo, campus de Franca. Com os estagiários, foi proposta a aplicação do questionário com os estudantes do quarto ano de Serviço Social, matriculados numa Universidade Pública (Apêndice A), do período diurno e noturno, com o objetivo de analisar como concebiam o Serviço

Social quando iniciaram o curso e se houve alguma mudança durante o processo de formação profissional, principalmente com o estágio supervisionado e qual o lugar que este ocupa no processo de ensino-aprendizagem.

Diante dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora na contemporaneidade, do processo de contrarreforma do Estado, de precarização das relações de trabalho e seus rebatimentos nas políticas públicas, entre elas, a de educação e suas particularidades no ensino superior público. Frente ao avanço do ideário neoliberal e toda a conjuntura sociopolítica da crise do capital principalmente a partir da década de 1990, culminou na atualidade, em um período de refração dos direitos sociais e de luta da classe trabalhadora e de resistência dos seus diversos segmentos, entre eles o de estudantes e profissionais que tem vivenciado de forma direta e/ou indiretamente os impactos do processo de reestruturação do capital e busca pela garantia do processo de acumulação.

Tal situação culminou num período de greve dos estudantes, funcionários e docentes da universidade lócus da pesquisa, sendo uma greve considerada extensa, sobretudo em decorrência do movimento paralista dos estudantes que foi iniciado antes da deflagração da greve pelos três segmentos da Universidade, trazendo reflexos na realização da pesquisa de campo, já que esta coincidiu com o momento de desenvolvimento desta. Diante dessa conjuntura sociopolítica, foi necessário um redimensionamento do instrumental de pesquisa, sendo aplicado com os estudantes do terceiro ano, no segundo semestre.

Esse redimensionamento foi realizado para aproveitarmos a inserção do estudante no campo de estágio e ter certa experiência e acúmulo para tratar da temática. Achamos oportuna a escolha desse ano do curso para aplicarmos o questionário na disciplina de supervisão acadêmica, por ser o espaço onde o estágio é tratado na grade curricular². No período diurno, obtivemos 12 respostas ao questionário e no período noturno 22 respostas, totalizando 34. Atualmente, de acordo com informações da Seção de Graduação da faculdade em que foi realizada a pesquisa, são 35 estudantes matriculados no diurno e 40 no noturno.

É importante destacar que no dia da aplicação do questionário, a docente responsável pela disciplina não pode comparecer devido a necessidade de realizar um procedimento de saúde, sendo substituída por dois professores que revezaram

² A nova grade curricular está assentada novo projeto político pedagógico implantado em 2015.

no período diurno e no noturno. A aplicação do questionário teve o consentimento da responsável pela supervisão acadêmica.

Uma das docentes que assumiu a disciplina no diurno mencionou que a supervisão acadêmica está no currículo, mas não tem espaço na grade curricular do curso e que os estudantes do terceiro e quarto ano atualmente tem a disciplina de supervisão através do espaço cedido por professores de outra disciplina. Somente a partir do próximo ano, que a supervisão acadêmica terá espaço na grade curricular.

Esta situação reflete decisivamente no processo de formação profissional e nos faz refletir sobre os desafios enfrentados para a realização do estágio conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares e pela Política Nacional de Estágio. Por não estar presente na grade curricular, os estudantes não se apropriam desse espaço, sendo que segundo a supervisora acadêmica, são poucos os estudantes que frequentam esse espaço, apresentando muitas faltas.

Após a apropriação dos questionários, foram avaliadas as respostas dos estudantes e optamos pela utilização das categorias analíticas, que permite utilizar determinados conceitos, eixos de análise que representam a fala dos sujeitos entrevistados, sem perder o significado e a essência das falas dos entrevistados, contribuindo para atribuição de significados para facilitar a compreensão de sua utilização na pesquisa. Concordamos com Minayo (2004), que as falas dos sujeitos são portadoras de significados, revelando o pensamento os valores, normas e formas de pensamento de determinados grupos em condições sócio-históricas e culturais específicas.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2004, p. 110).

A partir desse referencial, realizamos entrevistas semi-estruturadas com os supervisores de campo e acadêmicos, com o objetivo de uma aproximação inicial em relação ao nosso objeto de estudo. Foram aplicadas seis entrevistas com supervisores de campo com no mínimo quatro anos de exercício da supervisão e que estivessem supervisionando no período da realização da pesquisa, esse critério foi utilizado diante da necessidade de experiência significativa e de acúmulo em

relação a supervisão. As entrevistas foram norteadas por um roteiro orientador (Apêndice B).

Diante da importância do sigilo profissional na pesquisa, os nomes dos sujeitos que participaram das entrevistas foram trocados por nomes fictícios. Em relação aos estudantes, foram colocados nomes genéricos, por não ter identificação nos questionários aplicados.

Dos seis supervisores de campo entrevistados, selecionamos três que atuam na política de saúde e três na política de assistência social. Escolhemos essas áreas, pois historicamente a política de saúde foi a que mais demandou a atuação do assistente social, principalmente no pós-guerra, na década de 1945. Atualmente com a consolidação da assistência social enquanto política pública e direito social garantido a partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 1993 (BRASIL, 1993a), esta passa a ser a área de maior atuação profissional. Em relação aos supervisores acadêmicos, foram entrevistados dois supervisores acadêmicos iniciados pelo Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) da faculdade.

O segundo momento da pesquisa de campo seria caracterizado pela realização do grupo focal com todos os sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem. Esta fase da pesquisa não foi possível ser realizada, diante do contexto elucidado anteriormente, de precarização e intensificação do trabalho dos profissionais, não foi possível reunir todos os sujeitos para a realização do método proposto.

A maioria dos supervisores de campo entrevistados encontra dificuldades para conciliar seus horários de trabalho para participação das entrevistas e declararam dificuldades para a participação do grupo focal, justamente por ter que conciliar o horário com todos os integrantes. Destacamos que dos seis supervisores de campo, quatro são trabalhadores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Franca e mesmo assim foram encontradas dificuldades para a realização do grupo focal.

Partimos do referencial teórico para a compreensão do estágio supervisionado enquanto um dos momentos centrais na formação profissional diante da dimensão interventiva da profissão e de sua contribuição na construção da identidade profissional, que conforme nos coloca Buriolla (1995, p. 13):

O estágio é concebido como um espaço de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.

Já em relação à concepção de identidade profissional, compartilhamos com Martinelli (2007), onde a analisa como uma categoria histórica, que permita o profissional apreender tanto a profissão, como sua prática profissional a partir do mundo capitalista, tomando-as como contraditório e complexo.

Devemos analisá-las a partir da historicidade do movimento do real, das suas contradições e antagonismos que determina e condiciona a constituição do Serviço Social no mundo do trabalho, enquanto profissão inserida na dinâmica da sociedade capitalista. É a partir da perspectiva de totalidade que buscamos apreender a constituição da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado nesse processo. É “[...] a categoria da totalidade, o domínio universal do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.” (LUKÁCS, 2003, p. 105).

Diante dos estudos realizados, através da bibliografia referenciada sobre o tema, percebemos que as entrevistas e os questionários aplicados, representam significativamente a fala o nosso objeto de estudo, dando elementos fundamentais para a compreensão da temática.

No primeiro capítulo, realizamos um breve resgate do processo histórico de construção da identidade profissional em Serviço Social desde a sua gênese enquanto prática social a partir do surgimento da sociedade capitalista enquanto uma forma de resposta da articulação entre três atores sociais: Estado, Igreja e Burguesia. Analisamos as particularidades da identidade profissional no cenário da sociedade brasileira a partir do desenvolvimento do capitalismo tardio na década de 1930 e a influencia da Igreja na formação profissional do assistente social, em um contexto social marcado por profundas transformações vivenciadas no mundo do trabalho.

Avaliamos como se deu o avanço da profissão nas décadas seguintes, desde o processo de crítica e questionamento da ordem burguesa e a busca de redemocratização do país na década de 1960, até o momento de intenção de

ruptura com o Serviço Social tradicional na década de 1980, onde a profissão vivencia o movimento de reconceituação e de construção do projeto ético-político. Período histórico que o Serviço Social adquire um novo estatuto profissional reconstruindo as suas bases sociopolíticas e sua identidade profissional.

No segundo capítulo, procuramos compreender a identidade profissional na contemporaneidade a partir da aproximação da profissão com a teoria social crítica marxiana, partindo da categoria trabalho como eixo fundante da constituição do ser social e da sociabilidade burguesa.

A identidade profissional é entendida como categoria histórica e o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho e tendo como direção social a afirmação do compromisso ético-político em direção da emancipação política e humana. A categoria trabalho é apreendida na sua contradição: enquanto categoria de coisificação do homem na sociedade capitalista e também enquanto instrumento da sua superação.

No terceiro capítulo, abordamos a importância da formação profissional e do estágio supervisionado na construção da identidade profissional tendo como referências as Diretrizes Curriculares que trazem um novo patamar para a formação profissional, ao propor a articulação entre teoria e realidade social a partir dos núcleos de fundamentação e da organização do currículo sob uma nova lógica curricular.

Destacamos a importância do estágio supervisionado diante da dimensão interventiva no Serviço Social, caráter este que deve ser assentado numa visão crítica da realidade social. Também procuramos compreender como que os sujeitos integrantes do processo de formação profissional compreendem a identidade do Serviço Social e se o estágio contribui (ou não) na sua construção.

CAPÍTULO 1

BASES ONTOLÓGICAS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA DA PROFISSÃO

A identidade do Serviço Social está relacionada com a imagem que a sociedade reproduz em relação à profissão, que está intrinsecamente vinculada com o seu processo histórico de constituição no mundo do trabalho e com a sua forma de ser, ou seja, sua dimensão ontológica, como os sujeitos sociais se articulam e se organizam no mundo do trabalho, alicerçado no compromisso ético-político, nos fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos que norteiam sua práxis profissional, haja vista, a dimensão interventiva da profissão, frente aos desafios da questão social, que é o objeto da sua atuação profissional que deu origem e materialidade ao Serviço Social, frente à divisão sociotécnica do trabalho coletivo.

Inicialmente partimos do entendimento da identidade profissional como uma categoria histórica, conforme nos coloca Martinelli (2007), e que está em constante construção, não sendo algo pronto e acabado, mas vinculada organicamente com a dinâmica da realidade social, estando atrelada a própria constituição da profissão no mundo do trabalho, suas contradições, antagonismos e luta de classes.

Dessa forma, concordamos com Iamamoto (2008a), que parte da compreensão da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, como expressão das contradições da sociedade capitalista. Sendo um dos veios analíticos referendados por alguns segmentos da categoria profissional a partir do movimento de reconceituação na década de 1980, que “[...] considera o Serviço Social como uma *especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção das relações sociais.*” (IAMAMOTO, 2008a, p. 83-84, grifo da autora).

A partir desse referencial, o assistente social é considerado enquanto trabalhador, que historicamente, sendo considerado enquanto profissional liberal, por possuir relativa autonomia profissional – tendo a lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética como norte para o exercício profissional, que diante da sua inserção nas políticas sociais, sendo demandado pelo Estado e pelo mercado de trabalho, se vê compelido a vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social, procurando dar respostas frente às expressões da questão

social³, que são oriundas do processo de exclusão social, das contradições e antagonismos das classes sociais no bojo da sociedade capitalista.

Inserido no mundo do trabalho e nas relações sociais de produção, o Serviço Social se configura como uma resposta do Estado, da Igreja e da burguesia diante do agravamento da questão social e do rebatimento de suas mazelas na vida social da classe trabalhadora. No Brasil, o surgimento e desenvolvimento da profissão se particularizam no estágio de desenvolvimento monopolista do capital através de grande endividamento externo no período desenvolvimentista. Período este de transição da economia agrícola para o processo de industrialização do país, onde se verifica as contradições oriundas diante da crise cafeeira e a necessidade de inserir o país no processo de expansão do capital pelo mundo.

A transição para a década de 1930 foi permeada pelo contexto de insatisfação popular das duas primeiras décadas do século XX, com a crise cafeeira e um enorme contingente da população dirigindo-se ao meio urbano, aliado às dificuldades de nossa burguesia em se constituir enquanto classe dirigente. Em meio à crise da aliança oligárquico-burguesa até então constituída, com uma sociedade mais complexa e moderna, foi imprescindível a passagem do modelo produtivo agroexportador para a construção das bases de industrialização no país, com a recomposição da elite dominante, mais uma vez “pelo alto”. Tal processo proporcionou novos rumos ao tratamento da “questão social”, à política educacional brasileira, ao ensino superior, e, por fim, possibilitou o surgimento das primeiras ESSs no país. (DAHMER PEREIRA, 2007, p. 96).

Observa-se que a constituição da profissão no cenário brasileiro, se realiza em um contexto sociopolítico marcado pelo reordenamento das forças sociais no terreno da luta de classes, onde diversos atores se articulam procurando garantir sua hegemonia política, levando a cabo a luta pela garantia dos seus interesses e dos seus projetos societários.

³ A questão social é o embate da relação capital/trabalho a partir da luta de classes, cujas expressões são materializadas a partir das contradições do capitalismo, como a miséria, a pobreza, o desemprego, a violência, entre outros, que rebatem na vida da classe trabalhadora e na qual o assistente social é requisitado para dar respostas. A partir do projeto ético-político profissional, os assistentes sociais procuram fortalecer o polo da luta da classe trabalhadora enquanto sujeito coletivo, procurando contribuir para o tensionamento político na direção social de uma nova sociabilidade para além do capital e do seu modo de produção assentado na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos meios de produção. Segundo Iamamoto (2008a, p. 27), a questão social pode ser apreendida: “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

A formação socioeconômica do país coloca elementos fundamentais para a constituição das classes sociais a partir do desenvolvimento do capitalismo tardio, onde percebemos uma classe dominante que centrava seu poder político e econômico no setor agrícola, de origem agroexportadora e oligárquica e uma classe trabalhadora, onde sua maioria tem sua origem no regime escravocrata em sua maioria.

O desenvolvimento da sociedade capitalista de forma tardia se dará através da confluência de traços conservadores e autoritários, marcados pelo processo de colonização, por longos períodos de escravidão e de ditadura que marcaram as décadas seguintes de constituição da profissão no país. Esses fenômenos sociais, que caracterizam a forma como se constituiu as classes sociais no país, atravessaram a constituição do Serviço Social no cenário brasileiro e a formação da sua identidade profissional.

Desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social. A memória histórica registra lutas de índios, negros, brancos e mestiços pobres que viviam nos vilarejos, e brancos pertencentes às camadas médias influenciadas pelas ideologias libertárias, contra a opressão dos colonizadores europeus. (GOHN, 2000, p. 15).

Dessa forma, percebemos que a identidade profissional está dentro dos temas considerados “mal ditos” (mal compreendido) na categoria profissional, sendo pouco pesquisado⁴ e problematizado, e muitas vezes, compreendido de forma enviesada e distorcida. Assim, compreendemos a importância do estudo da temática no Serviço Social e sua apreensão crítica a partir do próprio movimento da história e da realidade social.

Essas dimensões da divisão sócio-técnica do trabalho e dos seus processos estão relacionadas à forma de constituição da profissão, formando sua dimensão ontológico-social. Desde sua gênese, vincula-se como uma forma de resposta da sociedade frente aos antagonismos das classes sociais e das contradições do modo de produção capitalista, dando a direção social da profissão. A ideologia burguesa e os fundamentos religiosos da Igreja Católica nortearam a visão de mundo dos primeiros agentes sociais, que interviam nas expressões da questão social de forma psicologizante e moralizadora.

⁴ A maioria dos estudos relacionados a temática, caracteriza-se pelas obras de Maria Lúcia Martinelli. Sendo sua maior expressão a obra publicada através da editora Cortez. Para maior aprofundamento, consultar: Martinelli (2007).

Este processo de profissionalização é mediatizado pelas experiências assistenciais e estratégicas de formação de quadros especializados nesta área, desenvolvidas pelo Estado, Igreja, e outros setores da sociedade civil no enfrentamento da questão social e referenciado teoricamente no progresso técnico-científico-filosófico incorporado a estas práticas. (ABREU, 2011, p. 40)

Segundo Montañó (2007), em sua obra sobre *“A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a ‘especificidade’ e sua reprodução”*, em seu primeiro capítulo, problematiza que existem duas teses sobre a natureza e gênese da profissão, que de certa forma, compreendemos que estão relacionadas com a construção da identidade profissional.

Esses elementos interpretativos, que analisaremos com maior profundidade mais a diante⁵, são antagônicas: uma é uma visão endogenista, que analisa a profissão, a partir do desenvolvimento das técnicas de ajuda, caridade e de filantropia, e a outra, está relacionada com a perspectiva histórico-crítica, que parte da compreensão do Serviço Social a partir do seu surgimento no mundo do trabalho e dos antagonismos das classes sociais. Para Montañó (2007, p. 18):

[...] afirmamos que não houve um debate que tenha sido apropriado pelo conjunto da categoria. A referência explícita que os autores da segunda tese fazem da primeira é mínima ou nenhuma, o que confirma a quase ausência de debate crítico, explícito e aberto sobre ambas às maneiras de pensar essa questão.

Mais do que isso, percebemos que este nó teórico-metodológico, rebate na construção da identidade profissional, principalmente na contemporaneidade em que presenciamos o desmonte das políticas sociais, a contrarreforma do Estado, o sucateamento do ensino, sobretudo, do ensino superior, com novas modalidades de ensino. Tal quadro tem provocado à preocupação da categoria profissional em relação ao perfil de profissional que se deseja formar, que esteja atento às demandas do mundo do trabalho, não para subjugar as suas exigências, mas para apreendê-las criticamente e propor alternativas de atuação profissional em consonância com o projeto ético-político profissional.

Isaura Oliveira (2010) nos alerta que o debate a respeito da formação em Serviço Social e do perfil que se deseja formar frente às mudanças do mundo do trabalho é uma questão sempre contemporânea, diante da dinamicidade da

⁵ Analisaremos com maior profundidade essa questão a partir do segundo capítulo, ao abordar a identidade profissional na contemporaneidade.

realidade social e dos desafios postos nos espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, falar de perfil profissional é falar de identidade:

A primeira discussão feita em nosso projeto curricular, ao afirmar os “princípios norteadores, do processo formativo são direcionados à formação de um profissional dotado de competência teórico-crítica, com uma sólida aproximação das vertentes do pensamento social contemporâneo e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social a exigir a afirmação do trato teórico-metodológico rigoroso aliado a um atento acompanhamento histórico da dinâmica da sociedade”. É por isso que o maior desafio está na articulação entre a profissão e a realidade social, **certo que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade**. (OLIVEIRA, I. I. M. C., 2010, p. 738, grifo nosso).

Antes de avançarmos no debate é necessário elucidar a concepção de identidade que embasa a nossa pesquisa, que segundo Dubar (2005), é produto do processo de socialização dos sujeitos históricos dentro de uma determinada sociabilidade. Ou seja, produto das relações sociais, historicamente construídas a partir do movimento da realidade social e a sua lógica dialética de constituição da sua dinâmica. A identidade a partir da concepção sociológica tem a centralidade da análise, trazendo na sua constituição a relação do indivíduo – aqui sendo compreendido enquanto sujeito social, com a dada sociedade.

A construção da identidade não é um processo linear, mas dialético, através do processo de negação e superação e de interação do sujeito com a sociedade em que está inserido, sendo assim relacional, produto das relações sociais e sua constituição enquanto um processo dialético, determinado por condições objetivas e históricas, inscritas na divisão sociotécnica do trabalho coletivo e das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos e socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem instituições. (DUBAR, 2005, p. 136).

Martinelli (2007) a identidade está relacionada com a tomada da consciência crítica dos assistentes sociais a partir de condições históricas determinadas. A consciência crítica é formada pela constituição da classe trabalhadora enquanto coletivo, onde passa de “classe em si” para “classe para si”, tornando-se um sujeito coletivo que reconhece a sua função social no mundo do trabalho enquanto classe revolucionária, na qual o assistente social é integrante. Daí a importância da

compreensão do processo de constituição da identidade da profissão a partir da apreensão da forma como os sujeitos sociais se articulam no mundo do trabalho, procurando viabilizar seus projetos societários enquanto classe. A autora destaca, ao analisar o processo histórico a partir da década de 1970, de busca de ruptura com o Serviço Social tradicional, a constituição da identidade profissional.

Tal identidade por certo não poderia ser encontrada no “deserto da essência” a que se referiu Hegel, nem sequer nas estruturas organizacionais em que o Serviço Social estava inserido, e muito menos no emaranhado de interesses contidos no projeto de hegemonia da classe dominante. Era na realidade concreta, no movimento da luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção poderia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude histórica e movimento interno incessante. A tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determinava um novo percurso para a caminhada da categoria profissional, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares. Estas, enquanto usuárias de seus serviços, eram parceiras indispensáveis na tarefa de construção de identidade. (MARTINELLI, 2007, p.147).

A profissão é resultado da luta de classes, numa perspectiva de totalidade, refletindo a articulação coletiva dos sujeitos sociais no cenário da sociedade capitalista, a partir dos interesses e perspectivas frente a projetos societários mais amplos. Não podendo ser concebida a profissão, fora desse contexto e da direção social que a categoria profissional tendo dado diante das contradições da realidade social em cada momento histórico. A construção da identidade profissional se dá no processo de identificação da categoria com a classe trabalhadora e com sua luta política e social.

Ainda o autor complementa que é a partir da relação do homem com a sociedade que ele irá construir a sua identidade através da apropriação ou negação de determinados elementos seja na relação com outros homens ou com as instituições. Esse processo de apropriação ou de negação e superação se darão a partir da sua subjetividade. Para o autor, esse processo se dá em dois momentos distintos: o primeiro se realiza através da relação do sujeito com a instituição. Já o segundo se configura como o próprio processo histórico de constituição do sujeito.

A relação do homem com a instituição não pode ser compreendida de forma atemporal, pois estas também se caracterizam como formas de respostas do Estado frente ao agravamento da questão social, reproduzindo as relações de dominação

presentes na sociedade e suas contradições, sendo dessa forma, historicamente determinadas, por estas relações sociais.

A identidade para o autor não é considerada como algo estanque, fechada em si mesma, pronta e acabada, não sendo nunca definitiva, mas que estará sempre sujeita às mudanças provocadas pelas condições históricas vividas pelo sujeito em um dado momento histórico (DUBAR, 2005).

A construção da identidade profissional é fator de múltiplas determinações, estando dialeticamente relacionada com as vivências do sujeito e o seu processo de constituição na sociedade e relação com os outros sujeitos sociais e coletivos, seja a família, a escola, o trabalho.

Essas dimensões de subjetividade e objetividade que atribui materialidade a sua consolidação: a forma como a profissão compreende a profissão e como os assistentes sociais se apropriam do Serviço Social através da sua formação profissional, esta sendo entendida enquanto formação continuada que inicia na graduação e percorre por toda a vida profissional.

Destacamos a importância de apreender a subjetividade⁶ em Marx e sua contribuição para a construção da identidade profissional, a partir da compreensão da subjetividade a partir de suas múltiplas determinações.

A temática da subjetividade no campo do marxismo tende a ser tratada com estranhamento, não só porque no âmbito do senso comum difunde-se um antagonismo entre o campo da singularidade e o dos projetos coletivos, mas porque, igualmente, no interior da própria esquerda, a questão da produção dos sujeitos vem sendo considerada de forma preconceituosa e/ou reducionista. (SILVEIRA, 2002, p. 7).

Esta não pode ser tomada de forma reducionista, não apreendendo as especificidades desse pensamento, a partir das mediações necessárias para a compreensão dos fenômenos sociais numa perspectiva de totalidade. O movimento realizado pela realidade social que articula os fenômenos sociais do universal para o singular a partir das particularidades sócio-históricas, político e culturais, permite apreender como se constitui a subjetividade através do processo histórico. Machado (2008, p. 191), destaca a importância das particularidades para a compreensão da subjetividade:

⁶ Para maior aproximação e aprofundamento da questão da subjetividade em Marx: Alves (2011) Destacamos a importância da aproximação da subjetividade em Marx a partir da categoria trabalho, mas diante do nosso objetivo, não realizaremos essa aproximação, somente abordaremos a identidade a partir da categoria trabalho e as mudanças no mundo do trabalho.

O termo políticas de subjetivação se refere a um processo contínuo de produção social da subjetividade no que diz respeito à criação, bem como à mortificação, da vida humana em sua integralidade. Dito de outra forma, a subjetividade não é uma instância privada e estanque do meio, também não é um receptáculo desse mesmo meio. Há entre subjetividade e sociedade uma produção que se dá em conjunto. Assim, determinadas condições de vida criam formas de se estar no mundo. Os aspectos econômicos e culturais, a cidade, o emprego e o desemprego, a escolaridade e o analfabetismo, o medo, a violência, a miséria, os fundamentalismos religiosos, as guerras, as etnias, as diferenças, os preconceitos, a solidariedade, os projetos de vida, a falta de perspectiva, as políticas públicas, dentre tantos outros aspectos, se misturam e dão corpo ao que se chama subjetividade. Todas as políticas que se encontram em curso no campo social produzem e expressam, ao mesmo tempo, modos de vida.

Para compreendermos como se dá a construção da identidade profissional em Serviço Social ao longo do processo histórico de constituição da profissão, torna-se necessário, analisá-la a partir das mudanças do mundo do trabalho, tomando-a como parte constituinte desse processo, e tendo os seus rebatimentos e suas múltiplas determinações na forma como os sujeitos sociais, enquanto coletividade dão respostas frente às contradições da sociabilidade burguesa.

A partir dessas primeiras aproximações, algumas categorias elucidam para a compreensão do nosso objeto de estudo, entre elas a de bloco histórico, hegemonia e consciência de classe. Algumas delas, encontradas no pensamento de Gramsci, que trouxe importantes contribuições para compreensão do universo da cultura e da sociedade civil a partir do Estado ampliado. Embasamos no pensamento Gramsciano, diante da sua importância para análise do processo histórico de constituição da identidade profissional em Serviço Social, da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e com o conservadorismo na profissão e da busca de superação da identidade atribuída para a construção de uma identidade para si.

Esta perspectiva só é possível ser analisada a partir da categoria da hegemonia em Gramsci, pois sabemos que apesar do movimento realizado pela categoria para construir uma profissão alicerçada no compromisso ético-político com a classe trabalhadora, ainda persiste lastros do conservadorismo no Serviço Social, diante da reprodução de práticas reiteradas e do avanço do pensamento neoconservador através da influência do pensamento pós-moderno⁷. Reatualizando questões como o sincretismo na profissão, como nos alerta Josiane Santos (2007).

⁷ Para maior aprofundamento em relação ao conservadorismo e o neoconservadorismo na contemporaneidade e sua influência no Serviço Social a partir da pós-modernidade, consultar: Josiane Santos (2007).

Existem aquelas críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas, e existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação de “lacunas” e o aumento de sua pontencialidade explicativa com os “paradigmas pós-modernos”. (SANTOS, J. S., 2007, p. 87).

Gramsci⁸ é importante pensador que contribuiu para o desenvolvimento do pensamento de Marx. Desta forma, o pensamento gramsciano traz importantes elementos para a compreensão da formação da identidade profissional a partir de categorias ontológico-sociais que permitem apreender a identidade no movimento histórico da sociedade capitalista a partir do bloco histórico, pela formação das estruturas e superestruturas que refletem o conjunto das relações sociais de produção. “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.” (GRAMSCI, 2004, p. 250).

A concepção de Estado ampliado em Gramsci permite avançar na compreensão do Estado numa perspectiva de totalidade, ao ampliá-lo para a sociedade civil, onde distingue os seus aparatos (coercitivo e ideológico), importantes para apreender o movimento da sociedade e do Serviço Social e sua constituição no mundo do trabalho, não incorrendo no risco de cair numa visão endógena ou messiânica da profissão, ao perceber a profissão enquanto produto das relações sociais.

Outra categoria que destacamos é o do intelectual orgânico, que tem uma importante função ao difundir o pensamento da sua classe social, por estar organicamente vinculada a ela. O intelectual orgânico deve contribuir para a socialização das verdades descobertas para o alargamento das contradições da sociedade capitalista e a busca pela hegemonia da classe trabalhadora. É esta busca de hegemonia e de luta das classes sociais ao longo das décadas de 1960, que se agudiza nas décadas posteriores que levou a classe trabalhadora a se organizar politicamente em busca de superação da ditadura militar e a busca pela garantia dos direitos sociais e de redemocratização do país.

As idéias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar outra filosofia e outra política, capazes de promover a

⁸ Uma das obras do pensador que foram utilizadas como referência no estudo das categorias norteadoras na compreensão da identidade profissional: Gramsci (2004).

superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular. (SEMERARO, 2006, p. 380).

O desenvolvimento da sociedade atual é marcado por constantes processos dialéticos de negação e superação das suas contradições, que particularizam em conjunturas sociopolíticas e que influenciam na formação da consciência de classes dos sujeitos sociais e na forma como se articulam para a defesa dos seus interesses.

Historicamente percebemos que a burguesia conseguiu que o seu projeto societário torna-se hegemônico, porque encontrou condições sociopolíticas, econômicas e culturais a partir das contradições do antigo regime e das transformações sociais, através do desenvolvimento das forças produtivas pelas revoluções francesa, industrial e demais revoluções coladas em curso no processo histórico da sociedade capitalista, que iniciaram primeiramente na Europa e se expandiram pelo mundo, na busca da legitimação do modo de produção capitalista assentada na divisão social do trabalho.

A burguesia se consolidou enquanto classe e levou a revolução burguesa que permitiu o surgimento e o desenvolvimento da sociedade capitalista, através do desenvolvimento das forças produtivas, que teve a classe trabalhadora como principal sujeito político e aquela enquanto classe dirigente, que criou sua contra-hegemonia frente ao antigo regime e o seu modo de produção feudal.

Esse momento histórico é fundamental para apreender a categoria de classe dirigente e hegemonia em Gramsci (2004), sendo que a burguesia conseguiu sua hegemonia, por ter articulado força política junto à classe trabalhadora para efetivar seu projeto de classe. A classe dominante caracteriza-se por uma minoria, mas que historicamente, levou a cabo seu projeto societário, dando a direção social na busca pela efetivação dos seus interesses⁹.

Para Marx e Engels (1993) a infraestrutura é a estrutura material da sociedade, sua base econômica, que consiste nas formas pelas quais os homens produzem os bens necessários à sua vida, já a superestrutura corresponde à estrutura jurídica-política e ideológica. A posição do marxismo, é que a infraestrutura

⁹ Para melhor compreender o pensamento moderno e o desenvolvimento da razão humana e a crítica realizada por Theodor W. Adorno em relação a razão dialética que se torna instrumental, por não conseguir realizar os ideais iluministas, consultar: Adorno (1985).

determina a superestrutura, mas ao tomar conhecimento das contradições, o homem pode agir ativamente sobre aquilo que o determina.

Acreditamos que a formação da consciência de classe está relacionada com cada momento histórico, cujo bloco histórico, é formado por determinadas relações sociais, onde as múltiplas determinações sócio-históricas, políticas e culturais, determinam a constituição da consciência dos sujeitos sociais através da estrutura e superestrutura e do sistema de valores, ideologias e formas de pensar criam as condições objetivas para a formação desta consciência.

Dessa forma a importância de apreender a função do intelectual orgânico em Gramsci (2002), que tem como papel a conquista da hegemonia da sua classe através da organização da cultura e dos valores da sua classe e da sua organização política. Conforme nos coloca o próprio Gramsci (2002), o intelectual orgânico é um “construtor, organizador, educador permanente”. Desenvolveremos essas categorias de análise no segundo capítulo.

A formação da identidade profissional em Serviço Social está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas em um determinado bloco histórico e como estas determinações sociais se particularizam em cada conjuntura, onde os sujeitos sociais procuraram construir uma identidade de classe a partir da identificação enquanto membro da classe trabalhadora, se constituindo enquanto “classe para si”, organizada politicamente.

A identidade profissional não pode ser vista de forma endógena e messiânica, mas enquanto resultado das relações sociais e da busca pela hegemonia da classe social, que encontrou terreno fértil para a construção da contra-hegemonia frente ao agravamento da questão social e a busca pela redemocratização do país, que no Brasil se inicia a partir da década de 1960, com o recrudescimento da ditadura militar e seu exaurimento, frente às contradições da própria sociedade capitalista e a crise do seu modo de produção.

A transformação da consciência individual e fragmentada em consciência de classe, política e organicamente vinculada a sua classe social, contribuindo para o fortalecimento do projeto societário que marca a direção social em busca da emancipação humana, se realiza a partir de condições sociais determinadas que contribuam para a superação dos antagonismos e contradições de um determinado

modo de produção, criando as condições objetivas e subjetivas para a contra-hegemonia a ordem societária vigente.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48).

A partir dessa perspectiva elucidada, percebemos que as contradições e antagonismos presentes na nossa sociedade contribuíram para a constituição do Serviço Social enquanto resposta da burguesia, do Estado e da Igreja, frente ao agravamento da questão social e do movimento da classe trabalhadora, num processo de reconhecimento enquanto “classe em si” para “classe para si”, que culminará a partir da década de 1970 num processo de renovação da profissão. Para compreendermos o processo de constituição e desenvolvimento da profissão, torna-se necessário apropriar-se das categorias ontológicas em Gramsci conforme mencionado anteriormente.

Assim, a ausência de identidade profissional acaba por configurar um problema de graves consequências, pois fragiliza a consciência social da categoria profissional, impedindo-a de ingressar no universo da “classe em si” e da “classe para si” do movimento operário. Não reunindo condições para realizar o percurso em direção a uma consciência crítica, política, a profissão não consegue igualmente, até mesmo por seus limites corporativos, participar da prática política da classe operária [...]. (MARTINELLI, 2007, p. 19).

O desenvolvimento da sociedade capitalista criou as condições objetivas tanto para o seu desenvolvimento enquanto modo de produção da vida social, quanto às contradições para a sua superação, tendo a classe trabalhadora, enquanto sujeito coletivo e revolucionário, capaz de fomentar as condições necessárias para superação da lógica de exploração da sociedade capitalista, assentada na propriedade privada dos meios de produção, condição ontológica da produção e reprodução do capitalismo enquanto ordem social, política e econômica, hegemonicamente vigente.

O reconhecimento e o pertencimento a classe social, é um importante elemento para a formação da consciência coletiva e para a constituição da classe

trabalhadora como sujeito histórico capaz de romper com a alienação e com os mecanismos de exploração e criar as condições históricas para a superação da sociabilidade burguesa. Constituindo-se enquanto “classe para si”, conforme nos coloca Martinelli (2007), realizando a crítica radical da ordem do capital.

A identidade profissional não pode ser tomada como algo específico da profissão, que ocorre através do desenvolvimento da profissão de forma “natural”, através da sua tecnificação ou capacitação profissional, perspectiva endógena que ainda se reatualiza na profissão.

A identidade profissional não podia se confundir com o idêntico, nem tampouco com a igualdade e muito menos com a uniformidade – um vazio insípido e desprovido de relações – assim como não podia ser pensada como algo fixo, imóvel, estagnado e petrificado. Era preciso visualizá-la sempre como uma categoria essencialmente dinâmica, **construindo-se permanentemente no confronto com as contradições do real e em meio às determinações sociais**. Tempo e movimento configuravam, então, variáveis intrinsecamente relacionadas com a construção da identidade, o que tornava impossível aprisioná-la em esquemas rígidos e imutáveis, ou mesmo apreendê-la apenas a partir de sua representação aparente (IAMAMOTO, 2007, p. 17, grifo nosso).

A formação está alicerçada no mundo do trabalho e vincula-se ontologicamente com o próprio movimento do real, suas contradições e antagonismos. Dessa forma, falar de identidade profissional é tomá-la a partir das mudanças do mundo do trabalho e da luta de classes e o reconhecimento e pertencimento da categoria enquanto membro da classe trabalhadora, tendo a mesma direção social e compromisso político com a revolução social, desse sujeito coletivo revolucionário, que se constituiu e reconheceu enquanto classe no desenrolar da própria história, enquanto história de luta de classes. Conforme nos coloca Martinelli (2007, p. 35), a identidade profissional está intrinsecamente relacionada com o processo histórico:

Como categoria histórica que é, a identidade se constrói no movimento da história, ao longo da caminhada da própria classe, que ao produzir a sua existência, a sua vida material, produz a história humana. Esta, portanto, uma história viva, candente, multidimensional, plena de movimento, pulsando a própria vida.

A autora nos chama a atenção para a construção da identidade profissional como uma categoria histórica, que se dá nas relações sociais e sofrem as determinações sociais dos fenômenos sociais, suas contradições, antagonismos,

relacionada com a luta de classes. Não há como pensar a identidade profissional fora das relações sociais, do modo de produção capitalista, que contribuiu para a gênese da profissão, sua constituição no mundo do trabalho, o seu desenvolvimento. E, posteriormente, através do movimento de reconceituação a busca pela superação da sua identidade atribuída organicamente impregnada no seio da profissão.

Esta perspectiva permite avançarmos na análise dos desafios postos para a profissão, pois suas demandas e a função social estão organicamente vinculadas às contradições do capital, que criaram as condições objetivas, o terreno histórico-político, para o seu surgimento. Esta é a base ontológica do Serviço Social, enquanto profissão interventiva, inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletiva e que surge a partir das contradições do capital.

A necessidade do Serviço Social no mundo do capital está organicamente vinculada às expressões da questão social, suas mazelas e os antagonismos das classes sociais. O que diferenciá-la, será o posicionamento ético-político desta, no tensionamento das forças sociais, seja em direção dos interesses da classe trabalhadora, seja dos setores dominantes. Postura esta que não se limita a uma escolha objetiva profissional, mas se caracteriza por uma construção coletiva da profissão e se efetiva cotidianamente nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

[...] na realidade concreta, no movimento da luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção poderia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude histórica e movimento interno incessante. A tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determinava um novo percurso para a caminhada da categoria profissional, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares. Estas, enquanto usuárias de seus serviços eram parceiras indispensáveis na tarefa de construção da identidade. (MARTINELLI, 2007, p. 147)

Iamamoto (2008b, p. 185, grifo do autor), complementa, colocando que a questão social enquanto objeto de intervenção profissional, não se caracteriza como uma escolha alheatória ou arbitrária da profissão:

A identificação da *questão social* como elemento transversal à formação e o exercício profissionais não é fruto de uma decisão arbitrária ou aleatória. Decorre, em primeiro lugar, da necessidade de impregnar a profissão de história da sociedade presente e, em particular, da realidade brasileira, como caminho necessário para superar os dilemas da reiterada defasagem entre teoria e exercício profissional cotidiano, qualificando as respostas profissionais no enfrentamento das expressões cotidianas da *questão social*.

Vincular a construção da identidade profissional ao processo histórico da profissão é condição para a efetivação de uma visão crítica da profissão, sua materialidade, natureza, sua ontologia profissional, seus desafios e antagonismos. É desnudar a profissão e analisá-la a partir da realidade social, na qual é parte constituinte e onde encontra sua materialidade no mundo do trabalho e sua funcionalidade, enquanto trabalho útil, que se legitima nas relações sociais de produção e reprodução social, procurando atender determinados interesses, através de um projeto profissional construído coletivamente pela categoria e organicamente relacionada com um projeto societário.

A identidade profissional só pode ser compreendida nesta relação dialética com o processo histórico de constituição da profissão e de sua ontologia social, diante de um processo contraditório que demandou a sua intervenção no mundo do trabalho. Sua função social garante a reprodução a partir da sua inserção nas relações sociais do modo de produção, onde a profissão é demandada para intervir na questão social.

Esta identidade é negada posteriormente a partir do momento de reconceituação que permitiu a construção de novos referenciais, alicerçada no compromisso ético-político, que aponta para a construção de uma sociabilidade justa e igualitária. A profissão só pode ser compreendida enquanto produto e produtor da história.

Tal fato nos coloca em uma contradição inerente a essa profissão: fazemos parte da classe trabalhadora e somos contratados pela burguesia, via nossos diferentes empregadores – o que inclui o Estado –, para atendermos à classe trabalhadora diante dos interesses da burguesia. Com isto, atendemos sempre, tendo consciência disso ou não, querendo ou não, aos interesses e necessidades antagônicos destas suas classes ao mesmo tempo, e, justamente, por esta característica, temos a possibilidade de fortalecer uma ou outra classe na mediação com seu oposto. (CARDOSO, 2013, p. 100, grifo do autor).

A partir da inserção do Serviço Social no mundo do trabalho, na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, que compreenderemos as mediações necessárias para a constituição da identidade profissional ao longo do processo histórico, suas contradições e antagonismos, e a ruptura de uma determinada perspectiva, considerada conservadora e a construção de uma identidade alicerçada da matriz teórico-crítica.

Dessa forma, analisaremos a constituição da profissão no mundo do trabalho, sua trajetória histórica, a partir do referencial teórico elucidado. Procurando inquirir a própria história, desvendar os fenômenos sociais para além de sua aparência, desnudar a profissão – construir e reconstruir a identidade profissão, para compreendermos enquanto elemento central na formação e no exercício profissionais. Seus antagonismos, desafios, avanços e perspectivas a partir das contradições do modo de produção capitalista.

É necessário ter coragem para enfrentar o tempo presente, analisar os desafios e avanços da profissão na direção social elucidada no projeto ético-político profissional e reafirmá-la cotidianamente na formação e no exercício profissional e nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, procurando criar respostas de intervenção críticas e propositivas alicerçadas no compromisso com a classe trabalhadora e não sucumbir a lógica da sociedade vigente.

1.1 As origens da profissão: gênese, constituição e desenvolvimento do Serviço Social no mundo do trabalho

A constituição das profissões é um fenômeno social oriundo do próprio processo de complexificação das sociedades e suas relações sociais a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Como exemplo, temos as profissões consideradas antigas e consolidadas como a medicina, o direito entre outras. Com o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista a partir das profundas transformações societárias vivenciadas no mundo do trabalho trouxeram diversos reatamentos nas profissões e reordenamento dos estatutos profissionais de outras categorias. Ao mesmo tempo em que surgiram novos ramos de atividade.

As transformações vivenciadas no século XIX, com a expansão do capitalismo enquanto modo de produção, no seu estágio de acumulação primitiva, através do surgimento e expansão do setor fabril, provocou profundas mudanças no mundo do trabalho, inicialmente nos países que foram os seus precursores, como os Estados Unidos e Inglaterra, onde presenciamos o surgimento de novos ramos ocupacionais que tentaram se consolidar como profissão e outros que reorganizaram suas bases sócio-ocupacionais, diante do emergente mercado de trabalho capitalista. Para Freidson (1998) neste período, cada ramo de atividade

criou a sua instituição de forma a identificar seus membros e criar a sua identidade profissional, ligada a seu ramo de especialidade.

Ainda segundo o autor, as profissões procuravam garantir a sua legitimidade na sociedade através da sua inserção na economia daqueles países. Para isto, assim como estas profissões e também o Serviço Social é necessário garantir a sua função social, a sua necessidade social dentro da lógica da sociedade vigente. Um ramo de atividade para ganhar o estatuto de profissão tem que justificar a sua existência, ter uma utilidade, necessidade no mundo do trabalho.

Conforme nos coloca Paulo Netto (1996), são as profundas transformações sociais vivenciadas no mundo do trabalho que permitirão o surgimento de determinados ramos profissionais e o desaparecimento ou reordenamento do estatuto profissional de outras profissões.

Parece assente que conjunturas [...] de rápidas e intensas transformações societárias constituem o solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais – seja o redimensionamento de profissões já consolidadas, seja o surgimento de novas atividades e ramos profissionais. (PAULO NETTO, 1996, p. 88).

Nesse sentido, Iamamoto (2008b, p. 56, grifo do autor) também afirma:

[...] o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais que, no entanto, são, ao mesmo tempo, portadoras de relações sociais determinadas, nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são por um lado, *pressupostos* e, por outro, *resultados e criações do processo de produção capitalista: são ele produzidos e reproduzidos*.

Dessa forma, o capitalismo não é somente um modo de produção econômico, mas uma determinada forma de relação social. O modo de produção capitalista, é a própria produção da vida material, enquanto sistema social, político e econômico. “[...] o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital.” (MARTINELLI, 2007, p. 29).

Martinelli (2007) analisa a constituição do Serviço Social nos marcos da sociedade capitalista, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, enquanto especialização do trabalho, tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social, oriunda do embate da relação

capital/trabalho. O capitalismo enquanto sistema social, político e econômico é concebido pela autora como:

O capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital. O conceito de modo de produção, conforme utilizado por Marx, abrangia tanto a natureza técnica da produção – por ele chamada de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – como a maneira pela qual se definia a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre as pessoas, decorrentes de suas implicações como o processo de produção. (MARTINELLI, 2007, p. 29).

Para a autora, o Serviço Social nasce atrelado aos interesses do capital, não tendo uma identidade própria, mas atribuída pela classe dominante que constituía a profissão. Afinal as pioneiras do Serviço Social eram as damas de caridade vinculadas à igreja e que procuravam dar algumas respostas de forma isolada e a partir do ideário religioso diante do agravamento da questão social.

Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria Igreja Católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil, realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista. (MARTINELLI, 2007, p. 123).

Lembramos que o Serviço Social no Brasil¹⁰ surge na década de 1930, em um momento histórico marcado pelo início da inserção do país no processo de industrialização tardio, a partir do incentivo dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos que buscava se expandir e garantir a sua legitimidade, diante do fim da ameaça comunista e da necessidade de globalização do capital.

Assim, em 1936 temos a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo. O Serviço Social surge enquanto uma das estratégias da articulação da Igreja, Estado e burguesia frente o agravamento da questão social, e esta configuração se caracteriza como base da identidade profissional, pois esta deu a sua materialidade por intervir historicamente nas expressões da questão social.

¹⁰ Não trataremos do surgimento do Serviço Social na Europa diante dos limites e do objetivo do presente trabalho, para aprofundamento em relação à temática consultar: Martinelli (2007).

Nesse período ocorre o agravamento das contradições do capital, com o aumento da pobreza, da miséria, da desigualdade social, requerendo da sociedade uma resposta frente às mazelas da questão social e a ameaça comunista colocava em cheque o modo de produção em expansão.

Não havia uma intervenção expressiva do Estado através das políticas sociais, sendo que as iniciativas eram realizadas pela classe dominante e pela Igreja Católica, que demandará a formação dos primeiros assistentes sociais. A identidade profissional passa a ser atribuída pelos interesses da classe dominante. Assim, “[...] a ausência de identidade profissional **fragiliza a consciência social** da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional.” (MARTINELLI, 2007, p. 17, grifo nosso).

Percebemos dessa forma que a formação da identidade da profissão está atrelada a própria constituição da consciência da classe trabalhadora, na cena política da realidade brasileira. A formação dos primeiros assistente sociais foi realizada pela Igreja Católica, através do pensamento baseado na doutrina de São Tomás de Aquino, conhecida como doutrina tomista.

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-a da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 2007, p. 67).

Para compreendermos a gênese do Serviço Social e a construção da identidade profissional a partir da conjugação de diversos atores sociais que atribuem o estatuto profissional articulado aos interesses dos setores dominantes na sociedade capitalista, não podemos perder de vista as particularidades históricas aqui encontradas e que assemelham a certos aspectos com o contexto latino-americano¹¹. Castro (2011, p. 101) realiza um panorama político no Brasil, na década de 1920, que se assemelhava (resguardado as particularidades) ao contexto latino-americano, tendo a Igreja Católica como protagonista, através de uma articulação em busca do revigoramento do movimento eclesiástico:

¹¹ Para maior conhecimento e aprofundamento das particularidades socio-históricas e o surgimento do Serviço Social na América Latina, consultar Castro (2011).

Não há dúvidas de que esta opção organizativa da Igreja foi estimulada pela magnitude alcançada pelas lutas operárias entre 1917 e 1920, dirigidas pelos anarquistas, e que expressavam o protesto proletário numa situação de queda da expansão industrial em relação aos anos da guerra. Em 1917, uma greve geral sacudiu a cidade de São Paulo e outras áreas interioranas. A própria capital do país foi abalada pelo movimento, que reivindicava a jornada de oito horas e aumentos salariais. O sindicalismo anarquista combatia frontalmente o Estado opressor e nutria a esperança de abatê-lo por meio de uma greve geral e revolucionária que, preparada para 1918, foi duramente reprimida. No ano seguinte, movimentos grevistas voltaram a se manifestar em várias cidades brasileiras – Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro etc. –, todos abafados por uma cruel repressão. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro e, no bojo de toda esta movimentação, promulgaram-se as primeiras leis trabalhistas: uma legislação sobre habitação popular (1921), a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923) e a regulamentação dos feriados (1925).

A sociedade capitalista se viu ameaçada pelo agravamento da questão social gerada pelo modo de produção assentado na exploração da mais-valia do trabalhador.

Essas contradições descortinavam a luta de classes diante do fortalecimento dos movimentos sociais e do ideário comunista, que colocou em xeque a pretensa intenção de eternização do capitalismo como sociedade pela classe dominante.

O Estado brasileiro nesse período governado por Getúlio Vargas viu-se compelido a criar estratégias para a superação da crise diante do agravamento da desigualdade social e a amenizar o conflito de classes da relação capital/trabalho, que ameaçava a “harmonia social”. Desta forma, as conquistas sociais, devem ser vistas em sua contraditoriedade, que ao mesmo tempo são respostas frente às exigências da classe trabalhadora e alternativa do capital para garantir sua reprodução social.

O estado brasileiro assumiu paulatinamente uma ação corporativa que pretendia canalizar sob sua órbita, interesses divergentes que emergiam das contradições entre as classes sociais, permitindo a integração de diferentes interesses da chamada “harmonia social”. Para isso, utilizou-se de estratégias como a legislação sindical e trabalhista, o seguro social, a assistência social e até medidas de repressão da organização do proletariado, tudo isso em nome de “servir ao bem comum”. (ANDRADE, 2007, p. 21)

No caso do Serviço Social, a conjuntura sociopolítica em que se encontrava o país na década de 1930, permitiu tanto o seu surgimento no cenário brasileiro, como redirecionou sua fundamentação teórico-metodológica e o seu exercício profissional nas décadas posteriores. Analisando a trajetória histórica da profissão,

percebemos que nesta década vivenciamos um contexto mundial onde os países procuravam recuperar as suas economias diante da grande crise do capital que marcava aquele decênio. Este momento histórico é marcado pela “Grande Depressão” em 1929 e o fracasso das experiências socialistas com o fim da união soviética no pós-guerra.

Diante de mais uma das crises do capital em nível mundial que foi a crise do comércio internacional em 1929, ocorre no Brasil – não somente, mas nesse caso especificamente – uma reestruturação e um aprofundamento do capitalismo, junto com o crescimento da burguesia industrial, acentuando assim a questão social, em um processo de “generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado” (Carvalho & Yamamoto, 1996:127). (CARDOSO, 2013, p. 110).

Essa conjuntura contribuiu para que aumentasse o poder da Igreja católica que estava perdendo sua influência política. Agora aliada ao governo, poderia recuperar sua hegemonia. Essa articulação poderia ser verificada na educação brasileira que sofria forte influência religiosa, com respaldo legal, como poderemos analisar na educação pública do país e, conseqüentemente, na formação das primeiras assistentes sociais. Conforme nos coloca Castro (2011, p. 102):

Para a Igreja, os resultados foram visíveis: ela alcançou conquistas significativas, como a disposição de tornar facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. Só este fato teve para a hierarquia um sabor de vitória, já que implicou a recuperação de um poderoso veículo de influência religiosa. A Constituição aprovada em 1934, com claros aportes de católicos, favorecia amplamente à Igreja.

Outra característica que vale destacar é a visão em relação à identidade profissional ser uma incógnita, discurso presente na fala da supervisora Laura. Acreditamos que esta questão ocorra por dois motivos: por ser uma profissão relativamente nova, como vimos, sua gênese data de 1930, que em termos de período histórico é algo ainda muito recente comparada com as outras profissões com a Medicina e o Direito. Também merece destaque a escassa produção teórica relacionada com a temática da identidade profissional.

Ainda segundo Cardoso, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu de forma tardia e a partir das particularidades históricas aqui encontradas, onde se presenciou processos sociais como a escravidão, o coronelismo, relações clientelistas e diversas formas de violências estruturais.

Nota-se que “o velho e o novo” permeiam a realidade brasileira, onde as velhas formas de exploração e de dominação se reatualizaram na contemporaneidade, como por exemplo, os grandes latifúndios, que expressam parcela da questão social, a luta pela terra, os problemas ambientais, a presença de setores conservadores e reacionários no poder que não permitem uma reforma política e agrária do país. Essas formas de dominação e exploração adquirem nova “roupagem”, diante do desenvolvimento da sociedade capitalista e da nova lógica de produção, que expressam novas relações entre o público e o privado e da luta de classes.

A forma como o Brasil se reorganizará diante de tal crise mundial tem a ver diretamente com as características próprias de sua condição periférica de capitalismo retardatário. Sua reorganização será marcada também, por outra forte característica dos processos políticos e econômicos no Brasil: as modernizações sem rupturas com sua formação primeira (colonial) baseada na escravidão e no grande latifúndio, através de pactos orquestrados pelo Estado na busca de consensos entre as classes, sem alcançar que o “velho senhoril” perdesse o poder. (CARDOSO, 2013, p. 110).

Esse agravamento da desigualdade social no país se deve ao acelerado processo de urbanização e industrialização iniciado pelo Estado e que se intensifica no governo de Juscelino Kubitschek com o plano de desenvolvimento “50 anos em 5”. O Brasil insere tardiamente no sistema capitalista em relação aos outros países e sem estrutura econômica e social para promovê-la.

Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de duas décadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 140, grifo do autor).

Dessa forma, a Igreja Católica contribuiu para a formação da identidade do Serviço Social, que também temia o avanço do ideário comunista, que ganhou grande alcance popular. “[...] a mobilização, pela Igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 140, grifo do autor).

Nesse mesmo momento a Igreja Católica, que vinha perdendo seu poder político, sente a necessidade de posicionar-se diante da questão social, entendendo esta como um exagero do capitalismo e propondo sua humanização. Vincula-se ao Estado na busca de soluções para tais excessos, apoiando a criação de uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho e, ao mesmo tempo, criando estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora em um processo de recristianização (CARDOSO, 2013, p. 112).

Esses três sujeitos coletivos (burguesia, Estado e Igreja Católica) articularam na constituição do Serviço Social na sociedade brasileira. Este mesmo substrato sociopolítico contribuiu na formação da identidade atribuída à profissão “[...] transformando-se em um importante instrumento da burguesia.” (ANDRADE, 2007, p. 21) na produção e reprodução social da dominação, procurando amenizar os conflitos sociais e desarticular a classe trabalhadora.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

As bases do Serviço Social se caracterizaram como uma profissão que nasce no “berço” da sociedade capitalista, no seu estágio monopolista, articulada através de diversos atores sociais, como uma forma de resposta à questão social.

Sua formação estava vinculada a ideologia e valores humanistas cristãos que imbuíam nos agentes sociais uma prontidão para intervir com uma “prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, com uma mistificada ilusão de servir”. (MARTINELLI, 1991, p. 57).

O exercício profissional estava atrelado às ações sociais da Igreja, sendo realizada por pessoas ligadas à caridade, em sua maioria mulheres pertencentes à classe dominante que “sensibilizavam” diante do pauperismo da população. A profissionalização era uma forma de garantir status social e reconhecimento perante a sociedade. Com a participação da Igreja que foram fundadas as duas primeiras escolas de Serviço Social no final da década de 1930, baseado no pensamento europeu franco-belga.

O pensamento conservador e a influência da doutrina católica traçaram um perfil de ação para os profissionais de Serviço Social atrelado ao pensamento burguês, atribuindo-lhes tarefas de amenizar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente, com frágil consciência

política, pois envolvida pelo “fetiche” da ajuda não conseguia ter claras as contradições do exercício profissional. (MARTINELLI, 2007, p. 127).

Nesta perspectiva, a questão social era concebida como um problema individual e moral e a ação profissional era centrada no ajustamento do indivíduo na sociedade. Esta identidade da profissão estava alicerçada num projeto tradicional do Serviço Social brasileiro, que segundo Cardoso (2013) deram a bases éticas, políticas, teórico-metodológicas da profissão e também expressavam em sua dimensão jurídica, vinculado ao pensamento conservador, baseado na filosofia neotomista e ao *ethos* burguês.

Essa primeira elaboração de *dever ser* profissional no Serviço Social em nosso país será caudatária do pensamento conservador, sendo carregada de elementos [...] a defesa da tradição, da família, da hierarquia e da ordem. A influência desse pensamento estará totalmente fundamentada na vinculação da profissão à Igreja Católica. (CARDOSO, 2013, p. 115, grifo do autor).

Já na década de 1940, com o projeto desenvolvimentista colocado em prática no governo de Getúlio Vargas e intensificado no governo de Juscelino. Sob influência norte-americana, ocorre uma tecnificação da profissão, de base funcionalista-positivista. A influência dos EUA deve-se a necessidade de expansão do capital, tendo esse país como hegemônico na economia mundial. Neste período histórico, destacam-se as práticas de desenvolvimento de técnicas de caso, grupo e comunidade.

A década de 40 trouxe, porém uma nova exigência, em termos da ampliação desse método para a comunidade. Após a II Guerra Mundial, tal exigência se transformou num verdadeiro imperativo, pois a veracidade expansionista americana demandava estratégias mais ágeis e capazes de gerar resultados mais rápidos, além de eficazes. Sob a denominação inicial de organização de Comunidade esse método foi adotado oficialmente a partir do final da década de 40, como linha operacional da política de ação da Organização dos Estados Americanos e como campo de intervenção profissional dos assistentes sociais. (MARTINELLI, 2007, p. 132).

Observa-se uma psicologização das relações sociais e da questão social que ganha grande funcionalidade nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo. “É o marco principal do desenvolvimento da função pedagógica do assistente social, centrada na dimensão individual na perspectiva da reforma moral e reintegração social.” (ABREU, 2011, p. 84).

O autor ainda completa, que o desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial no Serviço Social parte do ponto de vista que a questão social – é vista neste período como um problema individual, e não estrutural ocultando suas dimensões político-econômico e sociais, sendo considerada um problema moral. A prática profissional era moralizadora, individualizante e psychologizadora, tendo como “[...] ponto fundamental à tendência à naturalização da vida social, onde as desigualdades sociais são justificadas como uma condição inerente à pessoa humana.” (ABREU, 2011, p. 89).

Contraditoriamente, nesse período, presencia-se um salto na expansão do Serviço Social que passa a ser demandado pelo Estado através do desenvolvimento das políticas sociais, que caracteriza como uma das estratégias do modo de produção capitalista para garantir o padrão de acumulação que necessitava racionalizar o trabalho, através de estratégias de gestão da força de trabalho.

Torna-se fundamental a intervenção do Estado nas relações sociais através de políticas públicas e sociais que garantissem, mesmo de forma indireta, determinado poder aquisitivo para a população. Esse padrão de acumulação é conhecido como Fordista/Keynesiano, e segundo Iamamoto (2008a) no Brasil não se desenvolveu em sua plenitude.

Evidencia-se nas décadas de 1940 e 1950, uma significativa expansão da profissão, correspondendo ao próprio crescimento do ensino superior no Brasil, proporcionado pela conjuntura que passava o país naquelas quadras, marcado pelo aceleração do desenvolvimento econômico, com forte influência norte-americana, que surge no pós-guerra como grande potência econômica no cenário mundial.

Se a década de 1930 e o primeiro lustro dos anos 1940 constituíram-se como o momento da origem profissional no país, o segundo lustro dos anos 1940 e a década de 1950 caracterizaram-se como o momento da institucionalização profissional, com a organização de entidades da categoria e a luta por uma legislação regulamentadora do ensino e da profissão (DAHMER PEREIRA, 2007, p. 133).

O adensamento dos conflitos de classe oriundos do aumento da desigualdade e dos problemas sociais impulsionou a demanda por profissionais ligados a área social pelo Estado que passa a assumir a assistência social. Esse redirecionamento das ações assistenciais para a esfera pública se deve a ineficiência das iniciativas privadas e filantrópicas nas respostas da manifestação da

questão social. Essa conjuntura levará a um processo de desenvolvimento do Serviço Social, que começará a buscar ações mais efetivas através de uma formação de base científica e técnica sobre influência norte-americana. Neste período também ocorre um aumento do número de escolas de Serviço Social diante de uma maior requisição profissional pelo Estado que alargou os espaços de atuação dos mesmos.

O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob influência dos processos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

O Serviço Social consegue garantir a sua legitimidade junto aos interesses da burguesia e do Estado. Esta valorização do trabalho social levou ao seu reconhecimento legal em 1957.

Reforçando a identidade atribuída, a formação profissional se centrou na valorização do instrumental técnico-operativo e na metodologia de atuação de Caso, Grupo e Comunidade. “marcada por uma perspectiva ‘metodologista’, a formação acadêmica tivera como preocupação central a sistematização do trabalho social através da implementação dos métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e Comunidade”. (ANDRADE, 2007, p. 24).

Em 1957 temos a Lei de Regulamentação da Profissão, através da Lei 3.257 de 27 de agosto, que especifica os profissionais aptos a exercerem a profissão e quais suas atribuições. Este é um marco importante para o Serviço Social para sua regulamentação e legitimação no mundo do trabalho. Esta lei é revogada posteriormente com a aprovação da Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, que atualmente regulamenta a profissão.

A efetivação do projeto profissional tradicional conservador se dava pela ênfase ao *fazer profissional*, ou seja, uma ênfase no *aspecto operativo* do trabalho profissional, superestimando os *aspectos teóricos e políticos* desse trabalho, o que tem total coerência com a referência por ele assumida. (CARDOSO, 2013, p. 120, grifo do autor)

Segundo Iamamoto (2007) este arranjo teórico-doutrinário-operativo permitiu que a profissão mantivesse o seu caráter missionário, atualizando as marcas do seu

surgimento na década de 1930 e ao mesmo tempo, atendessem as exigências de tecnificação que lhe é imposto pela modernização da sociedade e pelo Estado.

O desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social – reduzida às suas manifestações na esfera individual – constitui-se um *problema moral*. Esta noção justifica uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador direcionada para a *reforma moral e a reintegração social*. (ABREU, 2011, p. 85, grifo do autor).

Esta constituição ontológica e orgânica da profissão nos marcos da sociedade capitalista e o seu desenvolvimento nas décadas seguintes, levaram a profissão, diante das contradições e antagonismos da sociedade a um movimento de negação e superação da identidade atribuída a partir da década de 1970.

Temos uma maior aproximação com a classe trabalhadora, através da sua identificação e reconhecimento enquanto pertencente a esta classe. Também percebemos uma maior vinculação com a teoria social crítica, que começa a ganhar efervescência política nesta quadra histórica. Essa realidade contribuiu para que suscitasse diversos questionamentos na categoria profissional, sendo necessária a revisão do seu estatuto enquanto profissão e refletisse sobre a sua constituição no mundo do trabalho e a sua identidade profissional.

O movimento de reconceituação será um momento fecundo para o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo na categoria e a construção coletiva do projeto ético-político, marcando o compromisso com a classe trabalhadora. Neste período histórico a categoria questiona a sua natureza enquanto profissão, sua inserção no cenário sociopolítico brasileiro, a finalidade da sua atuação profissional, a serviço de quem ela está dentro de uma sociedade de classes.

O debate contemporâneo aprofunda a reflexão em torno da natureza do Serviço Social e a influência do pensamento conservador. Os assistentes sociais iniciam um processo de questionamento da identidade profissional, onde umas das reflexões apontam para a problematização se o Serviço Social é ou não trabalho ou se constituiria como uma ideologia. Defendemos a perspectiva da profissão como especialização do trabalho coletivo e o assistente social como um trabalhador assalariado.

1.2 Movimento de Reconceituação e a busca pela superação do conservadorismo na profissão: avanços, rupturas e continuidades

A partir da década de 1960, encontraremos o país imerso numa conjuntura sócio-político-econômica e cultural marcada pela crise do capital e com isto, o agravamento da questão social e suas expressões. Presencia-se o avanço dos movimentos sociais e da classe trabalhadora na luta pelos direitos sociais e por uma sociedade mais justa e igualitária. Inicia-se um processo no Serviço Social que culminará na década de 1980, com uma profissão com novas bases sócio-políticas e identitária. Esse período é conhecido por ser um “divisor de águas”, marcando a ruptura com o Serviço Social tradicional através do Movimento de Reconceituação.

Silva (2011) destaca que por volta da década de 1960, observa-se que duas vertentes influenciam o Serviço Social: a conservadora e a mudancista. A autora ressalta que o processo de institucionalização da profissão se dá através da via do Estado que passa a requerer a atuação profissional através das políticas públicas e devido ao objeto de intervenção profissional, que conforme destacado anteriormente se caracteriza:

[...] pelas disfunções individuais e sociais; os objetivos se volta para a integração social, não se verificando divergência entre os objetivos institucionais e os profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas, principalmente a psicanálise, e as correntes sociológicas, destacando-se o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais de Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo sistematizam-se. A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão são ainda de caráter humanista e a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica (SILVA, 2011, p. 47).

Ainda nesta década, segundo Silva (2011, p. 47) existia um pequeno grupo de profissionais cristãos de esquerda, “[...] que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais. Essa nova postura permite que se registre, no período 1960-1964, uma prática [...] que parte de uma análise crítica da sociedade.”

Destacamos este momento histórico, para percebemos os movimentos de continuidade e de ruptura com o Serviço Social tradicional. Neste período os

objetivos profissionais se confundiam com os da instituição, durante o movimento de reconceituação, através da aproximação dos assistentes sociais com a teoria social crítica, principalmente através do estrutural-funcionalismo. Percebemos que a categoria, passa a entender o espaço sócio-ocupacional, como mecanismo de reprodução e nega este campo de atuação.

Torna-se necessária que o profissional tenha clareza das contradições presentes nestas instituições, que reproduzem e estão inseridas na própria dinâmica da sociedade capitalista e crie estratégias de atuação profissional. O que nos faz levantar o questionamento se os profissionais andam desenvolvendo os projetos profissionais em consonância com os princípios ético-políticos e se possuem clareza da importância do projeto profissional nos diferentes espaços de atuação profissional.

Apesar dos avanços nos marcos da sociedade capitalista frente aos limites do autoritarismo do regime militar, a prática profissional neste período ainda se realiza através da atualização da herança conservadora. Observa-se um avanço voltado para a valorização da técnica não conseguindo romper com o conservadorismo no seio da profissão.

Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. (IAMAMOTO, 2007, p. 32).

Essas tendências na profissão durante o movimento de reconceituação, onde hegemonicamente verifica-se um posicionamento conservador e a parcela de profissionais críticos, deve-se, a um processo de aproximação dos profissionais com os setores críticos da sociedade e com os movimentos sociais que questionavam a lógica da sociedade capitalista e o seu modo de produção assentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora. Perspectiva esta, alicerçada no pensamento social crítico de Marx, que contribui para a compreensão dos antagonismos e contradições da sociedade capitalista a partir da luta de classes. E, ao mesmo tempo, resgata o papel histórico da classe trabalhadora na direção da emancipação humana, ao ser considerada a classe revolucionária.

A crise profissional define-se, portanto, pelas contradições presentes no processo de desenvolvimento do Serviço Social na dinâmica da sociedade, configurando, por um lado, a negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das classes subalternas e a necessidade de superação das referidas bases mediante construção de um projeto profissional vinculado às forças progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social; e, por outro, a resistência à mudança, que exige a reatualização e a reafirmação do projeto profissional tradicional conservador. (ABREU, 2011, p. 129).

Assim, conforme nos coloca a autora, o processo de reconceituação da profissão marca diversas tendências dentro do Serviço Social. A aproximação do Serviço Social com a teoria social marxiana se realiza através de pensadores que fizeram uma leitura de Marx, entre eles, destaca-se nesse momento histórico, Althusser que traz uma visão determinista e estruturalista do marxismo, extirpando muitas vezes, o método dialético em Marx.

[...] a partir de 1970 que começa a ser colocada a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento, que negava a prática institucional e enfatizava a militância política. É conveniente destacar que essa concepção não se restringe ao âmbito do Serviço Social, mas influencia todas as profissões circunscritas ao social, bem como as práticas políticas em geral, encontrando campo fértil na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido. (SILVA, 2011, p. 55).

Percebemos que as décadas de 1970 e 1980 foram muito significativas para a profissão. Este período é marcado por grande efervescência dos movimentos classistas e populares que levou o país a um processo de redemocratização colocando fim na ditadura militar. No governo getulista, presencia-se a conquista de alguns direitos trabalhistas pela classe trabalhadora, como carteira assinada, décimo terceiro, redução da jornada de trabalho, férias entre outros. Como sabemos, esses avanços atendiam as exigências do processo de acumulação capitalista ao garantir certo poder aquisitivo para a população e ao mesmo tempo tentar deter os conflitos sociais.

Estas transformações societárias contribuíram para que a profissão reveja suas bases ontológicas através do “Movimento de Reconceituação”, que culminou na construção do projeto ético-político na década de 1980.

Este movimento iniciou-se em toda a América Latina, onde o Serviço Social estava inserido em conjunturas sociopolíticas, semelhantes a do Brasil e que permitiram esse amplo debate em torno da construção de novas bases para a profissão. O contexto latino-americano possui determinadas particularidades que contribuíram para o processo de renovação da população: geralmente são países considerados subdesenvolvidos, que passaram por anos de governos autoritários e ditatoriais, e onde os movimentos sociais tiveram grande participação popular na luta social pela garantia dos direitos sociais e por uma sociedade justa e igualitária.

Seu desenvolvimento se dá com a aproximação do Serviço Social às chamadas Ciências Sociais e às outras áreas do conhecimento, propiciando uma análise crítica da sociedade de classes e a busca pela construção de conhecimento próprio à realidade latino-americana, desdobrando-se na preocupação da construção de metodologias próprias de intervenção nessa realidade, o que colocará em xeque as metodologias "importadas" da Europa e EUA para o Serviço Social na América Latina. (CARDOSO, 2013, p. 129).

O Movimento de Reconceituação comportou diversas tendências calcadas em diferentes matrizes teóricas. Segundo Paulo Netto (2008) somente na década de 1980, com a experiência da escola de Serviço Social de BH, que nesta época, possuía condições histórico-sociais, que contribuiu com a intenção de ruptura com o conservadorismo na categoria profissional através da aproximação com os movimentos sociais, entre eles o da classe trabalhadora e dos estudantes e da teoria social marxiana.

Esse processo de construção da identidade profissional tomará novos caminhos com o processo de reconceituação da profissão sendo que em diferentes momentos a identidade profissional será questionada pela categoria. O Movimento de Reconceituação se caracteriza por ser um "divisor de águas" na profissão, ao procurar romper com o conservadorismo na profissão, marcando o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora e com sua luta social em direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Paulo Netto (2008), o movimento de reconceituação teve diversos momentos: sua fase inicial com o documento de Araxá. Presenciamos o que o autor chama de "afirmação da perspectiva modernizadora", nesse período o país passa pela necessidade de inserção na economia mundial, através do desenvolvimento do capitalismo monopolista tardio. O período desenvolvimentista do país se iniciará no

governo de Vargas e se intensificará no governo de Juscelino Kubitschek, com o seu plano de desenvolvimento de “50 anos em 5”. E o Serviço Social se insere nesta lógica de desenvolvimento, contribuindo para este processo através do desenvolvimento do trabalho com indivíduos, grupo e comunidade.

Os documentos de Araxá e Teresópolis, elaborados em 1967 e 1970, respectivamente, por assistentes sociais brasileiros reunidos em Seminários Nacionais de Teorização do Serviço Social, são significativas expressões da tendência profissional integrada ao referido processo de modernização conservadora. Os citados documentos, ao lado de outros esforços de sistematização desse projeto (Dantas, 1973; Almeida, 1979, dentre outros), condensam indicações substantivas para uma apreensão dos contornos do perfil pedagógico da prática do assistente social no contexto da influência ideológica da modernização conservadora, marcada pelas chamadas ideologias desenvolvimentista e da doutrina da segurança nacional e do desenvolvimento. (ABREU, 2011, p. 115).

Abreu (2011) coloca que o perfil pedagógico neste período se destaca pela pedagogia da participação, onde a prática profissional está orientada a integração social da população na contribuição com o desenvolvimento do país.

Sob essas ideologias sustentadas numa visão funcionalista da sociedade, em que o crescimento econômico é visto como fator de desenvolvimento e de “bem-estar social”, **a participação social coloca-se como instrumento de adesão e consentimento da população.** (ABREU, 2011, p. 115, grifo nosso)

Na década de 1970, ocorre um esforço da categoria na busca por uma práxis emancipatória. Mas diante das próprias condições que permitiram a gênese da profissão e que se impregnou nas décadas seguintes, encontrou nesta década, terreno fértil para a aproximação do Serviço Social com o marxismo através da Teologia da Libertação.

Considerada como uma forma de legitimação do viés religioso que procura estabelecer uma relação entre o cristianismo e o marxismo, em que se procura realizar uma crítica sobre as relações de exploração e dominação inerentes à sociedade capitalista e coloca a importância dos cristãos na luta pelo socialismo. Esse momento histórico é marcado pelo encontro de Teresópolis, que segundo Paulo Netto (2008), configura como o momento de cristalização da perspectiva modernizadora no Serviço Social, que se inicia no primeiro encontro do movimento de Reconceituação com o Documento de Araxá. Segundo o autor:

No texto de Teresópolis, o que se tem é o coroamento do *transformismo* a que já aludimos: nele o “moderno” triunfa completamente sobre o “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente e deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto produzido em Araxá. No *documento de Teresópolis*, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como *pauta interventiva*. (PAULO NETTO, 2008, p. 178, grifo do autor).

Tanto em Araxá como em Teresópolis, possuem forte inspiração funcionalista e estruturalista, procurando colocar o Serviço Social como um importante instrumento de desenvolvimento do país. A reatualização do conservadorismo atualiza no Serviço Social os fundamentos teórico-metodológicos vinculados a uma visão microscópica da realidade social e a partir da perspectiva religiosa, mas agora com uma nova roupagem, procurando relacionar aos pensamentos intelectuais e científicos, principalmente o positivismo e a fenomenologia.

Diferentemente do projeto modernizador que conquistou hegemonia no lastro de dez anos no interior do Serviço Social expressando-se fortemente no aparato jurídico-político e na produção do conhecimento nesse período, o projeto fenomenológico não terá esse nível de expressão e demonstrará sua hegemonia mais claramente no que se refere aos espaços acadêmicos, na produção do conhecimento e na criação de uma metodologia orientadora da prática profissional, nomeando-a como “teoria da intervenção profissional” [...] fazendo-o por um curto período no Brasil, de meados dos anos de 1970 até 1979, não apresentando forte expressão do ponto de vista da organização política da categoria. (CARDOSO, 2013, p.146).

Neste período sobressai a educação popular como instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional, através da aproximação da profissão com a pedagogia de Paulo Freire, em um momento histórico, marcado pela democratização do país e uma tentativa de aproximação do Estado com a população.

A vertente de libertação tem seu desenvolvimento retomando na década de 70, a partir da mediação de movimentos impulsionados pela Igreja Católica, com a Ação Católica, as intervenções pastorais de base popular (Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral Urbana, principalmente) e as Comunidades Eclesiais de Base, referenciados nos fundamentos da Teologia da Libertação. Por meio desses movimentos recuperam-se as formulações pedagógicas de Paulo Freire no trabalho social. (ABREU, 2011, p. 156).

A aproximação do Serviço Social com a fenomenologia se dá de forma enviesada. Uma maior tentativa de desvinculação da profissão com o

conservadorismo e a intencionalidade de ruptura com o Serviço Social tradicional com a experiência de Belo Horizonte em Minas Gerais através do Método de BH. A aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica marxiana, também se dá no início através de outros pensadores, através do estruturalismo de Althusser, conforme mencionado anteriormente.

Segundo Yazbek (2009), uma das problemáticas nessa aproximação inicial do Serviço Social com marxismo se caracteriza pelas abordagens reducionistas; influência do cientificismo e do formalismo metodológico presentes no “marxismo” althusseriano que provocou a recusa da via institucional e das determinações sócio históricas da profissão.

O que ocorre nesse decênio é um processo de renovação conservadora do Serviço Social, a partir de uma perspectiva modernizante, através da valorização da técnica e do método. Apesar dos avanços, nesse encontro, o Serviço Social não consegue superar com a perspectiva conservadora arraigada na profissão. Nos outros dois encontros produzidos posteriormente em Sumaré e Alto da Boa Vista, que conforme coloca Paulo Netto (2008), ocorre o deslocamento da perspectiva conservadora para a importância da cientificidade da profissão e a reatualização do conservadorismo.

O encontro de Sumaré estava voltado para a cientificidade da profissão – a construção do conhecimento – que segundo Cardoso (2013, p. 147), apesar desse projeto fenomenológico não se expressar nos currículos mínimos do Serviço Social. Observa-se que “[...] há claramente um investimento na sua difusão por meio de processos formativos, expressando certa ênfase à sua dimensão teórico-metodológica.”

De forma sintética, analisa-se um processo complexo de ruptura e continuidade com o Serviço Social tradicional, apresentando alguns elementos renovadores na profissão. Observa-se um salto neste processo da profissão e na complexidade que se configura o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social a partir da tentativa de romper com o conservadorismo e com o Serviço Social tradicional através de um momento marcante na profissão que é considerada como a Intenção de Ruptura, que tem na experiência da capital mineira sua expressão.

Um traço que a intenção de ruptura traz é o seu confronto com a autocracia burguesa num período histórico marcado por grande repressão popular e práticas de

torturas com aqueles que se manifestavam contra o regime vigente. Essa vertente se chocava contra a perspectiva “Modernizadora” e “Reatualização do Conservadorismo” na categoria profissional. Dessa forma ela não pode ser vista descolada do contexto histórico em que está inserida.

O final de década de 1970 para a de 1980, presenciamos um salto qualitativo da profissão com a aproximação da categoria com o pensamento de Gramsci, que traz significativas contribuições ao compreender o Estado de forma ampliada, e seu papel na sociedade enquanto garantidor do consenso nas relações sociais. A partir de Gramsci e de Lukács, o Estado assim como a sociedade são compreendidos enquanto espaços contraditórios, onde as possibilidades e os limites de atuação se apontam ao exercício profissional na perspectiva crítica. Compreender as determinações sociais nestes diferentes espaços se configura como um desafio profissional, na direção de construção de propostas críticas de intervenção profissional.

Esta reorientação parte de uma autocrítica do citado movimento – o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, em São Paulo, é emblemático da chamada “virada” profissional – frente às demandas sociais e condições políticos-institucionais da prática profissional, impulsionando o processo de reconstrução da profissão na perspectiva histórico-crítica, que busca um aprofundamento na tradição marxista, incorporando fundamentos extraídos da matriz marxiana e de vertentes marxistas, em que se sobressaem os pensamentos de Gramsci e Lukács e mediante o redimensionamento das formas de inserção profissional nos espaços institucionais históricos e conquista de novos. (ABREU, 2011, p. 152).

Conhecida como Método de BH, é considerada como uma alternativa ao tradicionalismo no Serviço Social e marca a ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo na profissão, tendo o marxismo como teoria social crítica na apreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade. Esse processo foi decisivo na definição dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, consolidando o compromisso com a classe trabalhadora e com a luta societária mais ampla.

Este será o substrato político que permitirá o rompimento da categoria com identidade atribuída e a construção de uma nova identidade que tem como traço principal a ampla defesa dos movimentos sociais e dos direitos da classe trabalhadora, fundados numa postura profissional comprometida com a afirmação e

efetivação dos direitos sociais e de uma nova sociabilidade, firmada em valores éticos comprometidos com a emancipação política e humana.

A partir do momento vivido no Brasil, de modo predominante ao longo das décadas de 70 e 80, em que conseguiram se identificar com um grupo portador de um projeto profissional comum, construído com base em uma consciência coletiva do papel que desempenhavam, e que deveriam desempenhar, na totalidade do processo social, os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da “classe para si” do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da prática política da classe operária. A contradição básica entre alienação e crítica, entre prática conservadora e prática política, revolucionária, se não totalmente resolvida, ao longo do tempo tornaram-se uma contradição consciente e assumida. A própria identidade, no curso desse processo dialético, deixou de ser encarada como algo estático, imóvel e definitivo. Posta em seu lugar no cerne do movimento, envolvida por múltiplas forças contraditórias, a identidade começou a ganhar uma nova dimensão de força viva, de movimento permanente, de construção incessante. (MARTINELLI, 2007, p. 147).

É notório na década de 1990, os avanços do Serviço Social, como a construção da lei 8.662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta o exercício profissional em todo território nacional. Neste mesmo ano temos a aprovação do Código de Ética, que materializa os princípios do projeto ético-político. O reconhecimento da profissão enquanto área de produção de conhecimento pelas agências de fomento e a consequente produção teórica, reconhecida no Brasil e em outros países. O aprofundamento e aproximação do marxismo enquanto teoria social crítica. Todos esses significativos avanços foi possível devido ao fortalecimento da categoria profissional e sua articulação através dos seus órgãos representativos: conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e a ENESSO.

Assim a ruptura com a prática fetichizada pela categoria profissional e a construção do projeto ético-político, que consubstancia o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, vem afirmar valores e princípios ético-políticos emancipatórios firmados através do Código de Ética profissional de 1993, onde é corroborado:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

[...]

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (CFESS, 2007, p. 42-43).

Conforme nos coloca Martinelli (2007), a construção da identidade profissional é algo permanente, está em constante movimento com a própria dinâmica da realidade social e está organicamente vinculada com a consciência coletiva da classe trabalhadora e seu projeto societário mais amplo. Pensar a identidade profissional em Serviço Social é estar atento com as mudanças dos novos tempos e construir respostas profissionais que contribuem para rupturas moleculares no exercício profissional, avançando na direção social elucidada pelo projeto ético-político profissional.

Essa dimensão da identidade profissional pode ser percebida nos relatos dos diversos sujeitos da pesquisa:

A identidade profissional está em constante construção, ela pode ser modificada, como tudo no mundo, a mudança ela é fundamental, aí você vai mudando conforme a necessidade, a experiência profissional (Laura supervisora de campo).

Apesar da supervisora de campo Laura trazer essa compreensão da identidade profissional enquanto construção social é importante não colocá-la como algo que está em constante mudança como tudo no mundo, como se fosse um mero fenômeno social, que pela mudança da realidade social, esta também modifica, de forma espontânea.

A direção social da profissão e a intencionalidade da categoria profissional, a partir de condições históricas determinadas, e de acordo com a conjuntura sociopolítica e cultural; e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da consciência dos sujeitos coletivos determina e/ou condiciona a construção da identidade profissional, tendo o projeto ético-político como norte e que sustenta um determinado projeto de formação profissional alicerçado em valores emancipatórios.

A supervisora Claudia coloca que a identidade vai se construindo ao longo da inserção em cada campo de estágio, destacando as experiências significativas que teve na sua formação profissional. É importante não supervalorizar a dimensão da formação profissional, pois esta é uma das dimensões do Serviço Social, juntamente com a investigativa, interventiva e a própria organização política da categoria enquanto sujeito coletivo. Devemos compreender que a profissão está inserida numa dada sociabilidade que condiciona e determina o trabalho profissional e a própria formação profissional a partir da configuração da educação enquanto

política pública. Principalmente diante da atual conjuntura onde se presencia o sucateamento do ensino superior e sua crescente mercantilização.

Se supervalorizarmos a formação profissional, corremos o risco de cair numa visão endógena e fatalista da profissão, atribuindo uma responsabilidade maior do que esta possui, transferindo o sucesso ou o fracasso do profissional ao seu processo de formação, não percebendo que a realidade impõe limites e possibilidades ao Serviço Social.

Então eu já saí do curso (estou falando como eu me sentia) um profissional já pronto para primeira inserção profissional, para iniciar porque a identidade **se constrói a caminho, no momento, a partir da sua inserção em cada campo em cada atividade** (Cláudia, supervisora de campo, grifo nosso).

A supervisora de campo Marcela relata que a identidade profissional é algo processual, que inicia na faculdade e vai se alterando através das vivências e experiências profissionais e de amadurecimento do assistente social, que o curso seria o seu desencadeador:

É um processo que acontece cotidianamente, acho que não é fechado, nem estático, você vai se identificando. Eu creio que quando sai da faculdade, quando está no estágio, você tem esse processo de identificação de um jeito, com o tempo isso vai amadurecendo, seu processo de identificação, seu processo de identidade com a profissão, que é construído (Marcela, supervisora de campo).

Essa perspectiva de processualidade é importante para não tomar a identidade como algo estanque, estagnada, pronta e acabada, mas inserida na dinâmica da realidade social e das relações de produção e reprodução e o estágio de desenvolvimento da consciência coletiva dos sujeitos sociais que reflete o atual estágio das forças produtivas e como os sujeitos sociais se organizam politicamente no mundo do trabalho procurando conquistar a hegemonia dos seus projetos societários.

Em relação aos elementos que contribuem para a construção da identidade profissional, a supervisora de campo Heloisa traz uma importante categoria de análise para a sua compreensão: a legitimidade. Essa legitimidade, segundo a entrevistada, se dá a partir das requisições profissionais na sociedade capitalista, ou seja, sua função social que corresponde à necessidade da profissão no mundo do trabalho. É importante compreendermos que essa função social é oriunda das contradições da sociedade capitalista e a inserção do Serviço Social na divisão

sócio-técnica do trabalho, o que exige que as respostas profissionais atendam demandas tanto do capital quanto do trabalho, sendo uma dimensão ontológica do trabalho do assistente social:

A gente tem uma identidade, que nos caracteriza perante a sociedade, que as pessoas tem uma ideia qual é a atribuição do Serviço Social, qual a identidade dele. É isso que legitima a existência e a prática, nesse processo de identificação. Eu acredito que é construída pelo processo de identificação com a profissão, com a nossa prática, no dia a dia, nas situações que a gente vive no trabalho (Heloisa, supervisora de campo).

A legitimidade é uma importante categoria tratada por Cirlene Oliveira (2000), através da maior aproximação do estagiário com o campo de estágio, onde ele poderá afirmar a identidade que está sendo construída ao longo do curso ou negá-la e ao mesmo tempo se identificar com a profissão a partir desta identidade. Caso tenha uma experiência negativa, que não vá de encontro com os princípios propostos pelas Diretrizes Curriculares, poderá ocorrer uma negação dessa identidade e conseqüentemente uma não identificação com a profissão. Ao abordar a importância da legitimidade enquanto elemento importante na discussão do estágio supervisionado a autora coloca:

Compreende-se que este tem significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao estagiário uma possibilidade de aproximação à realidade cotidiana dos indivíduos sociais, alicerçada na apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos que orientam o exercício profissional, se configurando assim como elemento síntese na relação teoria-prática. (OLIVEIRA, C. A. H. S., 2000, p. 102).

Já para a supervisora Laura, o reconhecimento é outro importante elemento para a compreensão da identidade profissional, destacando no processo histórico da profissão a busca pela construção da identidade profissional e do reconhecimento da profissão no mundo do trabalho:

Essa situação de perdido, de ser um profissional meio perdido. Parece que você não sabe qual o seu lugar no mundo, é o assistente social. Ai teve essa questão da busca: nós somos uma profissão, vamos buscar uma identidade, vamos buscar um reconhecimento. Mais do que a identidade, eu acho que o assistente social busca um reconhecimento, porque nós trabalhamos com pessoas que ninguém quer trabalhar. São pessoas que a sociedade não está nem aí para elas. Então, como você fosse um profissional, que está ali só para esconder a sujeira da sociedade (Laura, supervisora acadêmica).

Em sua compreensão em relação à identidade profissional a supervisora acadêmica Marta, destaca que ela se configura como o modo de ser da profissão,

construída historicamente, embasando sua análise no projeto ético-político, nos fundamentos da profissão e nos valores contidos no Código de Ética profissional, dando materialidade a identidade profissional, através do compromisso com o projeto ético-político. Consideradas outras importantes categorias para a sua consolidação:

Para mim a identidade diz respeito ao modo de ser, a conduta, ao compromisso que a profissão tem. Então como é que eu compreendo a identidade profissional: a partir de uma construção histórica que a profissão foi estabelecendo... Mediante a sua intervenção toda a sua construção teórica e metodológica, ético-política e técnico-operativa... Eu compreendo a identidade a partir da intervenção, daquilo que a caracteriza como compromisso ético e político com a população. Diz respeito ao modo de ser dessa profissão, que é uma inserção direta com a população e que possibilita o profissional um trabalho efetivo na garantia, na busca dessa dignidade da vida humana e consequentemente até uma transformação social. Em síntese, a identidade diz respeito a esse modo de ser da profissão que nasce hoje de um compromisso com a classe trabalhadora, um compromisso tendo como parâmetro, como referência da sua atuação, esse compromisso ético-político a partir de um referencial teórico-metodológico que lhe dá sustentação para discutir essa realidade e intervir nessa realidade de modo...é...qualitativo, viabilizando condições de vida para essas pessoas com as quais a profissão se propõe a trabalhar. (Marta, supervisora de campo).

Nos relatos das supervisoras de campo e acadêmico percebemos que esta identidade atribuída ao Serviço Social ainda permanece, na visão da instituição que contrata o profissional e nas equipes que trabalham em conjunto com o Serviço Social. É necessário que o profissional tenha clareza do seu posicionamento ético-político e se aproprie do conhecimento apreendido na universidade e das referências éticas e técnicas do Serviço Social para que não reforce essa identidade conservadora que ainda é presente no bojo profissão:

Quando eu entrei aqui, fui trabalhar no ambulatório e eu percebi assim, que as pessoas e a equipe via o Serviço Social como o profissional que ia, por exemplo, a criança tá com piolho, está aparentemente higienizada de forma precária e vinha para o atendimento. A equipe tinha que o assistente social que tinha que organizar, verificar, investigar... Investigar é a palavra, aquela família e muitas vezes elas cobravam que a gente tinha que acionar o Conselho tutelar para aquela família, que na concepção da equipe, era negligente. Então era muito daquela coisa do assistente social ser um policial de investigar, de achar que a mãe está mentindo que dá a mediação, que dá a dieta, que ela está mentindo que ela deu o banho e que era caso de denúncia. Então era muito requisitado para essa questão da denúncia no conselho tutelar. E desconstruir isso foi muito difícil, muito difícil mesmo. Foi muito tenso, muito conflituoso. Não a instituição, mas a equipe de trabalho acreditava que o profissional não era eficiente, não era competente porque tinha uma postura muito de complacência com essas questões, que no entendimento da equipe eram situações passíveis de ser

acionada, de retirar a criança, de acolher, de abrigar. Então era bem dessa perspectiva. Com o tempo - foi difícil, foi conflituoso, foi tenso, mas a gente conseguiu desconstruir essa perspectiva e trabalhar numa outra, da equipe saber que as condições materiais da família não permitia muita coisa, que a orientação era necessária em vez desse processo punitivo, investigativo, era mais a da orientação. (Heloisa, supervisora de campo).

Heloisa também destaca esse processo histórico de construção da identidade profissional a partir da superação do conservadorismo na profissão e a afirmação do compromisso ético-político com a classe trabalhadora, consolidando a identidade profissional a partir de uma nova perspectiva:

O Serviço Social é uma profissão que é reconhecida, que tem um histórico aí no Brasil de 80 anos, nasceu dentro de um processo conservador, então tinha uma identidade conservadora, própria dessa formação, do direcionamento político dessa profissão. Depois ela passa por um momento de transformação no movimento de reconceituação, nesse momento a gente não tem uma identidade própria ainda porque é um período que fica em processo de transição, não sendo um processo homogêneo, de toda categoria. Existiam aqueles profissionais que queriam modernizar o Serviço Social e aqueles que queriam romper com aquela prática tradicional e construir uma nova prática. E esse processo da identidade ele é muito próprio do nosso contexto, do contexto histórico de cada fase. O Serviço Social é uma profissão que tem esse histórico. E o assistente social pode ou não incorporar a profissão em si como um processo identificatório. (Heloisa, supervisora de campo).

A supervisora acadêmica Luiza vai de encontro com o pensamento de Heloisa, destacando a atual configuração da conjuntura sociopolítica e a importância da mediação para não sucumbir à ideologia dominante de alienação da classe trabalhadora. Defendemos a importância da formação continuada alicerçada nos princípios ético-políticos e embasada no pensamento crítico, capaz de desvelar o real. Em sua fala, percebemos a influência do pensamento conservador no Serviço Social, que concilia com a lógica neoliberal e o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital financeiro, onde o efêmero, o passageiro e a fragmentação são aparatos ideopolítico do atual estágio das forças produtivas para a reprodução do capital. Daí a importância da formação continuada para não cair nas armadilhas do imediatismo e da prática fragmentada e descolada da realidade social:

Eu acho que ele tem influenciado muito o Serviço Social, eu acho assim, são os delineamentos, os princípios do próprio neoliberalismo, que é o individualismo, a competição, a fragmentação da realidade, uma visão superficial dos fatos e dos fenômenos, estão se afastando da perspectiva crítica que é a totalidade, a perspectiva da totalidade, as mediações entre o

singular, o universal e o particular, que faz com que a gente tenha uma compreensão muito além do imediatismo. Então, na verdade, a nossa forma de pensar é contrária à forma como está se colocando hoje. O que está se colocando hoje é o imediatismo, dar respostas operacionais. Esse é o neoconservadorismo. É o individualismo, não se pensa no coletivo, não se pensa em ações de politização da população, então é um acesso restrito...é aquele determinando recursos, aquele determinado benefício e não uma dimensão socioeducativa. Mesmo a dimensão socioeducativa do Serviço Social, sinto que ela está sendo atravessada por essa questão neoliberal, porque o socioeducativo, tudo o que se fala de educação, ela tem duas grandes vertentes. Ou ela é conservadora ou ela é crítica, e às vezes eu sinto que os assistentes sociais estão preparando para a aceitação do que está posto e não para um contra ponto ao que está posto, sem perceber isso, então acaba encaminhando nesse sentido. Apesar de que a gente tem um movimento contrário também, é contraditório mesmo. (Luiza, supervisora acadêmica).

A supervisora acadêmica Marta, analisa os avanços e acúmulos da profissão, como a produção científica, a defesa da formação profissional de qualidade. Mas também considera que o conservadorismo ainda permanece presente no Serviço Social.

Na verdade meu entendimento é que ainda a gente tem embora evoluído teoricamente, refletimos, temos muitas pesquisas, muitas reflexões e estudos, uma formação avançada, todos esses aspectos que somam na qualidade a intervenção profissional, a gente tem ainda alguns comportamentos, algumas ações...ainda esse ranço, ainda um passado, às vezes, em muitos momentos presente na atuação profissional. Mediante limites institucionais, mediante ausência de um compromisso do Estado, na efetivação de políticas. Então a gente percebe. Lógico, percebemos não só por isso, mas pela própria ausência de entendimento e compromisso do profissional, ou até mesmo de um fatalismo de que está assim e não vai mudar. Então o profissional muitas vezes atende o emergencial, o paliativo, é...atende as necessidades emergenciais e urgentes...e fica numa atuação muito assistencial, pela necessidade, pela urgência, às vezes da realidade das pessoas atendidas. E eu ainda vejo muito presente na atuação do assistente social ainda essa identidade presente nas ações dos profissionais. Às vezes um profissional que estuda, reflete, pensa até diferente, de uma forma muito comprometida, mas muitas vezes a sua ação não se efetiva dessa forma como nós hoje pensamos (num processo de transformação), por várias situações já citadas, limites...ou até às vezes mesmo, por esse fatalismo do profissional que não tem mais o que fazer, que não existe investimento financeiro, que não existe condições concretas de viabilizar políticas públicas a essa população menos favorecida. (Marta, supervisora de campo).

As bases que referenciam a identidade profissional em Serviço Social estão materializadas no projeto ético-político. Mas a supervisora de campo Heloisa coloca que este apesar de ser hegemônico no Serviço Social, não possui um consenso na categoria profissional, sendo um grande desafio atual. Considera que muitos profissionais não se identificam com o projeto ético-político, afirmando a presença do

conservadorismo ainda no seio da profissão, através de práticas reiterativas e pragmáticas:

A gente tem um projeto ético-político que caracteriza a nossa profissão, a nossa prática e a nossa ética, mas que muitas vezes, as pessoas ainda não se identificam com isso. Porque eu percebo que o conservadorismo é muito presente na nossa profissão e ele se mostra na nossa prática, no dia a dia do nosso atendimento. Então se você perguntar quem é o assistente social. É um profissional que é formado, que tem a legitimidade para atuar nas expressões da questão social. Para ser assistente social a gente tem que ter perfil, tem que ter identificação com a proposta da profissão em si. Então o perfil tem que ser um profissional proativo, um profissional que busca a capacitação, que tenha uma consciência crítica, que busca romper com esse pensamento do senso comum, que busca romper com o conservadorismo que é presente no nosso cotidiano, que tenha uma capacidade de indignar com a violação de direito, com esse processo de exclusão histórico do Brasil, principalmente com os seguimentos mais excluídos. Que tenha afinidade, alinhamento com essa questão dos direitos humanos, que você acredite nisso. Porque às vezes, a gente não acredita naquilo que fala. Temos um discurso muito pronto, porque eu acho que o Serviço Social te muito isso. A gente tem um discurso pronto para várias questões. Mas quando a gente fala, redução da idade penal para criança e adolescente: qual minha concepção de ato infracional?, Qual minha concepção de justiça?, Por mais que a gente tenha o projeto ético-político que direcione. Sabemos qual que é o nosso posicionamento que é pela não redução, porque acreditamos que não é o encarceramento que vai resolver a questão da violência, mas o discurso é para reduzir devido à questão da violência. É para punir. O adolescente não é punido. E quem é assistente social e que tem uma vinculação com a profissão, uma participação, uma mobilização ativa, sabe que a criança e o adolescente no Brasil foi o segmento mais excluído, vitimizado principalmente pela questão da pobreza, do gênero, da condição social, da orientação sexual, da cor. Então a gente sabe que existe um processo de exclusão. Se a gente não tem muito claro isso, eu posso ter um discurso alinhado com o projeto ético-político, mas eu posso ter uma prática conservadora, no sentido de acreditar que realmente a redução é o caminho para reduzir a violência. A gente tem muito a questão da contradição da profissão, eu percebo isso, entre um discurso alinhado com o projeto ético-político e uma prática conservadora. (Heloisa, supervisora de campo).

Esta análise também é realizada pela supervisora Gabriela, que também defende que o conservadorismo permanece na profissão:

Eu acho que cada profissional, tem seu referencial, sua linha, mas eu vejo muitos colegas de trabalho que são extremamente conservadores ainda. Acredito que existe até na atuação, do dia a dia, eu falo de profissionais que está no dia a dia, e eles tem uma postura muito conservadora, muito assistencialista. (Gabriela, supervisora de campo).

Percebemos que um dos elementos que contribuem para a influência do conservadorismo no Serviço Social está na falta de apropriação e aprofundamento da teoria social crítica, alicerçada nos fundamentos do pensamento marxiano, pela

categoria. Conforme já elucidado a supervisora de campo Heloisa e aqui referendado na fala da supervisora acadêmica Luiza, observa-se a hegemonia deste pensamento no Serviço Social, mas ainda não apropriado por toda a categoria.

Então eu acho assim, que existem muitos equívocos em relação ao que é o marxismo. Eu acho que a própria análise do que é, de como foi construída essa teoria social crítica...Para ser construída essa teoria social crítica, o que Marx fez ...ele analisou tudo o que existia naquele momento histórico. Analisou profundamente o conservadorismo. Então eu acho que a gente está muito no modismo. Então eu sou marxista...e daí? O que é ser Marxista? O que é ter uma perspectiva crítica? Eu tenho que entender como é essa conjuntura atual. Como é essa conjuntura positivista, como é essa conjuntura neoconservadora para que eu possa me colocar nessa posição, e aí, tem uma fala do José Paulo Netto, que eu vi nesse seminário que eu comentei com você, que é muito interessante. Ele fala que nós temos que adaptar o projeto ético político-profissional ao momento atual. Quando ele fala essa palavra “adaptar”, arrepia todo mundo. Então nós vamos ser, vamos dizer assim, convencional ao que está sendo dado? Não, não é isso, mas só que a gente está no momento histórico que a gente não pode ter aquele radicalismo de achar que eu sou marxista, eu não consigo me colocar, então eu vou sair das instituições, não vou estar no Estado. A gente não pode voltar aquilo do passado. Então isso que é adaptar. Ver como no momento atual eu posso ter meus princípios estabelecidos, trabalhar numa perspectiva emancipatória, mas eu tenho que caminhar também entendendo qual é esse momento histórico. Porque senão nós vamos esvaziar os locais onde existem essa disputa. (Luiza, supervisora acadêmica).

A supervisora acadêmica, nos alerta sobre a importância da apreensão do método em Marx, para compreender as contradições da realidade social a partir das particularidades dos fenômenos sociais, construindo respostas críticas e propositivas alicerçadas no compromisso da categoria.

Eu acho que tem que ter na raiz, ir à raiz, como fala Marx, ir às contradições, ir ao fundo das questões, saber o que é possível nesse tempo histórico, como eu posso resistir, como eu posso atuar, aquilo que não dá para eu resistir e atuar, mas eu tenho que passar por esse momento. Às vezes eu tenho que aceitar algumas coisas também para me manter no trabalho e ir comendo pelas beiradas, vamos dizer assim, ir atuando de uma forma que eu possa ir criando forças para sair desse buraco, vamos dizer assim. Então eu penso que é isso. Agora se a gente for com aquela visão de que nós vamos transformar o mundo através de uma profissão, acho que isso é idealismo. Isso não é materialismo histórico-dialético. Marx não fala isso, ele respeita as posições, ele vai retomar os outros estudos para ele criar uma teoria social crítica. E nós, muitas vezes, nem queremos entender o que é o positivismo. Parece que nem pode falar sobre esse assunto. Quando a gente não conhece o nosso inimigo, não sabe o que é neoliberalismo, não sabe o que é positivismo, não sabe o que é essa fragmentação, a pós-modernidade, quando a gente deixa de conhecer, e não reconhece quem é o nosso inimigo, isso nos fragiliza. (Luiza, supervisora acadêmica).

Concordamos com a supervisora Heloisa no que se refere à hegemonia do projeto ético-político, diante da heterogeneidade da categoria e as disparidades das condições de trabalho e de assalariamento dos profissionais. Mas consideramos que a apropriação do projeto ético-político é algo que inicia na formação profissional e que esta deve propiciar uma aproximação, contribuir para despertar da consciência crítica e essa afirmação do compromisso profissional deve ser cotidiano, ao longo da formação profissional. Ao ser questionada como que se atualiza o conservadorismo na profissão, a supervisora de campo destaca:

O conservadorismo são aquelas práticas vinculadas à questão do julgamento, muito vinculada no enquadramento, no sentido de padrões que são estabelecidos de comportamento, de atitudes, aquela coisa de ter o “bom pobre” e o “mal pobre”, daquela pessoa que tem esforço, daquela que não tem. E isso reflete no sentido que a nossa profissão – que teve uma ruptura com o processo de conservadorismo teoricamente, e que a gente se identifica com uma profissão que busca a implementação dos direitos humanos, o reforço da democracia, da liberdade. Então ele rompe com essa proposta de que nós temos de construir uma sociedade justa e igualitária, sem desigualdade. Ele rompe, não tem link com essa proposta maior enquanto identidade profissional de coletividade, da classe. Nesse processo ele desconstrói aquilo que a gente entende que supera que eleva a nossa profissão em relação aos outros, que é trabalhar e identificar como as demandas da população que é excluída historicamente. O conservadorismo interfere nesse processo, de ao invés de você fazer com que as pessoas, os indivíduos tenha acesso aos direitos é você promover a exclusão Social, o preconceito, a discriminação, o apartamento. As pessoas não sentem pertencentes da sociedade, à coletividade. Eu acho que a gente tem que caminhar muito ainda com isso. Mas eu acho que é uma contradição muito grande a gente tem profissionais que ainda tem essas práticas conservadoras. A formação não consegue garantir que todas as pessoas que estão sendo formadas que serão assistentes sociais, terão incorporar um projeto de profissão que às vezes ela não se reconhece nesse projeto, então ela não consegue ainda romper e construir essas questões. (Heloisa, supervisora de campo).

A supervisora destaca o desafio de romper com o conservadorismo na profissão, diante da cultura e da lógica da sociedade, que reforçam atitudes individualistas, conservadoras. Superar esse conservadorismo, é um processo que a formação profissional pode ou não contribuir, desencadeando-o. A formação profissional pode propiciar momentos de reflexão e de críticas para permitir que os sujeitos envolvidos no processo de formação criam condições para poder superar o conservadorismo. Mas esta é uma questão cultural, histórica e estrutural da nossa sociedade, não devendo atribuir a uma profissão ou segmento a transformação desse fenômeno social, caso contrário, corremos o risco de reproduzir uma visão messiânica e endógena da profissão:

Isso é uma coisa construída que é difícil mesmo romper em quatro anos. Eu acho que é um dilema que temos para discutir, é muito contraditório, tem profissionais, a gente não tem hegemonia na categoria é quando a gente tem por exemplo o Serviço Social por exemplo a gente é contra o estatuto da família, nós enquanto profissionais, aí você é contra profissionais que defende, que acredita que assina a petição Não existe uma adesão do coletivo de profissionais naquela proposta de construção que a gente tem. Eu acho que a gente luta e busca para romper com isso, porque é muito forte. Não podemos dizer que teve um movimento de reconceituação e daquele momento em diante rompeu com o tradicionalismo, com o Serviço Social tradicional e mudou. Sabemos que não é assim, então é muito recente pensarmos que tudo isso mudou. Portanto quando a gente fala que isso prejudica é porque tem pessoas que acredita que o assistente social é aquele profissional que vai referendar ou não um direito baseado no merecimento dentro de um contexto moral, do julgamento moral daquele que pode receber. As pessoas, a sociedade, tem isso que o Serviço Social é que vai referendar ou não algum direito, algum benefício, que vai auxiliar em alguma orientação. Temos ainda profissionais que reproduz as práticas conservadoras, então conseguimos romper, porque muitas famílias, a sociedade, ainda uma parte, vê a gente ainda com o profissional que vai ou não referendar um direito com base no merecimento. A gente ainda reforça aquela identidade que tivemos e que rompemos. (Heloisa, supervisora de campo).

Heloisa ao falar dos seus colegas de curso, também acredita que muitos não se identificam com a profissão, considerando uma visão subalterna da profissão e não conseguindo realizar a mediação necessária para a compreensão da profissão numa perspectiva de totalidade:

No final do processo, de como o pessoal estava, eu acho que dez por cento, não teve a desconstrução de concepções conservadoras e até de identificação com o projeto profissional. Tinha colegas que não identificava com essa questão, que acreditava que o trabalho era inócuo, que não via mudança, que questionava essa questão da subalternidade do Serviço Social, que a gente não tinha autonomia nos espaços de trabalho para promover/propor mudanças efetivas. Então havia um grupo que não se identificava. Eles saíram sem se identificar com essa proposta coletiva de identidade profissional. (Heloisa, supervisora de campo).

Percebemos como se configura a identidade em Serviço Social frente às mudanças do mundo do trabalho e seus rebatimentos na vida social da classe trabalhadora e da profissão enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo. Partir dessa análise é importante para perceber se os profissionais estão avançando nos seus espaços profissionais frente às contradições da sociedade capitalista e qual a concepção de Serviço social que norteia a prática profissional, ou se este a compreende somente como um rol de atribuições e prerrogativas que desenvolve no seu cotidiano de trabalho.

Laura destaca a visão que a instituição tem do Serviço Social, é a que é chamado para dar respostas frente às demandas profissionais, que são requisições históricas, construídas a partir das necessidades de intervenção, diante das demandas da classe trabalhadora, no enfrentamento das expressões da questão social e suas lutas para a sobrevivência:

Eles esperam que a gente faça os projetos, os atendimentos sabe aquela coisa quando as pessoas precisam de alguma coisa elas procuram o assistente social. Para fazer as triagens, só que tipo eu faço muito mais coisas, eu faço a parte burocrática também de projetos, prestação de contas, convênios com a prefeitura. Organizar as vagas tudo mais. Em todos os lugares, o assistente social são para aquelas pessoas que precisam. Então você tem que classificar as pessoas eu sou aquela que deveria classificar as pessoas, olha essa daqui não pode pagar, essa pode pagar, essa daqui não precisa, essa precisa. (Laura, supervisora acadêmico).

Marcela também coloca essa demanda histórica para o Serviço Social e ressalta a importância do profissional alargar esses espaços e construir propostas de trabalho mais efetivas:

A gente tem isso, porque quando mexe em algumas questões, não se mexe somente com a questão profissional, mas de sentimento também. Você está aqui para acolher as famílias que chegam, só isso para você fazer. Não vivo isso mais. Mas quando a gente chega numa instituição, sim. (Marcela, supervisora de campo).

Ao ser questionada se houve alguma mudança na visão da instituição e da equipe em relação ao Serviço Social, rompendo com a visão tradicional do Serviço Social, considera que este é um grande desafio para o assistente social, tendo que este se articular enquanto sujeito coletivo, fortalecer a categoria profissional e se aproximar de profissionais que partilham do mesmo projeto profissional:

Eu acredito que, a visão dos outros colegas de trabalho, da equipe foi construída com base em quem estava anteriormente, um exemplo assim, “olha, a gente tinha uma profissional que trabalhava assim e eu quero uma profissional que trabalha assim”. Porque quando você traz coisas novas, a gente levanta algumas coisas, às vezes, que para a equipe ou para a instituição estava certo e organizado, aí quando você, fala: “não, mas isso não está tão certo assim, vamos pensar?” mais fácil ficar com o passado de que está tudo certo, ficar assim do que mexer. É com o tempo, com as estratégias, à custa às vezes, de sofrimento profissional ou algo pessoal, porque, para você conseguir o seu espaço de trabalho, as suas relações, a confiança da sua equipe, a confiança de quem te contratou, tudo isso demora um tempo [...] a gente já construiu, já conseguiu trazer muitas coisas novas para dentro da instituição, quando eu falo a gente, eu me refiro o Serviço Social, nós aqui somos em oito. A gente se reúne, e algumas

coisas já conseguimos crescer e mudar, mas tem outras coisas que a gente sabe que tem que melhorar que tem que avançar. (Marcela, supervisora de campo).

Observa-se certo consenso nas falas das supervisoras de campo e acadêmicos, sendo que a supervisora de campo Heloisa compartilha do pensamento de Marcela, destacando que a equipe de assistentes sociais da APAE trabalha mais articulada e apresenta protocolos mais homogêneos, o que contribuiu para que os colegas de trabalho desmistificassem a visão conservadora tinha em relação às famílias e sua realidade social:

Hoje eu percebi que o Serviço Social aqui na APAE é mais articulado, conversamos mais, troca mais, as práticas são mais próximas. Os Protocolos de atendimento são mais homogêneos. Porque quando eu entrei cada assistente social tinha uma forma de trabalhar. Tinha assistente social que fazia visita e fazia denúncia sim, tinha outras que não, que fazia visita, que verificava, que orientava a família, organizava, vê o que está acontecendo. Então Hoje eu percebi que as práticas mais homogêneas. Hoje a equipe de todas as áreas têm uma compreensão mais próximas, mas ainda há distorções do que é o Serviço Social. (Heloisa, supervisora de campo).

Um dos elementos que a supervisora considera como importante para a construção de uma prática diferenciada das equipes em que trabalha, é a atuação de determinados profissionais alinhados com o projeto ético-político, que dá a direção social para o Serviço Social. Contribuindo para que outros profissionais repensassem seu compromisso profissional e aproximassem mais a equipe da realidade social das famílias:

Essa desconstrução se deu através da atuação de profissionais que conseguiam trabalhar dentro da proposta do projeto ético-político do Serviço Social. Dessa proposta de garantia de direitos, de valorização da história de vida de cada família, da discussão de caso, quando o profissional conseguiu aproximar a equipe da realidade das famílias, para que o atendimento fosse mais de acordo com as possibilidades da família. Quando você traz a realidade, faz que entenda que algumas questões são passíveis de acontecer e outras não. Não é que é a família seja negligente, é porque as condições materiais e as condições objetivas daquela família não permitem que aquilo que eu trago de proposta vai efetivamente acontecer. (Heloisa, supervisora de campo).

Para a supervisora Marcela o conhecimento é um importante para a construção do projeto ético-político. Percebemos que este conhecimento é o que norteia a visão de homem e de mundo da profissão e marca o compromisso com a construção da identidade profissional:

O conhecimento. Porque quando você pega o projeto ético-político se você oferecer ele para alguém. Só oferecer, “olha sua profissão é esse o seu projeto, seus princípios são esses”. Não consegue se identificar. Sem entender nada. Então realmente é o conhecimento que te leva a querer construir aquele projeto ético-político. Porque na verdade, quando você tem o contato com o projeto ético-político, você diz realmente é isso que eu quero, mas ele já estava construído, a iniciação dessa construção interna já estava e ele resume tudo ali. Além do conhecimento diário do conhecimento sempre, eu acho que são o planejamento das ações, onde você coloca a metodologia, as estratégias. Eu acho que essa questão do conhecimento, de quando a gente começa a entender as coisas como são construídas, o mundo dos valores, isso precisa ficar muito marcado para o profissional, senão ele desiste. Às vezes, ele não desiste de trabalhar, de ser profissional, mas ele desiste do ideal, ele desiste da sua identidade. Isso lá atrás, quando algumas coisas para você não faz sentido. Muitas vezes não vai ter o olhar para aquele usuário que necessita de algo que muitas vezes é muito simples, mas é muito trabalhoso para ele ou para nós, você desiste. Então essas bases precisam ficar muito marcadas para o estudante, para a gente sempre, porque tem sido desafiador ser assistente social na realidade que hoje a gente tem. (Marcela, supervisora de campo).

É necessário apreender o desenvolvimento da consciência coletiva, na compreensão na função social da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico, que assuma seu papel enquanto sujeito histórico, político e revolucionário, realizando o “[...] ruído do trabalho daquela toupeira de que falaram Hegel e Marx.” (PAULO NETTO, 1994, p. 41).

A identidade profissional vai de contraponto com a lógica da sociedade vigente, dessa forma, como nos coloca Iamamoto (2008a, p. 17), “[...] mais do que nunca é preciso ter coragem”, pois firmar um perfil de profissional que vai contra a lógica da sociedade vigente, a hegemonia do capital, é um processo dialético e contraditório, pois é negar as bases que permitiram sua gênese no mundo do trabalho e partir para a direção de “[...] assumir como seu fim último a superação da sociedade capitalista”, com isto a profissão estará “[...] assumindo sua própria superação em termos da condicionalidade material que hoje peculiariza sua prática.” (MARTINELLI, 2007, p. 151, grifo do autor).

1.3 A importância da mediação em Serviço Social: categoria necessária para a compreensão do estágio em Serviço Social

A sociabilidade burguesa se reproduz enquanto sistema hegemônico através dos seus mecanismos de dominação político-sociais e culturais, diante da necessidade de se legitimar frente profundas transformações sociais vivenciadas no

mundo do trabalho com o objetivo de ocultar as contradições e antagonismos de classes presentes na dinâmica da realidade social.

A realidade social na sociedade capitalista, assim como em cada momento histórico, não se revela de imediato, na forma como ela é, ou seja, sua essência, onde se estrutura sua lógica de produção e reprodução social, não está explícita na sua imediatez, sendo necessário, conforme nos coloca Kosik (1976), certo esforço, um *détour*, para compreendermos as duas dimensões da práxis humana: a essência e a aparência que compõe dialeticamente o movimento do real. Essa análise crítica da realidade permite apreender as múltiplas determinações que constituem a totalidade social;

[...] uma análise filosófica que ultrapasse o âmbito da ciência especializada e que revele o *que é a realidade e como se forma a realidade humano-social*, permite compreender a essência das categorias econômicas, dando-nos a chave para a sua análise crítica. (KOSIK, 1976, p. 170, grifo do autor).

Dessa forma, a teoria social crítica de Marx (1993), ao analisar o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista assentada na divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, contribuiu para o desvelamento dos mecanismos de dominação do homem pelo capital e evidenciando seu compromisso com a revolução social. O pensamento de Marx caracteriza um avanço frente ao pensamento clássico burguês.

Opondo-se ao pensamento clássico burguês e ao idealismo dialético de Hegel (2001), Marx propôs um método de análise da realidade social, em que a categoria trabalho, desmistificou os mecanismos de dominação da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, contribuiu com o desenvolvimento de um método de análise capaz de apreender a realidade para além da sua pseudoconcreticidade.

Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre o produtor e o processo global da produção, a fragmentação do processo de trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que produzem irrefletidamente, sem planejamento nem coerência, tudo isso devia ter também uma influência profunda sobre o pensamento, a ciência e a filosofia do capitalismo. (LUKÁCS, 2003, p. 105).

A realidade social passa a ser compreendida como um complexo social, e o homem enquanto sujeito social, histórico e político, que a cria e a recria a partir de condições objetivas determinadas. Como nos coloca Marx em sua obra *A Ideologia Alemã*, seus pressupostos: “[...] não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 86).

Marx não só procurou compreender a realidade social em que vivenciava diante das revoluções sociais no século XVIII, com o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista, como também, desenvolveu um método de análise, capaz de apreender o movimento do real em sua totalidade social. A realidade social para ele é formada por um complexo social de contrários, onde os fenômenos sociais são expressos em relações contraditórias, em uma unidade articulada de múltiplas determinações. A práxis social é construída historicamente, a partir da relação do homem com a natureza e entre si, construindo uma realidade completamente humanizada.

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1976, p. 202, grifo do autor).

Diante do processo dialético da realidade social, a partir das particularidades de cada momento histórico de desenvolvimento das forças produtivas, a unidade entre a essência e a aparência do fenômeno está em constante movimento, não apresentando de forma imediata sua lógica e sua determinada forma de ser, que está permeada pelos antagonismos de classes e dos processos sociais, político, econômicos e culturais de exclusão social, alienação, luta de classes e demais fenômenos sociais que se assentam o modo de produção capitalista mediado pela apropriação da riqueza socialmente produzida através da propriedade privada dos meios de produção.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se

manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 11).

A dinamicidade da realidade social e sua complexidade nos permitem perceber a importância de estarmos sempre atentos ao seu movimento, procurando apreender os antagonismos e contradições, para desmistificar os mecanismos de dominação e alienação do homem frente ao real e criar as estratégias para fortalecer a luta da classe trabalhadora e de sua consciência de classe em direção da emancipação política e social.

O Serviço Social diante do compromisso ético-político assumido historicamente com a classe trabalhadora, tem buscado criar estratégias de defesa da formação e do exercício profissional de qualidade, crítico, propositivo e criativo. Alicerçado nos princípios éticos que materializa o projeto ético-político do Serviço Social. A defesa da formação profissional de qualidade, alicerçada nos Princípios e nas Diretrizes da Formação Profissional, entre eles destacam-se: “2.2 Diretrizes Curriculares [...] 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade.” (ABEPSS, 2007, p. 73).

A formação profissional configura-se como tema atual nos debates e meio acadêmicos da profissão. Diante do compromisso da categoria com a luta social da classe trabalhadora. E da dinâmica da realidade social em sua complexidade histórico-social e cultural, procurando desmistificar os mecanismos de dominação políticos-ideológicos que ocultam as contradições da sociedade capitalista e contribuem para a sua reprodução social.

Este olhar atento e acurado para a realidade social, procurando propor respostas de intervenção profissional críticas e criativas está alicerçado no princípio da formação profissional de qualidade em Serviço Social, onde marca o:

2.1 Princípios [...] 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. (ABEPSS, 2007, p. 72).

Conforme mencionado no primeiro capítulo, identificamos que a gênese da profissão se dá em um período de intensas transformações sociais. E é essa dinamicidade da realidade social, de constantes mudanças vivenciadas no mundo

do trabalho, procurando garantir o processo de acumulação do capital a níveis cada vez mais elevados e no contraponto procurando deter as suas contradições e luta de classes, que levou a profissão a um processo de Reconceituação da profissão, culminando na década de 1980, com um Serviço Social comprometido com a luta das classes populares e com a emancipação política e humana.

Segundo Paulo Netto (2010) é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais, para que, a divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. Dessa forma, percebemos que o Serviço Social naquela quadra histórica da década de 1980, avança enquanto profissão em um cenário de retrocesso político, principalmente diante do avanço do neoliberalismo, da precarização das relações de trabalho frente ao atual estágio de reestruturação do modo de produção capitalista.

A partir do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e alicerçado no pensamento social crítico de Marx, torna-se necessário a construção de um perfil para a formação profissional coerente com os princípios ético-políticos da profissão. As Diretrizes Curriculares marcam um novo paradigma no Serviço Social, alicerçado no compromisso com a qualidade da formação profissional e na defesa dos princípios ético-políticos.

Preconiza-se uma formação generalista, crítica e propositiva, em consonância com um perfil de profissional capaz de compreender a realidade social para além de sua imediatez e, a partir daí, criar respostas críticas e de fortalecimento da classe trabalhadora. A categoria profissional vem em direção de uma formação profissional com competência teórico-metodológica, com habilidades técnico-operativas para intervir na realidade social e alicerçado no compromisso ético-político com a classe trabalhadora. “A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia.” (LEWGOY, 2009, p. 45).

Entre os pressupostos da formação profissional, as Diretrizes Curriculares colocam a compreensão do Serviço Social enquanto particularidade nas relações de produção e reprodução social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, sendo expressão das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

O segundo pressuposto, relaciona a profissão com a questão social que é a sua base fundante na sociabilidade burguesa, cujas expressões são objeto de intervenção profissional do assistente social. Esses pressupostos dão a materialidade para a apreensão da identidade profissional numa perspectiva de totalidade, percebendo o Serviço Social a partir das contradições da realidade social e as possibilidades de intervenção que elucidam para o assistente social.

Outro elemento importante, são os princípios que norteiam a formação profissional e que balizam a construção de um perfil profissional dotado de capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a “1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade.” (ABEPSS, 2007, p. 73). Essa competência, deve contribuir para a instauração da dimensão investigativa no Serviço Social que permita:

2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país. (ABEPSS, 2007, p. 73).

Contribuindo para a “[...] apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.” (ABEPSS, 2007, p. 73). Esse princípio contribui para que não incorra em uma visão messiânica e nem fatalista na profissão ao apreender as possibilidades reais de intervenção e

4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado. (ABEPSS, 2007, p. 73).

Os núcleos de fundamentação estão articulados, sendo didaticamente divididos para a compreensão da realidade social e da profissão numa perspectiva de totalidade. O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social analisa a constituição da sociedade capitalista e do seu modo de produção, a partir da lógica da propriedade privada dos meios de produção e da divisão social do trabalho e a constituição do ser social no mundo do trabalho.

Este núcleo se particulariza nas especificidades da formação da realidade social brasileira, sua formação sócio-histórica, político-cultural, diante do processo de industrialização tardia, e a partir da realidade brasileira. O Serviço Social é

tratado como especialização do trabalho coletivo, inserido na dinâmica da sociedade capitalista a partir do agravamento das suas contradições e antagonismos, sendo abordado no terceiro núcleo, dos fundamentos do trabalho profissional.

A forma como está organizada a lógica curricular permite uma maior flexibilidade dos conteúdos e uma maior articulação entre as dimensões do processo de formação profissional, apreendendo a profissão na sua particularidade histórica e contribuindo para a efetivação da relação entre teoria e realidade no processo formativo. Dessa forma, as diretrizes curriculares, caracterizam como uma importante estratégia na defesa da formação profissional diante da reforma universitária colocada em curso na sociedade brasileira e a proliferação irracional do ensino à distância. Vasconcelos (2007, p. 67) afirma a importância das diretrizes curriculares como estratégia de enfrentamento ao processo de fragilização e precarização do ensino superior.

Preconizando uma formação crítica e comprometida com os valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, o projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais se confronta com esse modelo de educação superior que fortalece a privatização e a mercantilização da educação, respalda as formações aligeiradas, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade e implementa processos avaliativos disseminadores da competitividade entre instituições, cursos e profissionais.

O estágio supervisionado adquire um novo patamar com as Diretrizes Curriculares, sendo considerado o lócus privilegiado de construção da identidade profissional em Serviço Social e espaço de mediação e efetivação da práxis profissional, diante do caráter interventivo e investigativo da profissão.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio supervisionado na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo.

Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes [...]. (ABRAMIDES, 2004, p. 16).

Para a supervisora Heloisa há um perfil em relação a identidade profissional e que esta compreensão é fundamentada pelo projeto profissional que faz com que os profissionais se identifiquem enquanto segmento profissional:

Eu compreendo a Identidade profissional como a concepção que cada profissional tem da profissão, do histórico da profissão, do seu contexto. Independente do espaço de trabalho para mim é como você se reconhece não enquanto ser individual, único. Mas como você se reconhece como projeto, o que caracteriza o profissional de Serviço Social. (Heloisa, supervisora de campo).

Laura considera importante o estágio na construção da identidade profissional, mas considera que esta se efetiva a partir do exercício profissional. Ao relatar sua experiência enquanto estagiária, durante a sua formação na graduação, alega que não teve uma experiência positiva no seu estágio, considerando que quase desistiu da profissão:

Aí a partir desse momento que você começa a construir a sua identidade. Mais do que no estágio é na profissão. Pelo menos, assim, minha visão que eu tenho do estágio, quando eu fiz o meu, eu não acho que serviu muita coisa, não gostei do meu estágio, tanto que eu tinha desistido de ser assistente social. Agora eu estou como supervisora e tendo estagiários, eu não sei qual a percepção que elas têm, às vezes eu sinto elas muito perdidas, muito engessada nas teorias, elas tem muita dificuldade em lidar com a prática, em atender as pessoas, em conversar. (Laura, supervisora de campo).

Gabriela também teve uma experiência semelhante com um dos seus estágios, considerando que o estudante não se identificou com a profissão e seguiu outra carreira profissional. Percebemos pela análise do seu relato, que a estagiária não conseguiu compreender a mediação necessária para apreender o lugar que o Serviço Social ocupa no mundo do trabalho e quais as particularidades que determinam e influenciam no exercício profissional, caindo numa visão messiânica da profissão e não entendendo as expressões da questão social é uma questão estrutural. Percebemos que também haja a questão da não identificação com a profissão, já que segundo a supervisora, estudante partiu para uma área completamente diferente do Serviço Social:

Eu tive estagiário que começou com a gente e que depois teve uma que optou, não identificou e disse, não quero ser assistente social. Aí questionando, querendo saber o porquê, ele achava que tinha que resolver tudo. A pessoa chegou a falar “nossa eu sou tão pequeno perto de tudo isso, o que é que eu vou resolver”. Mas a gente não está aqui para resolver tudo de imediato. É uma construção, é no dia a dia que a gente vai conseguir mudar alguma coisa. A gente pensar nesse sentido que a gente não vai resolver nada e nada vai mudar, então realmente não tem porque continuar mesmo uma profissão. Eu vejo hoje - falando da nossa instituição, uma coisa que eu comecei enquanto profissional mudar muito. Antes, muitas vezes, a gente vem com a solução, uma suposta solução para o usuário, o que eu achava para mim que era bom e às vezes não é isso.

Temos que escutar o outro, eu acho que a escuta e o diálogo, momento para refletir, é de extrema importância e querendo ou não a gente tem que ser críticos. (Gabriela, supervisora de campo).

O estágio é um dos momentos centrais na construção da identidade profissional, sendo que esta inicia-se no curso e percorre ao longo da vida do assistente social. Sendo um processo dialético, que acompanha o movimento do real. O estágio um desses espaços de contribuição deve ser realizado de forma que contribua para a formação profissional, alicerçada nos princípios ético-políticos e nas Diretrizes Curriculares.

Essa não identificação com a profissão e a precariedade que a experiência de estágio é para alguns estudantes, advém da dificuldade de realizar o estágio conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares, diante das falhas na formação profissional, a falta de campo de estágio, as condições de trabalho dos profissionais nas instituições que apresentam limites para a realização da supervisão. Todos esses desafios, leva-nos a refletir se o estágio possui a centralidade na formação profissional:

Então eu acho assim, em síntese, vamos dizer, em tese, é esse o movimento da formação. Mas isso não significa que ela acontece com todos, para todos. E nesse intermediário aí tem as dificuldades do professor, as dificuldades da instituição, as dificuldades do aluno, então não dá para a gente dizer que nem se fosse um produto que entra “A” e sai “B”, todo bonitinho. Infelizmente na educação não é assim. Tanto, que é muito difícil mensurar qual foi o impacto da nossa formação dada na UNESP na prática profissional. É difícil mensurar, porque têm muitas determinantes, múltiplas determinações aí que vão influenciar. Então não dá para a gente dizer que o produto final é “X”. (Luiza, supervisora acadêmica).

Dessa forma, é necessário que o profissional tenha clareza do seu lugar no mundo do trabalho, frente as contradições da sociedade capitalista, e que diante da própria constituição da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo, o assistente social reproduz essas contradições. O que pode ser evidenciado na fala da supervisora acadêmica Luiza:

Exatamente, reconhecer as nuances para que você possa trabalhar entre ela e reconhecer que é contraditório. Pela mesma atividade que o assistente social desenvolve, ele atende demandas do capital e do trabalho. Isso Lamamoto nos falou lá em 1982. Não dá para a gente atender só as demandas do trabalho. É nessa mediação, é nesse conflito, é nessa tensão que estará a nossa profissão. Então reconhecer como está hoje esse tensionamento. Com certeza hoje a balança está muito mais para o capital do que para o trabalho, já esteve até um pouco diferenciado, vamos dizer que a década de 80, no processo democrático, foi um tempo de ouro,

vamos dizer assim, e que hoje está contrapondo. Hoje o mais forte talvez esteja sendo mesmo o projeto neoconservador. Então reconhecer isso para lutar contra isso. Se a gente não reconhecer essa tensão contraditória, nós vamos sucumbir, porque a gente não vai dar conta de mudar, a gente vai falar...já que eu não consigo fazer como deveria, eu vou fazer nada... Aí cai no fatalismo que a lamamoto tanto coloca para a gente. Temos que ter muito cuidado com o fatalismo e messianismo, ficar na realidade. A realidade é o nosso ponto principal. (Luiza, supervisora acadêmica).

Vários fatores contribuem para que o estagiário não se reconheça e não identifique com a profissão a partir da sua aproximação através do estágio supervisionado, entre eles, está a não identificação com o campo de estágio. As vezes o estagiário não realiza o estágio onde deseja, mas onde tem a vaga.

A mediação é outro importante elemento para que o estagiário consiga realizar a relação entre a teoria apreendida na faculdade e a experiência vivenciada no estágio. Destacamos que teoria e realidade são dimensões distintas que se complementam. Para a supervisora de campo Heloisa, a falta de campo de estágio é um dificultador para que o estagiário consiga realizar a mediação, já que o estudante possa sentir frustrado por não estar realizando o estágio no campo desejado. Em relação ao estagiário realizar o seu estágio num mesmo campo, consideramos importante por contribuir para que ele tenha uma dimensão mais ampla do trabalho do assistente social e de todo processo, não fragmentando a experiência e consiga vivenciar experiências significativas durante o período em que está no campo de estágio:

Porque às vezes o estudante vai ficar aqui na APAE dois anos e vai ter essa experiência apenas de como se dá a prática. Não sei se isso é bom ou ruim, porque às vezes ele poderia vivenciar outros espaços, por exemplo, o CRAS, o CREAS, o serviço público. Mas eu percebo que a gente tem um problema sério em relação a ofertar vagas para todos os estudantes e que eles façam os estágio de acordo com aquilo que ele tem interesse. Eu percebo que às vezes ele faz estágio onde tem vaga, não onde ele tem interesse, ou onde ele teria uma inclinação. Porque temos durante a formação, aquele sonho de fazer estágio em determinados locais e depois poder aprofundar, fazer um link com o TCC. Eu acho extremamente interessante que você conseguir trabalhar aquela questão da pesquisa, do ensino e da extensão. Extensão no sentido de você ter elementos práticos para poder fazer essa articulação com a teoria e poder subjetivar e escrever tudo isso, escrever uma hipótese. Porque a gente tem em várias situações do trabalho que a gente não tem tempo depois de formado. Quando a gente é estudante a gente cria essas perguntas enquanto processo de formação. [a importância da dimensão investigativa no Serviço Social] Eu acho importante contribuir para essa fase, para esse processo mas eu percebo que é um processo limitado que não é um processo onde o estudante vai fazer onde quer, onde deseja ele vai fazer onde tem a vaga eu acho isso um dificultador. (Heloisa, supervisora de campo).

A supervisora Cláudia destaca a importância do estágio na relação entre teoria e a realidade vivenciada no estágio e os momentos que ela acontece, enfatizando que procura nas suas supervisões, a correlação das situações com o conhecimento que o estagiário apreende no curso:

Existe a completude teórico-práticas e na vivência a gente tem que mostrar isso para o aluno. Agora isso a gente discute nesse caso, qual a referência teórica em cima disso? Qual o modo que eu estou usando ou adotando para interpretação dessa situação? É o modo crítico-reflexivo? Eu analiso, sou capaz de desenvolver no aluno a capacidade da matriz dialética de ver as contradições ou se eu trabalho na perspectiva de enquadramento positivismo, do funcionalismo, mesmo que a prática pode ser, às vezes, um pouco - pela performance do campo, da missão institucional, mas o modo de eu trabalhar ninguém interfere, o modo de eu interpretar, de eu ver a realidade do campo. Eu sempre tive autonomia aqui no meu trabalho. (Claudia, supervisora de campo).

Lúcia também parte dessa mesma perspectiva:

Eu acredito que é uma vivência muito significativa, porque o estudante passa a vivenciar essas situações. Aqui conosco ele fica junto com o assistente social, dentro da sala, nós discutimos os casos, levantamos as possibilidades, do que fazer, que caminho tomar dependendo da demanda que chega até nós. Refletimos com relação a políticas, como que isso tem acontecido, de que forma nós podemos auxiliar, já que está garantido. Então existe uma discussão, uma apropriação, um encaminhamento. O estágio a meu ver, ele vem concretizar mesmo para o estudante, tudo aquilo que a formação traz, as orientações e toda a vivência para ele poder ter essa percepção do que é a profissão. (Lúcia, supervisora de campo).

Em relação ao estudante realizar seu estágio em somente um campo, consideramos importante para que ele tenha a dimensão da processualidade e compreenda a intervenção profissional numa perspectiva mais ampla e não fique atrelado a experiência cotidiana de forma fragmentada nos atendimentos, visitas domiciliares e outras atribuições desenvolvidas pelo profissional.

Mas que consiga vivenciar propostas de trabalho mais efetivas que vá de encontro com o projeto ético-político. Lembramos que o estagiário tem a opção por realizar o estágio não obrigatório, garantido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que poderá ser em outra instituição. O Artigo 2º da Lei 11.788, estabelece:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. (BRASIL, 2008)

Neste artigo no seu segundo parágrafo, também é caracterizado o estágio não obrigatório:

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008).

Realmente, proporcionar vagas de estágio configura-se como um desafio para as UFA's, diante da falta de campo de estágio e das condições de trabalho dos profissionais para oferecer a supervisão de campo. Esta questão se agrava com a possibilidade de oferecer estágio nas duas modalidades.

A possibilidade de sistematização e o relacionamento do estágio com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma proposta das Diretrizes Curriculares. Consideradas como atividades indispensáveis integradoras do currículo, caracterizando como um momento de sistematização e de síntese, onde o estudante relacionará o conhecimento apreendido na faculdade com a vivência do estágio.

Trabalho de Conclusão de Curso: é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio no decorrer do curso. (ABEPSS, 2007, p. 84).

Segundo a supervisora Gabriela, considera que o assistente social possui um perfil e o analisa a partir das suas atribuições, daquilo que é demandado ao Serviço Social e que de certa forma está relacionada com a identidade profissional:

Assistente Social é uma pessoa que acolhe, que escuta, que respeita, que reflete junto, que tenta fazer com que você seja protagonista. É uma pessoa que busca lógico, pela defesa dos direitos. Uma pessoa que tem ser crítica. Porque se ela não for nós não vamos conseguir transformar nada. (Gabriela, supervisora de campo).

Marcela destaca a importância do estágio na construção da identidade profissional em Serviço Social, baseado em um perfil profissional generalista, que é preconizado pelas Diretrizes curriculares:

Identidade é uma coisa que nos é própria que nos é característica. A gente quando forma e faz o Serviço Social (e eu que venho de uma universidade pública, da UNESP). A gente acredita que tem uma identidade generalizada, onde todos falam a mesma língua. Quando você sai e fala "eu sou assistente social" e a pessoa fala a mesma coisa, dá a impressão que

nós somos íntimos, temos algo em comum. Nem sempre quando a gente trabalha e está diante de vários profissionais a gente vê que essa identidade não é da mesma forma para todos quando você pergunta pra mim o que é a identidade do Serviço Social eu me remeto ao nosso projeto ético-político, aos nossos princípios, aos nossos ideais e tenho pra mim que a minha identidade profissional está ligada a esse projeto político. (Marcela, supervisora de campo).

A supervisora acadêmica Luiza, destaca a importância das Diretrizes Curriculares na construção do perfil que norteia a construção da identidade em Serviço Social, considerando-o como um profissional generalista, crítico e propositivo dotado de competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e de habilidades para intervir nas expressões da questão social. Luiza também não perde a dimensão de processualidade da identidade que inicia no curso e percorre por toda a vida profissional. Sua análise perpassa pelos princípios das Diretrizes Curriculares tratados anteriormente:

Eu acredito que a identidade profissional do assistente social é feita a partir do perfil que a categoria profissional delineou nas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Então eu acho que qualquer formação profissional, ela tem um direcionamento e esse direcionamento vem das diretrizes curriculares daquele determinado curso. Então, nós temos um perfil a formar. Então eu penso que todas as disciplinas, que todos os debates que são feitos na graduação, eles caminham nessa direção desse perfil: um profissional generalista, um profissional crítico, propositivo, que tem princípios éticos que fundamentam a sua ação através do nosso código de ética profissional, que tem atribuições e competências específicas. Então acho que o perfil profissional vai dar a identidade profissional daquela profissão. É claro que mesclado com as experiências, cultura, formação de cada sujeito que são singulares. Mas acho que esse é o perfil do assistente social, a identidade do assistente social que vai ser construída coletivamente no processo de formação e depois no exercício profissional. (Luiza, supervisora acadêmica).

Lúcia ao falar quem é o assistente social também volta sua análise para as atribuições e competências. Visão esta que percebemos na maioria das falas das entrevistadas. A identidade profissional é configurada a partir do “fazer profissional”. Apesar de levar em consideração o objeto de intervenção profissional, a identidade ainda é vista a partir das atribuições profissionais. E destaca a importância do conhecimento que norteia a visão de homem e de mundo para poder identificar o que é da competência profissional:

O assistente social é aquele que trabalha diretamente com a questão social e que executa as funções de intervenção e de orientação. Tudo que tá dentro da profissão mesmo. O que me norteia foram às bases que eu tive na minha formação então assim eu me apropriei do conhecimento da área

social. Então é isso que me norteia, eu fui formada para fazer acolhida ao usuário, para poder fazer a visita domiciliar, fazer escuta, para poder compreender as questões e as demandas que ele me traz e de que forma nós podemos construir um processo ou um trabalho para adquirir aquele direito e de certa forma não está sendo adquirido, não está sendo conquistado naquele momento. Então é isso que me dá apropriação para identificar que eu posso trabalhar dentro da área porque eu fui formada para isso. O Serviço Social me deu essa base para poder fazer esse atendimento, essa escuta, essa colhida, para ouvir essas necessidades demandas se a gente pensar como eu estou aqui trabalhando com a deficiência, o nosso foco de trabalho é a pessoa com deficiência eu fui formada para poder auxiliar dentro das demandas que ele traz para a gente conseguir efetivar o direito deles. E que é, a maioria das vezes, tem sido negado e é preciso fazer todo um caminho para que eles consigam é adquirir minimamente aquilo que eles precisam que são essenciais para eles. (Lúcia, supervisora de campo).

Essa importância do conhecimento também é relatada pela supervisora Claudia ao procurar caracterizar o Serviço Social:

Que eu o amo. É uma profissão extremamente de muita responsabilidade, bela e eu penso que é uma profissão que tem muito a caminhar. Mas eu acho que está caminhando, devagar, mas que estamos tendo algumas mudanças, mas de modo gradativo. Não é de hoje para amanhã é uma profissão muito bela, principalmente pela luta pela defesa dos direitos dos nossos usuários. E que muitas vezes isso não era assim, que eles muitas vezes não têm conhecimento, que a gente traz informação para eles, do que eles tem direito, do que podem fazer para alcançar isso. Tenta garantir isso junto com ele. Eu acho que uma profissão muito bela e que tem muito para mudar. (Claudia, supervisora de campo).

A supervisora Claudia considera que a construção da identidade profissional começa a partir do momento da escolha do curso. Ao relatar como se deu a sua escolha pelo curso de Serviço Social, é interessante percebermos que o Serviço Social não era sua primeira escolha e considera que o que contribuiu para sua escolha refere-se a proximidade e afinidade com as práticas sociais:

Eu gostaria de deixar claro que a identidade começa a delinear com a escolha da profissão, com o que eu desejo ser, qual a minha vocação e aí eu me remeto a minha escolha da profissão, com o que desejo ser, qual minha vocação. Porque eu escolhi Serviço Social. Na verdade, até eu decidir que curso universitário eu ia fazer eu sonhava em ser geóloga, e por alguns anos sempre como geóloga, depois eu soube na época que tinha o curso de Serviço Social somente em Ribeirão Preto. E eu na minha época de colegial, era muito afeiçãoada às práticas assistenciais, para ajudar a população de rua pelo diretório da escola depois eu soube da existência desse curso e decidir de forma instantânea de uma noite para o dia a fazer Serviço Social. Decidi trocar assim, eu achei que ia como geóloga explorar o mundo pela via geofísica, e eu fiz a opção de explorar pela via das relações sociais, contextualizando o mundo, as relações sociais, eu fiz essa opção e não me arrependi até hoje eu já me aposentei em 2012 e continuo trabalhando, pelo amor que eu tenho pela profissão. E sou uma pessoa

muito realizada, tive diversificadas experiências profissionais em Franca e fora de Franca. (Claudia, supervisora de campo).

Claudia destaca a importância da grade curricular e das disciplinas na formação profissional, destacando que esta contribuiu para que tivesse clareza do que era o Serviço Social e sua contribuição para o exercício profissional:

Comecei fazer o curso e os primeiros anos a grade não correspondia nada daquilo que eu imaginava para eu me formar como um profissional. Mas algumas matérias começou a me sustentar interesse: a filosofia, a sociologia, a psicologia. Então eu vi que a minha área iria realmente afunilar pra me colocar, exercer a minha profissão diretamente com a população. A partir do momento que eu comecei desvelar o conteúdo das Ciências Sociais, eu fui tendo, esperança e motivação para saber que eu ia de encontro, eu ia sair da faculdade pelo menos norteada para exercer a profissão de que para mim propriamente dito começa a construção da identidade a partir do momento que você vai para a prática. (Claudia, supervisora de campo).

A aproximação da supervisora Gabriela do Serviço Social se deu de forma semelhante que Claudia. A assistente social destacou que inicialmente pensou em fazer Direito, mas devido ao contato com familiares que eram assistentes sociais, optou pelo curso. É interessante, que mesmo tendo essa aproximação com a profissão e considerar que suas tias possuíam práticas bem próximas do que considera o Serviço Social, menciona que sua visão mudou com o seu processo de formação profissional:

A visão com certeza muda. Como que foi a minha caminhada para o Serviço Social inicialmente. Eu fiquei muito perdida, naquela época da adolescência que você não sabe o que vai fazer ou não fazer. Inicialmente eu fui para o lado do Direito, mas não me identifiquei. Eu tenho duas tias minhas que são assistenciais, aí eu comecei a ir um pouquinho no trabalho delas, no dia a dia delas, aí eu me identifiquei aí eu falei assim, eu quero e vou fazer, eu acho muito bonito. O que a gente faz diariamente é a defesa dos direitos do usuário aí foi quando eu vi que era que tinha isso, existe a possibilidade de mudança sim, aí eu optei por fazer. Se eu tinha essa visão de garantia de direitos? Tinha sim, eu acho que tinha, porque as minhas tias trabalhavam muito próximo disso. (Gabriela, supervisora de campo).

A mediação configura-se como principal categoria para a apreensão do estágio enquanto espaço de mediação entre o conhecimento adquirido na realidade social com a experiência vivenciada no campo de estágio. Daí a importância da qualidade e da defesa da supervisão de campo e acadêmica que torna-se mais clara e melhor definida os papéis de cada sujeito envolvido no processo de supervisão

com a Política Nacional de Estágio, construída coletivamente pela categoria profissional em 2010.

Em decorrência das dificuldades na supervisão direta, quantidade de estagiários por supervisor, local para estágio inadequado na instituição de campo, estágio sendo utilizado como mão de obra barata e outras dificuldades, impulsionaram a ABEPSS (2010) na elaboração de uma Política Nacional de Estágio (PNE) construída no ano de 2009 e apresentada oficialmente a todas as unidades de ensino de Serviço Social do país em maio de 2010.

Destacamos a importância dos princípios elucidados pelas Diretrizes Curriculares, principalmente indissociabilidade entre o estágio e a supervisão acadêmica e profissional, contribuindo para a articulação entre a dimensão teórico e a prática numa unidade dialética, onde o conhecimento apreendido na formação profissional contribua para a compreensão crítica da realidade social. É necessário, apreender o estágio enquanto espaço de mediação da práxis profissional, para que não ocorra de suplantando a teoria à realidade social, ou que o estagiário caia nas armadilhas do praticismo que empobreça a intervenção profissional, desarticulando-a do compromisso ético-político e da intencionalidade da profissão e de sua direção social.

O estágio deve ser o espaço de mediação entre o singular e o universal, através das particularidades sociais, procurando apreender a realidade social em seu movimento, na busca da totalidade social através das múltiplas determinações que compõe a lógica da sociedade capitalista e que constituem os processos sociais. Segundo Pontes (2010, p. 81), a totalidade social:

[...] é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social.

Compreender a realidade social em sua totalidade não é apreender todas as partes que compõe o todo, pois a realidade não se caracteriza como um “quebra-cabeça”, mas apreender o próprio movimento do real, sua lógica de ser, sua constituição enquanto ser social para além da pseudoncreticidade, da aparência do imediato.

Percebemos pelos relatos da supervisora Marcela, que a visão de homem e de mundo embasa não somente a formação e o exercício profissional, mas também o indivíduo que passa a ter uma nova forma de olhar e vivenciar o mundo. O ser humano deve ser entendido numa perspectiva de totalidade, enquanto ser único, individual, onde as dimensões da vida profissional e pessoal não podem ser desvinculadas:

É um ideal profissional e é um ideal de vida também, a gente quando faz a faculdade, o processo da faculdade nos transforma enquanto pessoa também. Não sou só uma assistente social eu sou uma pessoa que fiz o curso de Serviço Social e teve uma formação, um novo Olhar frente ao mundo frente ao país que eu vivo de entender algumas coisas, que antes de eu chegar à faculdade, tinha uma visão realmente a do marketing, a televisão e os jornais me mostravam que era a realidade e aí a gente tem uma nova identidade. Mas eu acho que é uma identidade profissional e pessoal mesmo como eu falei. (Marcela, supervisora de campo).

Segundo a assistente social, esta visão de homem de mundo contribui para o desenvolvimento da consciência crítica do sujeito, percebendo as contradições e os mecanismos de alienação do capitalismo, que transfere para o indivíduo um problema que é estrutural, que é social:

É uma visão de justiça social, igualdade de direitos, uma visão que a gente busca o tempo todo lutar contra essa questão de exploração, exploração do trabalho, exploração sexual, exploração do trabalho infantil. Eu acho que a questão da liberdade, é uma visão onde a gente não coloca tudo aquilo que a sociedade vê como importante. Somos contra as questões do capitalismo, do consumo. O bom da faculdade é que você também tira esse peso para a sua vida. Algumas necessidades que se colocam impostas socialmente você não tem elas mais com você. Então isso te alivia um pouco. (Marcela, supervisora de campo).

Essa análise também pode ser verificada na fala da supervisora Heloisa, que traz a importância de ter uma visão crítica para a realidade das famílias, compreendendo seus limites e possibilidades e percebendo-a enquanto sujeito de direitos:

Porque você trabalhar com pessoas com deficiência você tem que desconstruir muita coisa porque sabemos que estamos em uma sociedade capitalista que cultua à beleza, perfeição, o sucesso. O nascimento da criança com deficiência, a família fica desorientada. Você tinha que saber o que vai ser como fazer se vai mudar, então existe um processo de sofrimento. Existe também uma situação onde as condições materiais são precarizadas. As mães têm que deixar o trabalho para ficar com a criança por conta do cuidado, então existe uma série de situações que envolvem essa questão que é muito particular do espaço de trabalho onde eu atuo.

Desconstruir isso, foi trazendo para a equipe essas reflexões, num momento de reunião, no momento de discussão, para poder compreender e fazê-las entenderem essa proposta do Serviço Social, essa proposta coletiva, essa proposta de acolhimento. Hoje eu percebo que ela alterou, os profissionais entendem, não por conta de mim, porque aqui nós somos muitas, a gente sabe que cada uma tem uma postura frente a uma situação. (Heloisa, supervisora de campo).

Para a supervisora de campo Lúcia, o Serviço Social contribuiu para uma visão crítica da realidade social, rompendo com o senso comum a partir da apropriação do conhecimento no processo de formação:

O Serviço Social eu vejo que é uma área que trouxe pra mim, um auxílio para compreender melhor. Porque a gente atua nas questões sociais então no âmbito maior me trouxe a formação para entender esse aspecto das questões sociais no âmbito social, político, no contexto mais amplo para não focar somente em coisas pontuais das questões sociais. Porque muitas vezes, cai muito no senso comum e não consegue compreender que essas realidades sociais elas são mais amplas, que o contexto é mais significativo. Eu acho que a formação contribuiu para que eu tivesse um olhar mais crítico, um olhar mais amplo, para que abrangesse essas questões de uma maneira mais ampla e pudesse agir com essa consciência mais crítica mesmo. Para poder auxiliar e ver a importância do papel do assistente social nesse contexto, porque dependendo da área de atuação a gente pode trabalhar várias questões desde a intervenção, o planejamento, organização, várias coisas que eu acredito que podem auxiliar muito, dependendo da área que você atua. (Lúcia, supervisora de campo).

Conforme nos coloca Cirlene Oliveira (2004, p. 67), o estágio supervisionado em Serviço Social deve oportunizar “[...] não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social.” Percebemos essa importância nos relatos da supervisora de campo Marcela:

Perfil que a faculdade tem ajudado a formar, de pessoas que questionam, que desconfiam, que não acredita que as coisas são fáceis, uma visão que entende o trabalho, muitas vezes, com aquela questão da mais-valia, da exploração. Uma visão onde as pessoas deveriam ter uma vida de mais igualdade. Esse profissional que não aceita as coisas como estão, eu acredito que a nossa formação é baseada nisso e a UNESP tem claro o posicionamento marxiano. Isso que eu acho que é o perfil, que norteia a formação profissional. (Marcela, supervisora de campo)

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: CATEGORIA TRABALHO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Neste capítulo, procuramos trazer algumas reflexões sobre a formação profissional em Serviço Social e os desafios postos para a efetivação do projeto ético-político. Nosso objetivo é apreender o Serviço Social, a partir das condições sociais determinadas, que permitiram sua gênese e desenvolvimento ao longo do processo histórico e o Serviço Social enquanto parte desse processo, tendo o assistente social pertencente a essa classe.

Para compreendermos o processo de construção da identidade profissional em Serviço Social, torna-se necessário realizá-la a partir da categoria trabalho, em sua dimensão ontológica, capaz de criar valores de uso, enquanto práxis fundante da sociabilidade humana e da constituição do Ser Social a partir da objetivação da relação do homem com a natureza procurando atender suas necessidades e ao mesmo tempo criando outras cada vez mais complexas.

Analisamos o trabalho e os processos de trabalho enquanto uma das dimensões da vida social e como se particulariza na sociedade burguesa, através da apropriação privada dos meios de produção que funda a sociabilidade burguesa e seus mecanismos de dominação.

O surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista configura-se como uma estratégia da burguesia e dos setores dominantes frente ao agravamento da questão social, tendo uma função social no mundo do trabalho. Desta forma, procuramos compreender como se dá a construção da identidade profissional na contemporaneidade.

Posteriormente, analisamos a formação profissional em Serviço Social a partir da nova lógica curricular a partir das Diretrizes Curriculares, as mudanças no perfil de formação, os marcos legais e os avanços e desafios postos para a práxis profissional em Serviço Social, principalmente, diante da reestruturação da política educacional brasileira, e do ensino a distância no país e seus rebatimentos no Serviço Social. As estratégias que a categoria tem se articulado a partir do compromisso ético-político firmado pela categoria em direção da formação de qualidade, crítica e propositiva.

2.1 Uma análise do Serviço Social a partir da categoria trabalho e os processos de trabalho

Conforme mencionamos anteriormente, para analisar o processo de formação da identidade profissional, torna-se necessário apreendê-la a partir do processo histórico de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista no século XVI e como se tem configurado a formação da consciência dos sujeitos sociais e das classes em cada momento histórico e suas particularidades nas conjunturas sociopolíticas inseridas em determinado bloco histórico.

É importante reforçar que o capitalismo, enquanto sistema social, político e econômico, assentado na propriedade privada, está organicamente vinculado às transformações societárias vivenciadas naqueles séculos e que nas décadas posteriores provocaram profundas transformações societárias que trouxeram diversos rebatimentos na vida da classe trabalhadora.

Destacamos a importância do Serviço Social se apropriar desse debate diante do compromisso ético-político firmado com a classe trabalhadora a partir do Código de Ética profissional de 1993, onde a categoria coloca como princípios “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (CFESS, 2002, p. 42).

Para Marx (2005), na sociedade capitalista, o trabalho vai se metamorfoseando e tornando-se um instrumento de exploração da mais-valia do trabalhador pelo capitalista. Contraditoriamente, este não deixa a sua capacidade ontológica, enquanto atividade emancipatória do homem, pois somente, através dele que o homem deixa a sua individualidade e se transforma em um ser genérico.

O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistam coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (Äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a outro. (MARX, 2005, p. 83, grifo do autor).

Na sociabilidade burguesa, o trabalhador por não deter mais os meios de produção se vê obrigado a vender a sua força de trabalho no mercado capitalista, em troca da sua sobrevivência, da sua reprodução enquanto ser humano e social, gerando contraditoriamente, no outro polo dessa relação, a apropriação da riqueza socialmente produzida pelo capitalista.

Essa é a lógica da sociedade de classes, da sua (re) produção enquanto sistema econômico e social, através da espoliação de uma classe pela outra, nesse processo contraditório da vida social, gera riqueza para o capitalista e pobreza para a classe trabalhadora.

A categoria trabalho para Marx (2005), é central na constituição ontológica do ser social, como gênese do processo de sociabilidade e condição básica para a vida humana; do desenvolvimento de suas potencialidades e base fundante da práxis social.

O homem é o único ser que projeta antecipadamente na sua consciência todo o processo e os possíveis resultados do trabalho que será desenvolvido numa situação historicamente determinada. Essa capacidade teológica do homem na sociedade capitalista se encontra prejudicada, quando o capitalista se apropriou ao longo da história, dos meios de produção e do produto de trabalho; e ao racionalizá-lo, o trabalhador perde a totalidade do processo de produção.

Ao se estranhar nesse processo, o operário não se reconhece no próprio trabalho desenvolvido e na sua relação com a natureza. O trabalho passa a ser instrumento de exploração e de dominação que se manifesta em toda a vida social, cultural, material e ideológico.

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas. (IAMAMOTO, 2008a, p. 60)

Percebemos que a teoria social crítica marxiana, traz uma importante contribuição na compreensão crítica da sociedade capitalista a partir da centralidade da categoria trabalho enquanto teoria também está vinculada ao pensamento da modernidade, ao propor uma crítica radical ao modo de produção capitalista e a sua lógica imperante na contemporaneidade.

Conforme ressaltamos anteriormente, acreditamos que seja importante discutir as contribuições do pensamento moderno na compreensão da realidade principalmente a partir da crítica que a teoria do esclarecimento realiza sobre a liberdade. Reflexão esta importante diante de uma profissão que possui no seu Código de Ética a liberdade como valor ético central. Para avançarmos na discussão proposta, abordaremos o trabalho e os processos de trabalho para podermos adentrar no debate da identidade profissional a partir da centralidade dessa categoria.

A categoria trabalho se caracteriza por ser o eixo fundante da sociabilidade humana e da sua constituição enquanto ser social. Enquanto atividade ontológica do homem, ou seja, o trabalho em sua essência, atividade inerente ao ser social, se constitui enquanto mediação fundamental que estabelece a relação ontológica do homem com a natureza.

E ao transformar a natureza, ele transforma a si mesmo, criando necessidades cada vez mais complexas e novas formas de sociabilidade e de relações sociais, criando uma natureza cada vez mais humanizada: “[...] ao construir o mundo objetivo o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam – pois adquirem sempre *novos* conhecimentos e habilidades.” (LESSA, 1999, p. 22).

Em seu sentido ontológico primário, o trabalho é um ato humano, caracterizado pelo dispêndio de energia física e mental, através da prévia ideação, procurando a transformação da natureza para a satisfação de suas necessidades. É importante destacar que nem todo dispêndio de energia física e mental é trabalho, sendo que existem outras dimensões da vida social que também conservam traços peculiares com o trabalho. O que diferenciara o trabalho das outras esferas da vida social será sua função social.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma

em que pertence exclusivamente ao homem. [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. (MARX, 1983, p. 149-150).

O trabalho é uma atividade social orientada para um determinado fim, estabelecendo a relação do homem com a natureza e a transformação desta para a satisfação das suas necessidades. “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (MARX, 1983, p. 149-150).

Essa prévia ideação é considerada como a capacidade teológica, onde o homem procura projetar na sua mente o resultado provável de uma determinada ação, orientada por uma finalidade. Procurando atingir determinado fim, o homem antecipa na sua consciência todo o processo, desde a fabricação dos meios e condições para a realização da atividade, até o resultado final. Esta capacidade, conforme coloca Marx, é o que diferencia o trabalho do homem para o de qualquer animal, por mais que este desenvolva da forma mais complexa.

Conforme nos coloca Lessa (1999) está orientado para a satisfação de uma necessidade concreta historicamente determinada e termina por remeter para muito além de si próprio. “Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade.” (LESSA, 1999, p. 24).

O homem ao desenvolver sua atividade procurando atingir um determinado fim, mobiliza além da sua capacidade intelectual, analisa possibilidades e formas de realização, também articula diversas formas de recursos materiais, meios e instrumentos de trabalho. Ao desenvolver determinada atividade, o conhecimento produzido, é difundido para as gerações ao longo da história, formando o patrimônio histórico da humanidade, desenvolvendo assim formas de sociabilidades cada vez mais complexas.

[...] os conhecimentos e habilidades que vão sendo adquiridos no trabalho terminam por dar origem aos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos etc., muito mais sofisticados, complexos e bastante distantes daqueles conhecimentos mais primitivos que estão em suas origens. (LESSA, 1999, p. 24).

Como veremos mais a diante, o debate em relação à categoria trabalho na profissão inicia-se com Iamamoto e Carvalho em sua obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em que ocorre uma maior aproximação e melhor compreensão da profissão com a tradição marxista, a partir do Movimento de Reconceitualização e da busca de ruptura com o Serviço Social tradicional. Anterior à publicação de Iamamoto, as produções fundamentadas no pensamento de Marx se davam de forma tímida e enviesada, não conseguindo avançar no debate.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983, p. 153)

Conforme colocado anteriormente, o trabalho em seu sentido ontológico, primário, configura-se pela condição universal do metabolismo do homem com a natureza, considerado como sistema metabólico de primeira ordem. Já o sistema metabólico de segunda ordem, configura-se pela produção e reprodução das relações sociais com outros homens, onde o homem constrói a natureza humanizada, o universo das relações sociais, nas diversas dimensões da vida social: no campo da política, da cultura, e demais instâncias da vida social.

Mencionamos que o trabalho é fundante da sociabilidade humana, mas que este não se caracteriza como a única dimensão da vida social, sendo que existem outros complexos sociais que caracterizam a totalidade do ser social. E o que diferencia o trabalho com essas outras dimensões são sua função social. Mas do ponto de vista ontológico, toda atividade humana, guarda em certo grau, uma determinada relação com o trabalho. Lessa (1999, p. 25, grifo do autor) realiza essa diferenciação, mencionando que “[...] para que o trabalho possa se realizar é necessário uma série de complexos sociais que não mais se relacionam com o trabalho *senão de modo muito indireto.*”

Após essas breves considerações sobre os aspectos ontológicos da categoria trabalho, partimos nossa análise para as especificidades e particularidades do trabalho a partir da sociedade capitalista, e como esta forma de sociabilidade, dividida em classes e alicerçada na divisão social do trabalho, o racionaliza para a esfera produtiva procurando garantir a produção e reprodução da sua lógica de

exploração na esfera produtiva (não só das mercadorias, consideradas valores de troca), como também das diversas dimensões da vida social.

O capital não se caracteriza somente como um determinado modo de produção de riqueza, mas também da própria produção da vida em sociedade em sua totalidade histórica: seus valores, forma de pensar, suas ideologias e formas de relações sociais que procuram garantir sua legitimidade, procurando naturalizar as relações sociais de produção e reprodução social.

A sociedade capitalista a partir da perspectiva teórica aludida na teoria social crítica em Marx (2005) está assentada no modo de produção capitalista, que historicamente, se apropriou dos meios de produção dos trabalhadores, obrigando a este a vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Dessa forma, o capitalismo enquanto determinado modo de produção e o capital enquanto uma forma específica e particular de relação social se produz e reproduz historicamente através da propriedade privada, que funda a sua lógica de exploração e de produção de mercadorias e de mais-valia através da racionalização do trabalho para a esfera produtiva, procurando garantir os interesses da burguesia, enquanto classe social, historicamente constituída e que levou a cabo as revoluções burguesas, procurando legitimar o projeto burguês de sociedade.

[...] a posse da propriedade privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm. Esta separação entre os meios de produção e produtor e a consequente subordinação direta deste ao dono do capital permitem que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação primitiva. (MARTINELLI, 2007, p. 31).

O trabalho na sociedade capitalista tem sua função social invertida: através da sua racionalização, passa a não mais estar voltado para a emancipação do homem, enquanto atividade ontológica criadora da sociabilidade humana e de desenvolvimento de possibilidades e habilidades, onde o homem consegue vencer a natureza e se autocriar e recriar no mundo do trabalho enquanto ser humano genérico.

É importante reforçar que esta capacidade do trabalho não é totalmente perdida na sociedade capitalista, já que esta capacidade é ontológica, inerente a esta dimensão da vida humana. Mas a partir da sociedade capitalista, o trabalho passa a se tornar instrumento de exploração e de coisificação do homem. Se

historicamente o trabalho emancipa e humaniza o homem, na sociedade burguesa, ocorre uma contradição, pois passa a se tornar em instrumento de coisificação do homem, de alienação e de estranhamento. Com o advento das sociedades de classe surge o trabalho alienado, “[...] o trabalho cuja razão de ser não é mais a necessidade do trabalhador; mas sim o desenvolvimento da riqueza da classe dominante.” (LESSA, 1999, p. 28).

A alienação ocorre pela separação do homem dos seus meios e do produto do seu trabalho, pois o capitalista passa a detê-los a partir da apropriação dos meios de produção e transforma o valor de uso, em valor de troca (mercadoria), no mercado capitalista. No processo de produção capitalista, o processo de trabalho passa a ser fragmentado, o trabalhador não detém mais toda a fase do processo de produção, mas parte deste. Nesta lógica a força de trabalho também se torna uma mercadoria, adquirindo um valor de troca que será vendida no mercado de trabalho.

Esta racionalização do trabalho através da reestruturação produtiva, procurando garantir o processo de acumulação capitalista, se configura como parte da alienação do homem e ocorre o seu estranhamento em relação ao trabalho. O homem não se reconhece mais em sua atividade, pois esta não mais o humaniza, e o seu produto – a mercadoria dentro da lógica capitalista passa a ser do capitalista. O homem não se reconhece nem no processo do seu trabalho e nem no resultado final. Com isto, ocorre outra contradição: muitas vezes, o trabalhador produz algo que nunca terá acesso.

Com a alienação do trabalho, [...] o homem passa a desdobrar relações sociais de exploração, a vida social é cada vez mais baseada na violência que possibilita que uma classe viva do trabalho (e da miséria, portanto) da outra; em suma, os homens passam a produzir a sua própria desumanidade. **A alienação nada mais é que isto: a desumanidade socialmente produzida pelos próprios homens.** (LESSA, 1999, p. 28, grifo nosso).

O trabalho não deixa suas características inerentes devido ao modo de produção capitalista, apesar de se metamorfosear em instrumento de exploração, sua capacidade enquanto atividade transformadora da relação do homem com a natureza de criação de valores de uso e de elevação do homem enquanto ser social não é perdido, mas novas funções sociais são adquiridas a partir do interesse do capitalista.

Enquanto atividade ontológica do homem o trabalho continua a produzir valores de uso, que procuram satisfazer determinadas necessidades do homem, mas este, na esfera da produção capitalista passa a adquirir outro valor, enquanto mercadoria, que entra na esfera da circulação, na relação de mercado capitalista, que constitui uma forma particular de relação entre os homens.

O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. (ANTUNES, 2004, p. 156).

Com o capitalismo, novas necessidades são criadas, cada vez mais complexas e diferentes daquelas inicialmente relacionadas com a satisfação nas necessidades básicas e de sobrevivência do homem.

É importante analisarmos um aspecto fundamental do trabalho: o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo a partir da sociedade capitalista. Em seu sentido ontológico o trabalho produtivo se caracteriza pela realização de um determinado produto. Particularmente, a partir da sociedade capitalista, o trabalho produtivo:

O trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante, em mais-valia, (*surplusvalue*), representada por um subproduto (*surplusproduce*), ou seja, um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopoliser dos means of labour*), para o capitalista. (MARX apud ANTUNES, 2004, p. 156).

Ainda segundo o autor, todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo. A força de trabalho que é convertida em serviço e não em valores de uso, que poderá ser trocada no mercado, na esfera da circulação não é considerado como produtivo para o capitalista. Isto não anula sua importância na reprodução da sociedade capitalista e sua relação com a esfera de circulação de mercadorias, mas para o capital, esta forma de relação, não é considerada produtiva, pois não produz mais-valia.

Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso, como serviço – e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção – o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, não como trabalho que gera valores de troca; consome-se-o improdutivo, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse

trabalho na condição de renda, não como capital. [...] o dinheiro funciona como meio de circulação, não como capital. (ANTUNES, 2004, p. 156).

No processo de valorização, o produto do trabalho humano possui, enquanto mercadoria, valor de uso, de troca e valor. Uma mercadoria só é produzida porque alguém irá consumi-la, dessa forma é necessário um valor de uso. Quando entra para a esfera da circulação, para a lógica de compra e venda, passa adquirir um valor de troca, enquanto mercadoria. Nesse processo de circulação, a mercadoria oculta às relações sociais, seu valor, enquanto tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. As relações sociais entre os homens torna-se relações entre coisas, entre mercadorias. Dessa forma, percebemos o duplo caráter do trabalho para Marx, o trabalho concreto enquanto produtor de valor de uso e o trabalho abstrato enquanto trabalho alienado, produtor de mercadoria.

Nossa experiência sensível da mercadoria como valor de uso não tem nada a ver com seu valor. As mercadorias são, portanto, “coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais”. O resultado é que uma “relação social determinada entre os próprios homens [...] assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas”. E é essa condição que define o “fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (HARVEY, 2013, p. 47).

Para Harvey (2013), na lógica capitalista, a mercadoria não é valor de uso para seus possuidores, mas para os seus não possuidores. Elas precisam universalmente ser trocadas, para que o produto do trabalho seja útil para outrem, para que satisfaça as necessidades alheias a quem produziu e, esta relação, é demonstrada através da relação de troca.

O dinheiro enquanto mercadoria é uma forma universal de valor que surge a partir da complexificação das relações de troca, como forma cristalizada de uma mercadoria que passa a ser um equivalente universal entre as outras mercadorias. “A mercadoria-dinheiro surge de um sistema de trocas, e não o precede, de modo que a proliferação e a generalização das relações de troca são a condição necessária, crucial, para a cristalização da forma-dinheiro.” (HARVEY, 2013, p. 40).

A mais-valia é produzida na esfera da produção e sua valorização será realizada na esfera da circulação, no sentido de valorizar o trabalho produtivo que será apropriado privadamente pelo capitalista. Sendo que uma parcela da mais-valia é direcionada para a reprodução da força de trabalho e a outra será redistribuída

para o capital. Sua produção não é realizada pelo trabalhador individual isoladamente, mas enquanto membro do trabalho coletivo, onde diferentes forças de trabalho combinam para sua realização, através do trabalho socialmente necessário.

[...] na sociedade capitalista desenvolvida, é função do trabalhador coletivo atender à “determinação original [...] de trabalho produtivo derivada da própria natureza da produção material”, ou seja, o intercâmbio com a natureza; cabe a ele exercer a função social de converter a natureza nos meios de produção e de subsistência indispensáveis à reprodução social. [...] Portanto, após a Revolução Industrial, a “condição natural interna da vida humana” (MARX, 1983:153), o trabalho que converte a natureza nos valores de uso é uma função social que passa a ser exercida predominantemente pelo trabalhador coletivo – considerado em “sua totalidade”. (LESSA, 2011, p. 151).

Esta é uma contradição da sociedade em que vivemos: o trabalho torna-se cada vez mais coletivo e o seu produto cada vez mais privado. Não aprofundaremos nas especificidades em relação à esfera da circulação e das relações de troca no mercado. Procuramos trazer somente alguns elementos para a compreensão das particularidades da categoria trabalho a partir da sociedade capitalista e da forma como este é convertida em forma de exploração e dominação do homem pelo homem a partir da divisão social de classes e das suas especificidades diante do modo de produção capitalista.

Partiremos para a compreensão do Serviço Social no mundo do trabalho e sua relação com a categoria trabalho e a importância da teoria social crítica na formação e no exercício profissional.

A partir do movimento de reconceituação instaura-se na profissão a busca pelo rompimento com o conservadorismo presente na profissão. Com isto, a profissão culmina na década de 1990, com a afirmação do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com sua luta social em direção de uma sociedade justa e igualitária.

Em 1982, Iamamoto indicava que o Serviço Social é uma especialização na divisão sócio-técnica do trabalho. Claramente, desde então, inspirada por aquela tradição teórica, significa dizer que o Serviço Social surge no modo de produção capitalista, na idade dos monopólios [...] a inauguração deste rico veio de análise demarca uma nova fase na história e na compreensão da profissão no Brasil. (GRANEMANN, 1999, p. 155).

A partir desse debate, diversos pensadores e intelectuais da profissão, tem afirmado o Serviço Social na perspectiva de Iamamoto, enquanto especialização do

trabalho coletivo, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e o assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho e atua em diversas áreas tanto no setor público como privado, no âmbito das políticas sociais e públicas e nos movimentos sociais, procurando intervir na questão social que se caracteriza como objeto da sua intervenção profissional.

A compreensão do Serviço Social enquanto trabalho, tem se configurado hegemonicamente como a identidade profissional na contemporaneidade. Sendo este o nosso objeto de estudo que através da pesquisa procuramos analisar a construção da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado, já que este é afirmado pela bibliografia relacionada ao tema, como o locus propício da construção da identidade profissional.

O debate contemporâneo em relação ao Serviço Social e sua relação com a categoria trabalho é recente na profissão, havendo divergências na forma de compreensão do Serviço Social enquanto trabalho entre os pensadores e intelectuais na categoria profissional, principalmente entre aqueles que partilham da mesma tradição teórica – com a teoria social crítica de Marx.

Iamamoto (2010) e Granemann (1999) tem defendido o posicionamento do Serviço Social enquanto trabalho na perspectiva mencionada anteriormente, mas ambas possuem divergências na forma de abordar a profissão. Mas partem da compreensão da categoria trabalho em sua ontologia, da relação do homem com a natureza.

Para Granemann (1999) o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, onde o trabalho é uma totalidade onde não se pode dissociar o processo de produção (transformação da natureza) do processo de reprodução (referente às relações sociais). Acrescenta que para entender o Serviço Social como trabalho é importante compreender os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo em Marx.

O trabalho produtivo é aquele que ao se realizar, na lógica da sociedade capitalista, produz riqueza que pertence ao capitalista e não ao trabalhador. Com isso, “[...] pode-se, seguramente, afirmar que o Serviço Social opera como trabalho produtivo quando participa da geração das condições para a extração da mais valia.” (GRANEMANN, 1999, p. 159-160). Já o trabalho improdutivo é “[...] aquele no qual o trabalhador troca seus esforços, suas capacidades, por dinheiro necessário para sua

subsistência.” (GRANEMANN, 1999, p. 160-161). O trabalho do assistente social quando está na esfera da prestação de serviços, caracteriza-se como improdutivo por atuar a partir das políticas públicas, tendo o Estado como o principal contratador. A autora afirma em relação à categoria trabalho:

No ato de produzir os homens estabelecem uma relação com a natureza. Esta relação é, na maioria das vezes, uma relação mediada por outros homens. Mas, como tal ação é um ato consciente entre os humanos, ela é radicalmente diferenciada de outros tipos de trabalho que encontramos na natureza. (GRANEMANN, 1999, p. 156).

Granemann (1999) defende que determinadas profissões, assim como o Serviço Social, que apesar de não possuir seu processo de trabalho relacionada diretamente com a natureza, elas apresentam alguma ligação com o trabalho em seu sentido ontológico, pois são necessários para garantir a reprodução da vida social e, de certa forma, contribui para criar ou manter determinadas condições de trabalho, que permitem o trabalhador desenvolver sua força de trabalho, para que seja utilizada no processo produtivo.

De outro ângulo, compreende-se por reprodução não só aqueles atos relativos à vida material e biológica dos homens. Mas, também, aqueles atos que os fazem dar continuidade ao conjunto da vida social, a um dado estágio de sociabilidade, à participação em um dado grau de civilização. (GRANEMANN, 1999, p. 156).

Destacamos a importância da apropriação da categoria trabalho e dos processos de trabalho para a compreensão da identidade profissional em Serviço Social. Compartilhamos da concepção que a identidade profissional é produto das relações sociais determinadas a partir das contradições da sociedade capitalista, cujo modo de produção está relacionada com a propriedade privada dos meios de produção e a capacidade de desenvolver as forças produtivas em direção da produção da mais-valia e da acumulação de capital. Para aprofundarmos nossa análise nesta perspectiva é necessário compreender a identidade enquanto categoria histórica, das relações sociais inseridas nas contradições das classes sociais, centrada na categoria trabalho. Esta perspectiva é elucidada pela supervisora acadêmica Marta:

A profissão ela tem a identidade...eu acredito que ela foi construída a partir de um momento histórico de situações que viabilizaram situações muito concretas, demandas de um momento histórico. Ela tem origem no século

atrás, mas em tempos históricos ela foi importante, construindo a partir de demandas, de estudos, de reflexões da intervenção ética do profissional. Eu estou falando no sentido positivo onde a profissão se constrói a partir do compromisso que o profissional adquire nessa relação profunda entre teoria e prática. Então eu acredito que ela foi sendo desenhada nesse contexto capitalista, hoje numa vertente neoliberal, ela foi construída a partir desse tempo histórico que foi lhe demandando necessidades, respostas à questão social, a toda a sua intervenção. E a partir de um olhar ético-político, teórico-metológico e técnico-operativo, ela foi desenhando a sua intervenção e foi aprendendo também a construir a história com essa...com os usuários, com a classe trabalhadora, com o qual ela trabalha. (Marta, supervisora acadêmica).

Ao analisar o desenvolvimento da sociedade atual, percebemos que foi necessário desenvolver todo um complexo de relações sociais necessárias para garantir a sua reprodução social. Para isto, é necessário, entender o capitalismo não somente como um sistema econômico, de troca de mercadorias (e entre essas mercadorias a força de trabalho), mas também todo um conjunto de sistema de valores, de relações sociais, de forma de pensar, que Marx (1993), considerou com a formação da infraestrutura e superestrutura.

Segundo Marx (1993), a estrutura é formada pelas forças de produção, o conjunto de matérias-primas, pelos meios de produção e pelos trabalhadores e as relações de produção. Este conjunto é considerado a base econômica da sociedade. A superestrutura trata-se do conjunto das instituições e sistemas jurídico-ideológicos necessários para reprodução das relações sociais, como o Estado, a religião, a arte, a comunicação e todo sistema complexo necessário para a reprodução do capitalismo enquanto sistema social.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX, 1993, p. 72).

Para garantir a sua dominação e sua reprodução social, o capitalismo cria relações sociais cada vez mais complexas. Estas relações são formadas pelo conjunto das forças produtivas, caracterizado pelas relações de trabalho, as matérias-primas e o próprio produto do trabalho, ou seja, pelo modo de produção

das relações sociais e pela reprodução dessas relações, pelo conjunto de instituições e sistemas necessários para a formação da “[...] sua força espiritual dominante.” (MARX, 1993, p. 72), a ideia da classe dominante, passa a ser a ideia dominante de uma determinada época:

É evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, **como produtores de ideias**, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 1993, p. 72, grifo nosso).

A partir da perspectiva de Gramsci (1991), podemos analisar o conceito de infraestrutura e superestrutura em Marx de forma mais ampla, através da perspectiva do Estado ampliado, onde é possível analisar a relação dialética entre essas duas dimensões da vida social. O Estado ampliado é a união das esferas da sociedade política e civil, através dos aparatos do Estado, onde encontram os mecanismos de coerção e de reprodução ideológica da burguesia. Nos mecanismos de controle pela difusão de ideologias e formas de pensar. Encontram-se as escolas, as igrejas, sindicatos, partidos políticos e organizações sociais.

É no terreno da sociedade civil que as classes sociais procuram garantir sua hegemonia, buscando ganhar aliados na sua luta, através do consenso. Assim, para Gramsci (1991) o Estado não é caracterizado somente pelas organizações estatais, mas por toda a sociedade, reproduzindo as relações suas contradições, antagonismos e a luta de classes presentes na sociedade.

O tensionamento político e a direção social de cada época estão relacionados com a hegemonia das classes sociais, que se configura não pela quantidade de sujeitos sociais, mas pela direção social, que uma determinada classe consegue dar ao garantir que sua visão de mundo, sua forma de pensar, garante a direção social de uma época.

A burguesia não é quantitativamente hegemônica, mas foi capaz através das revoluções colocadas em curso na sociedade, garantir a sua dominação, ao produzir um determinado modo de produção, que cuja lógica do pensamento burguês se tornou dominante.

Conforme abordado anteriormente, o bloco histórico é a relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura que compõe a vida material de uma época. As relações sociais de produção e reprodução, determinam a formação da

consciência de classe, que aqui chamaremos de consciência coletiva de classe, dado aos interesses antagônicos entre estas. O movimento da realidade social é contraditório, onde um determinado fenômeno social pode se reatualizar na sociedade, mas não da mesma forma, mas com novas determinações. A exemplo, destacamos o conservadorismo e sua vertente na atualidade que se expressa através do neoconservadorismo, o liberalismo econômico que diante das exigências do capital tem se metamorfoseado no neoliberalismo econômico.

Dessa forma, o movimento de formação da consciência de classe, não é linear e nem progressivo, dependendo de cada conjuntura histórica, das condições sociais e das determinações sociais, políticas, históricas, ideológicas e culturais que permeiam as relações sociais, permitindo ou apresentando barreiras para o avanço dos sujeitos coletivos. Conforme nos coloca Marx (1974, p. 135-136, grifo nosso), “A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem **formas sociais determinadas de consciência.**”

O desenvolvimento das forças produtivas levam as classes sociais a uma determinada forma de consciência, que se expressa em suas relações de produção e reprodução social em uma dada conjuntura. O avanço, resistência ou retrocesso de uma determinada classe, será determinado por essas relações, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o nível de consciência política e coletiva. Atualmente a lógica individualista e perversa do capitalismo, aliado a reestruturação produtiva do capital, sob a lógica do capital financeiro, tem colocado a classe trabalhadora em posição de resistência frente à luta social.

É esta base sócio-histórica, que dará materialidade para a gênese da profissão, que é fruto do agravamento da questão social, que é entendida:

Expressão de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2010, p. 17).

A construção da identidade profissional, inicialmente vinculada aos interesses da burguesia, na qual atribuiu um estatuto de moralizante e de ajustamento do indivíduo à sociedade e, posteriormente, seu rompimento e construção a partir de novos referenciais, só pode ser apreendida a partir da análise

do movimento histórico que permitiu a aproximação da categoria com a classe trabalhadora que reflete um momento, em que esta se organiza politicamente e toma consciência do seu papel histórico na sociedade, enquanto sujeito político e revolucionário.

Acreditamos que a construção da identidade profissional em Serviço Social é produto da própria constituição da consciência da classe trabalhadora, em uma determinada conjuntura, sendo que esta que dá o movimento e materialidade a consciência dos sujeitos sociais, que é expressão da consciência da classe trabalhadora, da sua busca pela contra-hegemonia no mundo do capital caracterizando um determinado bloco histórico, em que se particulariza o estágio de desenvolvimento das forças produtivas (de produção e reprodução das relações sociais).

Conforme nos coloca Martinelli (2007), a tomada de consciência da classe trabalhadora, que reconhece enquanto classe para si, rompendo com a sua mera constituição enquanto classe em si.

Tornava-se cada vez mais claro que era preciso desalojar do interior da categoria profissional a reificada e reificante identidade atribuída, lutando coletivamente pela construção de uma nova identidade, plena de historicidade e capaz de articular com as forças revolucionárias que buscam a construção de uma nova sociedade. [...] Era na realidade concreta, no movimento da luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção poderia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude histórica e movimento interno incessante. A tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determinava um novo percurso para a caminhada da categoria profissional, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares. Estas, enquanto usuárias de seus serviços, eram parceiras indispensáveis na tarefa de construção da identidade. (MARTINELLI, 2007, p. 147, grifo da autora).

A compreensão da importância da construção da identidade profissional, não é um aspecto meramente subjetivo, pois encontra sua materialidade na consolidação do compromisso político e organização coletiva da classe trabalhadora, na qual a profissão é parte integrante. A construção da identidade profissional do assistente social se realiza a partir da identificação enquanto membro da classe trabalhadora, através do pertencimento e reconhecimento enquanto trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo.

O rompimento da identidade atribuída e a construção de uma identidade alicerçada no compromisso com a classe trabalhadora permite o fortalecimento da

categoria e busca da sua hegemonia no mundo do capital, na direção da efetivação do projeto ético-político e da criação de estratégias para luta social, contribuindo para a articulação de forças revolucionárias em direção de uma nova sociabilidade.

Gramsci (1991) permite compreender o universo da cultura, onde acontece a reprodução do mundo das ideias, dos valores e das relações sociais de produção e reprodução das relações sociais. Destacamos a produção e a reprodução das relações sociais na cultura enquanto dimensão da vida social, porque a cultura também faz parte de um determinado modo de produção, sendo produto dessas relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. A infraestrutura e a superestrutura estão dialeticamente em movimento e uma determina e é determinada pela outra.

A reprodução social não está desvinculada da esfera da produção, pois esta é à base das relações sociais. O modo de produção é o modo específico de desenvolvimento da sociedade, em que estão em jogo as dimensões da vida social. É fundamental compreender o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e as dimensões ideopolíticas que lhe dão sustentabilidade, procurando romper com a alienação e criar práticas emancipatórias, através do fortalecimento da classe trabalhadora.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1991, p. 13-14, grifo nosso).

Daí a importância de se apropriar do conceito de intelectual orgânico, que é aquele capaz de realizar essa função de socializar verdades descobertas, de difundir os valores de sua classe. Tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia tem os seus intelectuais orgânicos. É necessário que a classe trabalhadora, enquanto classe revolucionária, transformar essas verdades em bases de ações vitais, que contribuem para o tensionamento das contradições da sociedade capitalista em direção da sua superação.

A função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia da sua classe, não pode mais consistir “na eloquência” e nos ímpetus da “emoção”, mas na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e ação política. Tal intelectual deve ser um “construtor, organizador, educador permanente”, de modo que “da técnica-trabalho se chegue à técnica-ciência, à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista+político)” (idem, *ibid.*, p. 1.551). A interconexão do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico. (SEMERARO, 2006, p.378).

Para que um projeto societário conquiste sua hegemonia, é necessário que a classe social, histórica e revolucionária (lembrando que a burguesia com suas revoluções sociais, foi revolucionária naquele momento histórico), socialize as verdades descobertas, através do seu intelectual orgânico, procurando dar a direção social que almeja, desenvolvendo um determinado estágio das forças produtivas e do nível de consciência de classe a partir da socialização dessa verdade, garantindo sua hegemonia.

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 2002, p. 15).

A partir da análise da categoria trabalho e das suas dimensões através dos processos de trabalho. Afirmamos e compartilhamos da concepção de Iamamoto (2010) que o Serviço Social é trabalho inserido na divisão sóciotécnica do trabalho coletivo, onde se dá a base de construção da identidade profissional.

Esta perspectiva pode ser identificada nos relatos da supervisora de campo Laura, a construção da identidade profissional e o processo de identificação do assistente social com a profissão iniciam-se com a inserção da profissão no mundo do trabalho e sua profissionalização, sua regulamentação enquanto profissão, cumprindo uma funcionalidade, enquanto trabalho útil, necessário, procurando atender uma determinada exigência, que no caso do Serviço Social, configura-se como uma resposta diante do agravamento da questão social:

O início dessa identidade profissional daria no momento que a profissão, ela se formaliza, que vai ter um curso superior. Acho que nem aí, talvez um pouco depois, logo depois que os primeiros assistentes sociais se formarem e chegam ao mercado de trabalho e encontra o seu. É a partir desse

momento que inicia a busca pela identidade profissional. A instituição de um curso de ensino superior para formar profissionais. Começa a mudar a partir daí, porque você já não é mais aquela pessoa caridosa que está ali para ajudar as pessoas. Ai que eles começam a se encontrar enquanto profissão mesmo. A visão do assistente social caridoso, assistencialista, começa a mudar através da profissionalização do Serviço Social. Há uma mudança em torno da profissão a partir da sua profissionalização. Até então existia um trabalho social, mas não era profissão. (Laura, supervisora de campo)

Na análise do depoimento da entrevistada, percebemos que a identidade profissional está vinculada com o processo de profissionalização da profissão. Laura separa dois momentos da construção dessa identidade, considerando a identidade atribuída, como aquela visão da caridade, da ajuda do início da profissão e o momento do seu reconhecimento enquanto profissão. Lembramos que conforme coloca Martinelli (2007), desde as primeiras escolas de Serviço Social, a formação profissional era realizada na modalidade do ensino superior, sob o viés doutrinário da Igreja Católica.

A supervisora de campo Laura completa a sua fala, mencionando a necessidade do reconhecimento profissional. Considera que o assistente social trabalha com aquela camada da população que é considerada invisível pela sociedade. O objeto de intervenção profissional são as expressões da questão social, que criam na sociedade um segmento que é excluído do modo de produção, que são considerados invisíveis pelas classes dominantes, vítimas das diversas formas de violência, preconceitos, exclusão social e violações de direitos.

Mas, acreditamos que essa falta de reconhecimento advém da própria precarização das relações de trabalho, que tem seus maiores rebatimentos nas políticas sociais e nos seus trabalhadores e da condição relativamente nova da profissão no mundo do trabalho se considerarmos em relação ao tempo histórico, já que a sua gênese no cenário brasileiro marca da década de 1930:

Então tem pouco prestígio social, os assistentes sociais tem pouco prestígio. Ninguém vê os benefícios que traz. Quando você traz um benefício, você o traz para uma pessoa que ninguém está nem aí para ela. Essa é a realidade. E parece que isso incomoda muito nós que somos profissionais, por não ter esse prestígio, não ter esse reconhecimento, porque as pessoas não veem o valor do nosso trabalho. Eu acho que é daí que surge a necessidade da identidade, é um incômodo pessoal por falta de ser reconhecido pelo o que você faz. Porque no mundo do trabalho, eu entendo que todo mundo que trabalha, busca reconhecimento. Você gosta de ser reconhecido por aquilo que você faz mais que ganhar dinheiro para sobreviver. O ser humano tem a necessidade de ser reconhecido. E é daí que parte a necessidade de você ter uma identidade, de você ser visto

como um profissional de respeito, como um profissional, que faz alguma coisa útil. (Laura, supervisora de campo)

Quando a supervisora Laura destaca a importância do reconhecimento e prestígio social, é necessário qualificar qual seria esse reconhecimento esperado pela entrevistada. Afinal observamos que o amadurecimento da profissão nos últimos anos coloca o Serviço Social no patamar de produção de conhecimento e reconhecimento pelas agências de fomento. A própria vinculação do projeto ético-político a um projeto societário mais amplo, vem afirmar que o reconhecimento profissional deve vir da classe trabalhadora, pois o objetivo maior da profissão é o fortalecimento da profissão e da população enquanto classe. Esta é a direção social da profissão, na qual o profissional deverá buscar o seu reconhecimento enquanto parte integrante.

Em relação as condições de trabalho e a própria remuneração dos assistentes sociais, percebemos que há muito o que avançar, sendo um desses desafios a falta de um piso salarial e as condições precárias de trabalho. Mas não devemos ter uma visão endógena da profissão, como se esta falta de reconhecimento estivesse relacionada com a materialidade da profissão, ou seja, com a sua própria constituição no mundo do trabalho ou com o objeto da sua intervenção ou com o público na qual o assistente social procura atender os seus interesses. Esta precariedade das condições de trabalho, deve ser analisada a partir das mudanças no mundo do trabalho, da precarização das relações de trabalho e no seu rebatimento na classe trabalhadora como um todo.

Essas refrações não incidem somente no Serviço Social e nem de forma homogênea, mas é fundamental compreendê-las, principalmente diante da atual conjuntura de perda dos direitos sociais e da configuração do Estado a partir dos interesses do Capital sob a lógica do neoliberalismo, trazendo determinações para as condições de trabalho do assistente social e para a sua constituição no mundo do trabalho. E dentro dessas constituições, o reconhecimento esperado como as condições de trabalho, remuneração e até mesmo o reconhecimento por outros profissionais ou pelo órgão contratante. Afirmamos que é necessária o fortalecimento e a articulação política da categoria profissional, na defesa e na luta por melhores condições de trabalho

A supervisora de campo Heloisa complementa a fala anterior, legitimando a influência conservadora no Serviço Social, considerando que houve uma mudança na forma de compreender a identidade profissional em Serviço Social, destacando os princípios que norteiam a profissão, mas considera que o traço conservador ainda permanece no seio da categoria. Esta busca de ruptura, que se caracteriza conforme nos coloca Paulo Netto (2008) numa intenção de ruptura é marcado por uma conjuntura política de efervescência dos movimentos sociais e de redemocratização do país.

A vinculação do Serviço Social com o marxismo, contribuiu para a compreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade, apreendendo as múltiplas determinações sociais e da contradição da sociedade capitalista, problematizando a lógica de acumulação vigente e o papel do Estado na garantia dos interesses da classe dominante.

Vale assinalar que é com a vertente de intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com a ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias). (PAULO NETTO, 2008, p. 303).

Ao destacar a continuidade do conservadorismo que permanece se reatualiza na profissão é importante percebermos que o movimento da história é dialético e contraditório, onde determinados fenômenos sociais se reatualizam, não da mesma forma, mas com novas determinações, onde o velho e o novo compõe o mesmo processo. E esta tendência conservadora tem-se a reafirmar na contemporaneidade frente ao avanço do neoconservadorismo e sua influência na profissão:

A mudança existiu. Bom eu acho que no início como eu disse, o Serviço Social tinha uma identidade baseada na questão conservadora, de viés religioso, aí tivemos o movimento de reconceituação que buscou romper com tudo isso e eu acho que na década 90 que a gente começa a ter uma proposta de identificação mais vinculado com direitos humanos, mais alinhada com a questão da liberdade, da democracia, então eu acho que a gente mudou nesse sentido, da gente ter um norte, um direcionamento mais vinculado com essa questão do direito e não para a questão do julgamento e do enquadramento. Ela ainda permanece quando tem profissionais que às vezes confunde o projeto profissional com o projeto institucional. A gente

ainda tem profissionais que atua pela lógica do merecimento e o não merecimento de um direito. Há profissionais que ainda julgam a uma situação superior à dos seus usuários, que fazem análise a partir dos seus valores pessoais e não os valores que aquela pessoa que traz. (Heloisa, supervisora de campo)

Luiza também comenta esse processo de construção da identidade profissional, inicialmente influenciada pela doutrina religiosa e que depois a partir de condições sociais determinadas, busca romper com a identidade atribuída e a reconstruí-la a partir de novos referenciais:

Eu acho que nós passamos por vários processos históricos. Eu acho que inicialmente o assistente social tinha uma determinada identidade que era própria daquela formação, daquele momento histórico, muito voltado para a questão do controle, uma influência muito forte dos padrões da Igreja católica da doutrina social da Igreja Católica. Então a identidade profissional foi construída nesses moldes. Mas eu acredito assim, que historicamente isso foi muito rapidamente transformado nessa identidade de um profissional mais crítico, mais politizado, vamos dizer assim, e mais preocupado com as questões mesmo políticas,. Então eu acho que a profissão foi caminhando dessa forma. (Luiza, supervisora acadêmica)

Conforme mencionado anteriormente, reforçamos que a superação com o Serviço Social tradicional e a construção da identidade profissional alicerçada no compromisso ético-político não se acontece a partir da vontade subjetiva dos assistentes social. A identidade enquanto categoria histórica somente pode ser apreendida a partir do movimento do real, das suas contradições e das determinações sociais que criaram as condições objetivas para a negação da identidade atribuída. A vinculação do Serviço Social com a luta da classe trabalhadora está relacionada com o desenvolvimento da consciência de classe desta, a partir da sua organização política tornando-se de “classe em si” em “classe para si”.

2.2 A Formação Profissional a partir das Diretrizes Curriculares: novos marcos para a construção da identidade profissional

A década de 1990 simbolizou um período de grandes avanços para o Serviço Social, em 1993 temos a aprovação do Código de Ética mediante a revisão dos códigos anteriores, e da lei de regulamentação da profissão. Posteriormente, temos a construção das Diretrizes Curriculares em 1996, que vem trazer novos

parâmetros para a formação e o exercício profissional, frente a esses marcos legais que se intensifica o debate na categoria em torno da formação e do exercício profissional em Serviço Social, surgindo à necessidade da construção de um perfil de assistente social atento as mudanças do mundo do trabalho e em consonância com o Projeto ético-político da categoria.

Baseado no compromisso firmado através do projeto ético-político profissional e dos princípios e valores elucidados no Código de Ética atual, que a categoria profissional consolida o compromisso com a luta da classe trabalhadora e na defesa do seu projeto societário, já que os princípios colocados se confrontam com a lógica desta sociedade e seus mecanismos de exploração. Destacamos entre esses princípios a “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 2007, p. 49).

Procurando avançar na consolidação do projeto ético-político, a categoria constrói coletivamente as Diretrizes Curriculares em 1996, em que coloca a necessidade de um perfil profissional capaz de compreender criticamente a realidade social a partir do desvelamento do real, criando respostas críticas e propositivas que vão de encontro com a efetivação dos direitos sociais e do projeto ético-político, através dos princípios contidos no Código de Ética profissional que fundamenta a categoria, contribuindo para a construção da contra-hegemonia na sociedade capitalista, diante das contradições do mundo do trabalho.

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica – caracterizadas como **rupturas moleculares** – poderão contribuir para uma nova visão de mundo desarticulando a ideologia dominante. (LUIZ, 2013, p. 107, grifo do autor).

As Diretrizes Curriculares vem trazer novos parâmetros para a formação em Serviço Social ao estabelecer um perfil de profissional em consonância com os princípios do projeto profissional, materializado através do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/93 que regulamenta o exercício profissional de Serviço Social em todo território nacional.

O estágio supervisionado ocupa a centralidade na formação profissional sendo discutida de forma mais recorrente sua contribuição na construção da

identidade profissional a partir da inserção do estagiário no campo de estágio. Tais questões serão analisadas nos capítulos seguintes, quando procuraremos compreender a identidade profissional na contemporaneidade e o lugar do estágio supervisionado neste processo.

Sua construção coletiva pela categoria profissional procura atender a necessidade de um perfil de profissional com fundamentação teórico-metodológica para compreender a realidade social para além de suas aparências, procurando através do movimento do real as particularidades sócio-históricas de formação e constituição da sociedade capitalista e suas contradições inerentes à lógica de produção e reprodução das relações sociais.

A apreensão crítica do movimento do real contribui para que o assistente social seja capaz de apreender as demandas emergentes e as colocadas no exercício profissional, criando alternativas de enfrentamento das manifestações da questão social a partir das mudanças do mundo do trabalho.

É necessário uma postura ético-política voltada para defesa intransigente dos direitos sociais e da qualidade dos serviços prestados. Contribuindo nos espaços onde o profissional esteja inserido com o fortalecimento da luta social para a consolidação de um projeto de classe contra-hegemônico que aponte para o direcionamento social para além dos limites da sociedade burguesa.

A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. (LEWGOY, 2009, p. 154-155).

A articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa é que dá a solidez e materialidade no exercício profissional. A relação entre a teoria e a realidade social acontece através da apreensão do movimento do real a partir das categorias de mediação.

A relação orgânica entre o singular e o universal, entre o fato que se expressa na cotidianidade como autônomo, único e as leis tendenciais e universais dessa sociabilidade se dá pelas particularidades sócio-históricas e políticas de constituição da sociedade capitalista e sua lógica de exploração através da apropriação dos meios de produção e a racionalização do trabalho.

As Diretrizes Curriculares a partir dos núcleos de fundamentação: *Núcleo dos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social*, *Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira* e *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, procuram contribuir para a superação da dicotomia entre a teoria e a prática, por meio do estabelecimento de pressupostos, princípios e diretrizes para a formação profissional, ao propor um “2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.” (ABEPSS, 2007, p. 72).

Os núcleos de fundamentação se articulam e se correlacionam procurando contribuir para a compreensão dos diferentes níveis da realidade social. O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social busca compreender a constituição do homem enquanto ser histórico e social e o trabalho enquanto produção da sua própria existência. Este núcleo também se particulariza em outros dois: a formação sócio-histórica da realidade brasileira e do trabalho profissional.

É a partir do estabelecimento de uma nova lógica curricular, que as diretrizes curriculares em Serviço Social procuram superar a fragmentação e a pulverização do conteúdo, articulando disciplinas, seminários temáticos, atividades complementares e indispensáveis para formação profissional. Assim os núcleos de fundamentação devem estar articulados evitando a sobreposição de conteúdos ou o seu descolamento com a realidade social.

Este último trata do Serviço Social como especialização do trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo. Dessa forma, percebemos que os três núcleos que compõe as diretrizes curriculares procuram concretizar no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, os princípios da formação profissional na direção de um perfil capaz de compreender a realidade social criticamente e a partir da sua inserção no mundo do trabalho criar estratégias políticas que vão de encontro com a materialização do projeto profissional.

Portanto, os núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção a intervenção do Serviço Social. (ABEPSS, 2007, p. 76).

Percebemos a importância da articulação dos fundamentos do Serviço Social na consolidação da práxis profissional através das dimensões teórico-

metodológica, ético-política e técnico-operativa, contribuindo para que se rompa com a atividade burocrática e rotineira no exercício profissional e a dicotomização da teoria e a prática na profissão ao contribuir na apreensão das particularidades da constituição do real.

Diante dos desafios postos na contemporaneidade torna-se necessário um perfil de formação profissional em consonância com projeto ético-político da profissão e com o Código de Ética. Neste processo, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social foram decisivas para estabelecer um patamar comum na formação profissional em Serviço Social ao assegurar a flexibilidade, a descentralização e a pluralidade que são elementos importantes para acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade.

Torna-se necessário uma unicidade nessa formação, um perfil de profissional que tenha habilidades e competências para viabilizar o projeto profissional nos diferentes espaços de trabalho e de acordo com cada conjuntura e peculiaridades dos espaços sócio-ocupacionais.

As Diretrizes Curriculares colocam a necessidade de um perfil profissional capaz de compreender criticamente a realidade social a partir do desvelamento do real, criando respostas críticas e propositivas que vão de encontro com a efetivação dos direitos sociais e do projeto ético-político, através dos princípios contidos no Código de Ética da categoria, contribuindo para a construção da contra-hegemonia na sociedade capitalista, diante das contradições do mundo do trabalho.

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação e posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica – caracterizadas como **rupturas moleculares** – poderão contribuir para uma nova visão de mundo desarticulando a ideologia dominante. (LUIZ, 2013, p. 107 grifo do autor).

Destacamos a importância da supervisão de estágio no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, ao realizar a síntese teórico-práticas através da apreensão crítica da realidade social numa perspectiva de totalidade, num processo de mediação, instrumentalizada por uma vertente teórica crítica, que permita contribuir para a construção da identidade profissional. Percebemos que esta atividade, é eminentemente educativa devendo ser referenciada pelos princípios ético-políticos da profissão.

Como o processo de ensino-aprendizagem contém uma concepção de educação e de homem, inevitavelmente encontra-se na concepção de profissão uma visão de homem atrelada a uma teoria do ser social, desembocando num projeto de ação. Projeto este que está no horizonte e que é uma idealização, mas que aspira ser concretizado na vivência real do cotidiano profissional. (BURIOLLA, 1995, p. 84).

Percebemos pela análise dos sujeitos da nossa pesquisa, que esta visão do Serviço Social tradicional ainda permanece na profissão, sendo o relato da maioria dos sujeitos entrevistados: supervisores de campo, acadêmicos e estagiários. Verificamos que essa visão se reatualiza de diversas formas, entre elas na própria escolha do curso pelos estudantes, na forma como os profissionais e as entidades dos sujeitos entrevistados compreendem o Serviço Social:

Eu entendo que a identidade profissional do assistente social é uma incógnita. A maioria das pessoas que vão fazer não sabem o que é o Serviço Social. Pelo menos era a realidade de quando eu entrei na UNESP. Você vai porque parece que vai ser legal, vai ser “bonzinho”, vai ajudar as pessoas, você não sabe o que vai fazer, então você presta porque você acha que é mais fácil. E ao longo da história, pelo o que a gente estudou isso para mim sempre se confirmou. (Laura, supervisora acadêmica).

Ao analisar a importância do estágio na construção da identidade profissional, a supervisora de campo Heloisa acredita que a maioria quando inicia o curso de Serviço Social, adentra a área mediante a visão da ajuda e da caridade. Visão esta que está na base da gênese da profissão e que ainda permanece no seu bojo. Nota-se que a supervisora relata a sua experiência profissional do seu processo de formação, este que se realizou por volta do ano de 1993, o que percebemos que ainda é algo muito recente:

Eu vou falar por experiência. Quando eu estava no primeiro ano e a professora perguntou para a sala porque escolheu o Serviço Social, a grande maioria era pela questão caritativa, de ajudar as pessoas. A ajuda, a grande maioria, eu acho. Tinha poucas pessoas que era pensando nessa questão da justiça, mas não tão elaborado. Não tínhamos essa questão elaborada no primeiro ano, à gente não tem essa elaboração, não tem essa crítica de justiça de promover a justiça social de ser profissional que vai articular processo de mudança nesse sentido da igualdade social. A grande maioria, isso em 93, era de pessoas vinculadas à questão da caridade, da ajuda. (Heloisa, supervisora de campo).

Para a supervisora acadêmica Luiza, a identidade atribuída ainda permanece na categoria profissional, sendo necessário que o profissional tenha conhecimento qual a sua verdadeira identidade e reafirme nos diferentes espaços de

trabalho, identidade profissional esta que está alicerçada no projeto ético-político profissional:

Essa identidade atribuída, ela tem força ainda. Eu acho que vai ter em todos os tempos, por exemplo, Às vezes conversando com aluno, com o profissional, eles colocam assim: “Estou numa instituição e lá eles colocam como eu devo trabalhar. Então eu não tenho espaço para atuar”. Eu sinceramente te pergunto: Se não for o próprio assistente social que coloca qual é o trabalho dele, a gente não pode esperar que a instituição fale pela gente. Porque a instituição, até pelo nosso período de constituição de profissão, vai nos oferecer uma identidade atribuída. Vai oferecer essa identidade que eles conseguiram entende: Assistencialista, caritativa, de boa moça, vamos dizer assim. Nós é que temos que falar...”nossa atribuição não é essa, nós temos atribuições e competências profissionais, o nosso espaço é esse, a nossa demanda é essa”. Então eu acho que o assistente social tem que estar muito bem sedimentado no que é a profissão, para ele falar o que é a profissão. (Luiza, supervisora acadêmica).

É importante destacarmos que a identidade atribuída se deu a partir da constituição da profissão no mundo do trabalho e sua vinculação ao projeto societário burguês e sua reprodução nos espaços sócio-ocupacionais está relacionada com a história da profissão. A ruptura e a construção da identidade do Serviço Social contemporâneo é um processo permanente e nunca acabado, sendo necessário reafirmá-lo cotidianamente a partir do compromisso profissional.

Ao colocar o questionamento do estagiário em relação a instituição que espera e cobra determinada postura profissional, que muitas vezes, está relacionada com a identidade atribuída, percebemos a importância da mediação na compreensão das múltiplas determinações sociais e análise da instituição enquanto espaço de contradições, enquanto forma de resposta do Estado – na perspectiva do Estado ampliado em Gramsci, frente ao agravamento da questão social. É a partir das contradições sociais e das condições concretas que o assistente social poderá criar estratégias de intervenção críticas e propositivas solidificadas nos princípios emancipatórios expressos no código de ética.

Encontramos essa visão em relação à profissão e da identidade na maioria dos relatos dos estudantes, ao serem questionados qual a visão que se tinham da profissão ao iniciar o curso:

Na verdade, conheci o curso de Serviço Social e a profissão no segundo semestre do meu 3º ano do Ensino Médio, em 2013, e antes disso não fazia ideia de qual profissional realizava a função do assistente social, mesmo ainda sem conhecer muito a profissão e ainda com um pensamento mais conservador, que é comum se ter antes de entrar numa universidade pública, achava que o Serviço Social tinha um caráter mais de caridade e

não de conquista de direitos e quebra com a questão social. (Estudante diurno).

Esta visão da profissão também é destacada na fala de outra estudante:

Antes de começar o curso de Serviço Social, eu não tinha uma visão ampla da profissão, também não tinha nenhum olhar crítico. Antes da faculdade o Serviço Social me trazia aquela questão da caridade. Eu via a profissão no mesmo olhar que chegou ao Brasil. (Estudante noturno).

A supervisora de campo Heloisa coloca a importância do estágio na construção da identidade profissional e superação da identidade atribuída e considera que ele poderá afirmá-la ou não. Consideramos que mesmo que a experiência de estágio não se realize conforme preconiza a categoria profissional através das Diretrizes Curriculares e da Política Nacional de Estágio – PNE, percebemos pela análise dos relatos de Heloisa, que ele é um dos elementos centrais na formação, podendo interferir na escolha da profissão e até mesmo no reconhecimento da profissão pelo estudante. Até a negação da profissão reafirma a importância do estágio no processo formativo:

O estágio tem extrema importância, muita importância, porque é a oportunidade do estudante vai ter de vivenciar e de identificar com essa questão da prática profissional, da profissão, com o projeto ético-político (ou não), porque muitas vezes, vai ser um processo tão difícil, tão arenoso, que o estudante às vezes ter uma concepção da profissão que não é a que a gente tem enquanto formação. (Heloisa, supervisora de campo).

Para a profissional Marcela, a supervisão de campo tem o papel de contribuir para a reflexão, configurando enquanto espaço de troca de saberes, experiências. Permitindo compor com o estagiário, uma relação de construção de alternativas frente aos desafios cotidianos. A relação que o estagiário e o supervisor estabelecem no processo de supervisão, é uma relação horizontal de trocas de conhecimentos, norteado pelo conhecimento apreendido no processo de ensino-aprendizagem. As estratégias profissionais devem ser norteadas pela teoria social crítica que permita criar respostas críticas e propositivas afirmando a direção do projeto profissional:

Eu ia falar que era direcionar, mas eu acho que não é direcionar, dá a impressão que é a minha direção e não é. A importância da supervisão de campo é numa perspectiva de liberdade, de pluralidade de ideias, é a troca, a troca de conversa, de diálogo. Esses dias eu e a minha estagiária estava conversando, “olha eu não sei o que pensar sobre esse atendimento que a gente fez”, aí ela me falou algumas coisas. E eu disse: “não a gente ainda

vai amadurecer isso, a gente vai voltar a conversar”, para ver se tinha uma melhor estratégia. Eu usei uma estratégia, a estratégia da família para conseguir aquele fim que a gente precisava e não tinha dado certo. Acho que é de troca, de fazer o estagiário a pensar, a refletir, a gente precisa buscar o tempo todo, não fazer o direcionamento para o que eu penso, para que a forma que eu trabalho. Eu por exemplo, falo muito isso para meus estagiários, o que eu aprendi com minha supervisora, tudo aquilo que eu não queria ser profissionalmente, a gente tem o carinho pessoal. Aí eu penso: eu não gostaria que vocês falassem isso de mim. Mas é lógico que eles não vão ser o que eu sou, porque eles não são eu. Mas esperamos que alguma coisa a gente contribua, no mínimo com a reflexão. (Marcela, supervisora de campo).

Conforme nos coloca Iamamoto (2008a), a realidade social apresenta limites e possibilidades para a atuação profissional e estas devem ser apreendidas no seu movimento contraditório. Mas é a direção social, o compromisso profissional que direciona a intencionalidade e as estratégias criadas para a intervenção do assistente social, procurando consolidar os objetivos profissionais que devem estar organicamente relacionados com a luta pela garantia dos direitos sociais e sua viabilização. Marcela complementa sua visão em relação ao estágio supervisionado, enquanto espaço de troca entre os sujeitos partícipes nesse processo.

[...] as alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do assistente social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. (IAMAMOTO, 2008a, p. 21).

A supervisora acadêmica Luiza coloca o papel da supervisão acadêmica no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social. Sendo considerado enquanto o momento de síntese teórico-práticas, de efetivação da práxis no processo formativo, contribuindo para a articulação com o conhecimento apreendido na sala de aula, através da mediação, provocando a reflexão e a crítica. É a tomada da profissão numa perspectiva de totalidade a partir de uma dada realidade social e sua expressão no cotidiano do estágio supervisionado. Dessa forma, o estágio é o espaço onde as mediações ocorrem, transformando o exercício profissional em concreto pensado:

O papel é de fazer essa síntese, essa relação. Esse momento realmente de ocorrer essa práxis. Força o aluno a repensar o que ele está vendo aqui e o que ele está vendo lá, e onde isso se encontra. Acho que é o momento de provocar o aluno. Eu acho o estágio extremamente provocador. É a hora

que você vai lá e fala: “Nossa, mas o que tem haver antropologia com isso aqui? O que tem haver sociologia com isso aqui? O que é a instrumentalidade que eu estudei com a Iolanda Guerra? O que eu estou fazendo aqui? Esses princípios éticos, onde eles estão nesse burburinho do meu dia-a-dia?”. Então ele provoca o aluno. E a gente só faz reflexão a partir de uma provocação. Só quando há um questionamento na nossa cabeça, quando há indagações que você procura resposta. Então o estágio é provocativo. Acho que esse é o grande papel do estágio [...]. Eu costumo dizer, você estuda a globalização, a flexibilização do trabalho, desemprego, desemprego estrutural. Lá você vai ver o protótipo disso. A própria globalização andando, o desemprego andando, a saúde pública andando lá precariamente. Então você vai ver materializado o que você vê aqui. Então eu acho que é um momento muito importante. E aí eu acho que a supervisão acadêmica, só para completar, ela tem esse papel importantíssimo de não deixar o aluno lá no estágio ver tudo isso e sozinho procurar as respostas. A supervisão acadêmica vem para falar: “o que você está vendo lá? Vamos conversar?”. Aí sua experiência casa com outras experiências, com as disciplinas, vai fazendo esse movimento de debate, de reflexão, é a reflexão entre o que você tem de teoria... E como a teoria se expõe lá na prática, de que não há uma dicotomia entre teoria e prática. Acho que esse é o movimento da supervisão acadêmica e do estágio. (Luiza, supervisora acadêmica).

A supervisora coloca que o estágio se configura como o elo com a faculdade, contribuindo para estar próxima das discussões e reflexões realizadas nesses espaços. Consideramos a importância do estágio ao contribuir para essa busca dos profissionais, mas destacamos a importância da formação continuada e da construção de outros espaços como fóruns de supervisores e grupos de estudos para a formação permanente em Serviço Social. Diante da dinâmica da realidade social e das constantes mudanças no mundo do trabalho, a formação permanente e crítica são fundamentais para que o profissional não recaia em práticas profissionais pragmáticas e conservadoras. Destacamos a importância de desenvolver a “[...] capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.” (IAMAMOTO, 2008a, p. 20):

Pra mim o estágio significa o oxigênio, a troca, a renovação o elo com a faculdade nesse momento. Eu acho que é isso, a gente conversa o tempo todo sobre o que está acontecendo, do que está pensando. Por exemplo, agora que está acontecendo todas essas questões, como a faculdade, o que os professores estão falando? Vocês estão discutindo sobre isso? Então para mim é como um colega de trabalho, que me traz algo de um lugar onde eu não estou. Significa um oxigênio, um colega de trabalho, porque a gente conversa sobre as situações. Eu me formei a treze anos, então é uma geração diferente da minha, eles entram com uma visão, pode ser parecida, mas eles são diferentes, são meninos que nasceram na década de 1990, isso traz diferença, eu não falo como companheiros de trabalho no sentido de serem profissionais, mas de pessoas que me ajudam a repensar a reformular. (Marcela, supervisora de campo)

A supervisora acadêmica Marta também reconhece a importância do estágio na formação profissional e o lugar que este deve ocupar diante da dimensão interventiva do Serviço Social, contribuindo para a efetivação da práxis no processo de formação. Se este ocorre conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares e da PNE, poderá ser uma experiência que contribua para a construção da identidade profissional e a superação da dicotomia entre teoria e a prática no processo formativo:

O estágio é muito importante. Eu diria hoje, com toda essa reflexão nossa, o estágio é central, porque ele vai fazer essa interlocução: supervisor acadêmico, academia, com o campo, com o aluno. Então ele é muito importante porque ele dará todo esse processo reflexivo da atuação, o estagiário vai ao campo, conhece a atuação, faz uma interlocução, vem para a universidade, faz um processo reflexivo, daquilo que vivenciou. Então essa vinculação que a política nacional de estágio fala da teoria e prática, do compromisso desses profissionais, compromisso de um estágio muito bem pautado, na qualificação, na formação, tudo isso centraliza o estágio como um momento extremamente importante, como o ápice da riqueza, da experiência profissional. Então eu entendo que o estágio, ele contribui para essa experiência de ir até o campo e você trabalhar, você refletir na sua ação todos esses elementos que possibilitem uma ação transformadora. Então o estágio é um primeiro momento desse contato, vamos dizer um primeiro exercício da profissão no cotidiano. Esse cotidiano tão exigente do profissional. (Marta, supervisora acadêmica)

Esta análise também aparece nos relatos da supervisora Gabriela que considera o estágio como um momento onde pode refletir sobre seu exercício profissional e trocar conhecimentos, contribuindo para que o profissional busque mais conhecimento e se capacite para realizar a supervisão:

Porque te traz mais bagagem, mais conhecimento, você tem que buscar conhecimento o tempo todo. Eu acho que isso é necessário, mas pelo dia a dia, pela correria, pelo cansaço e desgaste você acaba distanciando disso tudo. Você tem que buscar mais, aproximar mais da universidade, não só através do estagiário, mas seja através do mestrado, de grupo de estudo, porque a gente fica distante. Você fica muito naquele dia a dia, naquela rotina. (Gabriela, supervisora de campo)

Esta relação de horizontalidade no processo de ensino-aprendizagem no estágio supervisionado pode ser construída entre os sujeitos envolvidos, contribuindo para a efetivação da identidade profissional em consonância com o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares.

A supervisora complementa a análise anterior, destacando o projeto ético-político, o Código de Ética e a lei de regulamentação da profissão, como elementos

basilares para a construção da identidade profissional em Serviço Social e o Estágio enquanto lócus para sua efetivação. Concordamos com o pensamento de Gabriela em relação dos elementos que embasam a construção da identidade profissional e reforçamos a importância da formação continuada que também está expresso no Código de Ética Profissional:

Eu acredito que a nossa identidade profissional deve estar de acordo com o projeto ético-político, que são as normas que norteiam a nossa profissão, o código de ética, a lei de regulamentação do Serviço Social. E o que eu percebo, pensando em mim. Eu acho que depois que a gente sai da sala da Universidade a gente acaba distanciando um pouco, precisa de se ter uma formação contínua, permanente de busca, a gente tem que tomar muito cuidado para não ficar tecnicista. Mas na rotina, no dia-a-dia, naquela prática e você teria que ter aquele momento para parar para sentar e refletir para relacionar. Porque a teoria está relacionada com prática, então a gente tem que parar um pouco pensar refletir eu acho que o estagiário ajuda a gente nisso porque quando recebo uma estagiária, tem avaliação tem um plano, tem um momento que a gente senta e conversa um pouquinho sobre a profissão. Porque quando vem para o campo de estágio, é outra realidade. Não que não esteja relacionado, mas é ali no dia a dia que você vai ver as questões, as expressões da questão social. (Gabriela, supervisora de campo).

Outro aspecto que a supervisora coloca é a legalidade do estágio supervisionado que contribui para a sua efetivação enquanto processo de ensino-aprendizagem. Para Cirlene Oliveira (2000, p. 100) a legalidade é um dos elementos constitutivos do estágio supervisionado, “[...] que explicita o significado, o objetivo, as normas e exigências pertinentes ao desenvolvimento do estágio supervisionado curricular.”

A legalidade institui as normas, os princípios, as diretrizes para a realização do estágio supervisionado em consonância com o projeto profissional. Entre eles destacamos: as Diretrizes Curriculares, a lei de regulamentação da profissão – Lei 8.662, o Código de Ética, a Resolução CFESS n. 533 (CFESS, 2008) que trata da supervisão direta de estágio e a construção coletiva da Política Nacional de Estágio (PNE) que traz parâmetros para a realização do estágio supervisionado, que abordaremos mais adiante. A legalidade defende a qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado e norteia a sua realização em âmbito nacional. Sua importância ganha vulto principalmente na contemporaneidade diante da precarização do mundo do trabalho e seus reatamentos na educação, transformando-a em mercadoria.

A supervisora acadêmica Marta, destaca os avanços do Serviço Social nos oitenta anos da profissão e considera que a identidade profissional está em processo permanente de construção vindo de encontro com o pensamento da supervisora de campo Gabriela. Marta destaca a dimensão da historicidade, do movimento, sendo que identidade não está pronta e acabada, mas está em permanente construção, sendo necessária (re)afirmá-la cotidianamente:

No meu entendimento a profissão teve muitos avanços, ela cresceu, ela amadureceu teoricamente, politicamente no seu compromisso. Então a identidade não foi à mesma. Assim como no humano a identidade é construída, o Serviço Social constrói essa identidade a partir de um compromisso ético político, de um referencial teórico que lhe deu sustentação, reflexões, lhe deu reflexões teóricas, metodológicas que lhe possibilitaram esse avanço, esse amadurecimento na identidade. Então nesse sentido, meu entendimento... Momentos históricos demandaram intervenção da profissão, conhecimento, embasamento, uma formação diferenciada para o enfrentamento das manifestações... Vamos dizer, da questão social que é o objeto de intervenção, do estudo do Serviço Social. Então, em cada momento houve necessidade da profissão aprimorar-se, buscar um aprofundamento e foi amadurecendo em todos esses aspectos que eu já coloquei. (Marta, supervisora acadêmica).

Marcela considera que o estágio supervisionado contribui nesse processo de construção da identidade profissional que inicia no curso e percorre toda a trajetória profissional, também compartilhando com o pensamento das outras entrevistadas, destacando a contribuição do pensamento crítico ao propiciar uma visão crítica da sociedade, das relações sociais e das suas contradições. Conforme coloca a supervisora, uma visão mais politizada. Também destaca a influência religiosa no Serviço Social a contribuição da formação profissional para sua desconstrução:

A formação profissional contribui com o início da mudança da visão em torno da ajuda que inicialmente está relacionada com o Serviço Social, com o início da mudança. Mas a mudança é sempre. Ela é diária, a gente está vivendo uma mudança política, uma situação onde a gente também muda o posicionamento a identidade. Mas com certeza, a gente entra de uma forma. A gente teve uma educação. Eu sempre estudei em escola pública, eu nunca tive uma visão politizada ou uma educação que me pudesse proporcionar uma visão do que estava acontecendo no meu país. Mesmo a questão da história, aquela história do descobrimento, sem politizar, sem falar da questão da exploração, sempre uma “Alice no país das maravilhas”. É a faculdade que descortina um pouco isso. A questão religiosa também, eu vi em mim e nos colegas de sala, a gente acaba reconstruindo uma nova forma de viver a questão religiosa também. (Marcela, supervisora de campo).

A contribuição do estágio na construção da identidade profissional também é evidenciada pela supervisora acadêmica Marta, sendo considerado “o passaporte”

para a vida profissional, enquanto espaço de troca, reflexão e aprimoramento profissional:

O estágio contribui para a identidade. Afinal de contas é esse o momento de experiência, é o momento aonde eu vou realmente viver e trabalhar e revelar a atuação, o exercício profissional. Então ele contribui sim, porque ele dá, ele é um, vamos dizer assim, um passaporte para a vida profissional. Então ele abre horizontes, reflete, possibilita que o profissional aprimore, corrija as suas dificuldades, ultrapasse tudo isso, dialogue com o diferente, trabalhe coletivamente. O estágio possibilita sim a identidade profissional e vai fortalecendo essa atuação do profissional. (Marta, supervisora acadêmica).

O estágio supervisionado para Claudia ocupa um lugar importante na formação profissional por ser considerado o lócus da efetivação da relação entre teoria e a prática profissional, dimensão esta que consideramos que o estágio é um dos espaços para sua efetivação, devendo ter outros momentos na formação para sua interlocução, como a extensão universitária, perpassando de forma transversal toda a formação acadêmica e não sendo algo episódico que é vivenciado nos últimos anos do curso.

Estes princípios estão evidenciados em: “4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73) e principalmente através do “5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73). A importância de construção de outros espaços para a efetivação da relação teórico-prática também é elucidada nas Diretrizes Curriculares através do princípio da “8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73).

Assim as Diretrizes Curriculares com nova lógica preconiza uma relação entre teoria e realidade que perpassa todo o processo de aprendizagem. Também é importante retomarmos a afirmação anterior da legalidade, que aqui é colocada pela supervisora de campo Cláudia, ao afirmar que tem contribuído para a realização da supervisão servindo como um norte:

A compreensão do estágio na construção da identidade profissional, eu acho que o estágio é basicamente uma experiência capacitadora. O estágio tem haver com a relação teoria e prática o tempo todo, inclusive quando se tem o convênio com instituição é exigido pelo setor de estágio da UNESP a elaboração do plano estágio, definindo objetivo dessa capacitação

profissional, a definição e a contextualização do Serviço Social. Como se configura aqui as atribuições dele do estagiário, dentro da experiência de formação profissional. Tem que apresentar avaliação do estágio semestral. (Claudia, supervisora de campo).

Para a supervisora Gabriela, os valores contidos no Código de Ética e a história de vida do sujeito são elementos importantes para a efetivação da identidade em Serviço Social:

Os Valores. Eu penso no próprio profissional, na cultura história de vida, tudo interfere um pouco para você construir sua identidade profissional, mas eu acho que você tem que estar de acordo do próprio código de ética, a lei que regulamenta a profissão, a gente tem um norte que norteia a profissão. Eu acho que você tem que sempre estar trazendo, relendo. (Gabriela, supervisora de campo).

A supervisora Laura destaca como elemento fundamental para a construção da identidade profissional a apropriação do projeto profissional e do conhecimento, enfatizando sua dimensão técnico-operativa, o desenvolvimento de habilidades profissionais que consideram importantes no exercício profissional. Ao elucidar a importância do conhecimento técnico-operativo, do desenvolvimento das habilidades e competências, a supervisora Laura destaca a dimensão da instrumentalidade do Serviço Social enquanto uma das dimensões que dão materialidade a profissão:

Os elementos fundamentais para consolidação da identidade. O conhecimento técnico-operativo. O conhecimento seria a habilidade em você fazer a parte burocrática a escrita de projetos, relatórios. Os elementos fundamentais são: habilidades de trabalho com outro de ver o outro como um ser humano e fazer um atendimento mais humanizado. A capacidade de enfrentar os desafios diários e conseguir executar as atividades que lhe são exigidas. Esses desafios são lidar com imprevistos, necessidades dos usuários que apresentam demandas surpresas e você tem que atender. No início eu tinha um pouco dificuldade em lidar com imprevistos, eu gosto de rotina, mas você vai se adaptando. Hoje eu chego aqui sem ter uma expectativa do que vou fazer naquele dia e se der tempo de você fazer o que preciso fazer eu faço. Você tem que diferenciar o que é emergencial, o que é urgente e o que pode fazer depois. Isso é vivenciado a cada dia. Nós temos o nosso projeto ético-político, que embasa a atuação profissional. Como ele se materializa, através das discussões, da vivência com os profissionais, daquilo que a gente entende como certo. Primordial é eu saber o que eu preciso fazer, qual o objetivo, quando vou fazer, por exemplo, uma entrevista. O que preciso saber, daquela pessoa, o que é importante eu saber, ou o que não é importante saber. (Laura, supervisora de campo)

Apesar de reconhecer a importância do projeto ético-político, é fundamental não reduzirmos a instrumentalidade a mera execução de tarefas e atribuições

cotidianas, ou ao atendimento das burocracias. Isto reforça um caráter conservador na profissão, do assistente social tarefeiro, o que Iamamoto (2008a, p. 20) nos tem alertado em Serviço Social na contemporaneidade, colocando como um desafio para os profissionais: “ser um profissional propositivo e não só executivo.”

A instrumentalidade¹² para Guerra (2013) não pode ser vista de forma isolada, mas articulada com as outras dimensões do Serviço Social, a teórico-metodológica e a ético-política. Estas dimensões, são unidades do mesmo processo, sendo distintas uma das outras, mas não existem separadas, mas em constante relação. A instrumentalidade exige uma intencionalidade, norteada por um determinado referencial que embasa a atuação e a formação profissional e uma direção social que é afirmada pela dimensão ético-política.

O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social. (GUERRA, 2013, p. 46).

Continuando nossa análise, a concepção da identidade profissional em Serviço Social para a supervisora acadêmica Luiza, também perpassa pelos princípios ético-políticos construídos coletivamente através do compromisso histórico com a classe trabalhadora. A identidade para a entrevistada deve ser entendida numa perspectiva mais ampla, através dos processos históricos de constituição da profissão e a influência da cultura. Considera que o assistente social deve ter um perfil humanista, frente à defesa dos direitos humanos, da justiça social e dos valores elucidados no Código de Ética.

A supervisora acadêmica destaca a influência da cultura na formação da identidade. Consideramos que enquanto categoria histórica, a identidade está intrinsecamente relacionada com a formação da consciência crítica da categoria a partir de uma determinada conjuntura sociopolítica e cultural:

Eu acho que também tem essa questão que a Martinelli coloca muito. Essa identidade tem haver com o que a gente já tem como princípios, que a gente tem como cultura. Então eu acho que o assistente social é uma pessoa preocupada com as questões sociais, que tem uma sensação, vamos dizer, tem uma vertente humanista. Eu acho que isso é próprio do

¹² Aprofundaremos esta questão mais adiante.

assistente social, seja ele numa perspectiva mais crítica, seja uma perspectiva mais conservadora, mas todos tem uma diretriz humanista. Então o assistente social é esse profissional que tem um sentido de justiça social, um sentido de visão de coletivo, de contribuir com o desenvolvimento da sociedade, do outro. Acho que é isso. A identidade que vai se construindo no perfil profissional. Porque quando a gente escolhe uma profissão, a gente já escolhe também pensando no que a gente pensa, nas nossas experiências de vida, na nossa formação histórica que vem da nossa família, da nossa convivência, da nossa classe social, de onde você é, da nossa classe social. Então eu acho que isso influencia na identidade profissional do assistente social. (Luiza, supervisora acadêmica).

Luiza destaca como elementos norteadores da construção da identidade profissional, considerando que os instrumentos e normativas construídas coletivamente pela categoria profissional que dão materialidade a identidade profissional e norteia o perfil que se deseja formar no Serviço Social:

Eu acho que seria realmente os próprios instrumentos, a lei que regulamenta a profissão, o código de ética, a Política Nacional de Estágio, eu acho que são as diretrizes curriculares nacionais. Eu acho que esses instrumentos nos ajudam a compreender qual é a nossa identidade profissional. Eles materializam a nossa identidade profissional. Eles colocam lá o que é, como é. As nossas atribuições. Então eu acho que o que tem de elemento, são esses instrumentos. E a própria posição, é interessante a nossa categoria, por exemplo, tudo que é polêmico na sociedade nós temos um posicionamento, basta o assistente social conhecer. (Luiza, supervisora acadêmica).

Heloisa também destaca a importância do estágio na formação profissional e sua centralidade na construção da identidade profissional, reafirmando que o estágio pode contribuir para a identificação do estagiário com a profissão ou a sua negação.

O papel da supervisão é auxiliar, de fazer essa ponte com o estudante, de discutir, de refletir essas questões que a gente tem. Muitas vezes, a gente tem situações que são realmente difíceis e outras que são mais favoráveis, mas é a oportunidade que você tem de fazer com que o estudante, vivencie essa contradição que é natural em qualquer profissão. Não é acentuar, nem desconsiderar, porque todas as profissões tem seus percalços, tem as dificuldades. Temos esse papel, primordial de ter esse encantamento ou não com a profissão. (Heloisa, supervisora de campo)

Contrapondo a este pensamento, Laura considera que no estágio não há muito esta abertura, já que o espaço não é seu. Entendemos que é necessário levar em consideração os limites institucionais e da realidade social vivenciada nos espaços sócio-ocupacionais, mas é possível estabelecer uma relação onde o estagiário sinta sujeito do seu processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para que o estagiário se identifique com a profissão:

Eu acho que a construção [da identidade profissional] é muito mais efetiva na atuação profissional que durante o estágio, porque no estágio você não tem a obrigação nem a possibilidade de atuar, aquilo não é seu, você está ali para aprender, para estar junto com alguém. Quando você tem que se virar nos trinta, aí começa a tomar forma que você quer dar. Uma coisa é você chegar para estagiar numa empresa e ter ali, “é assim e assim que as coisas funcionam aqui”, outra coisa é você atuar na empresa e poder fazer as coisas da forma como você quer. Eu vou fazer entrevista dessa forma, quero fazer essas entrevistas, eu quero entender isso daqui, não fazer isso. Depende da instituição, tem instituição que permite. (Laura, supervisora de campo).

É importante apropriarmos da mediação enquanto categoria fundamental para a articulação entre o conhecimento apreendido na faculdade e a realidade social. Destacando que o conhecimento não deve se sobrepor a realidade social, pois são dimensões diferentes, mas que compõe a mesma unidade. A realidade social é contraditória, apreender seus limites e possibilidades é estar atento para o seu movimento e reconhecer a contribuição da profissão na luta da classe trabalhadora.

A supervisora de campo Laura destaca a importância do conhecimento para o exercício profissional, mas coloca que este conhecimento pode não contribuir com a superação da visão conservadora do sujeito. Acreditamos que o conhecimento tem um importante papel no desenvolvimento do homem e no processo de conscientização do mesmo. Mas não podemos delegar ao conhecimento esta tarefa como se fosse somente e unicamente o fator para a mudança da visão do homem e sua realidade social. Esta perspectiva é messiânica e a-histórica.

A faculdade contribui com o conhecimento, com o que você sabe ou que você deixa de saber. Dependendo do que você sabe você tem uma visão diferente da realidade só que a forma como você vai atuar na realidade não é só o conhecimento que vai definir ou não. Você pode sair da faculdade entendendo tudo sobre relações sociais, sobre o marxismo, sobre todos os “ismos” da vida e você não fazer nada com isso porque você tem uma personalidade que não te permite à transformação. A transformação social a transformação da realidade onde você atua, não depende somente do seu conhecimento depende também de você como pessoa se dá, o que você faz com o conhecimento apreendido. (Laura, supervisora de campo).

O homem enquanto sujeito social, político e econômico, transforma a si e a realidade social a partir da categoria trabalho e das suas diversas inserções sociais, vivências e da sua relação com outro homem, dessa forma, o homem somente pode ser compreendido enquanto sujeito social a partir da história e da sua relação com a natureza (seja ela orgânica ou modificada) e com os outros homens.

Marx (1985) nos coloca que o trabalho é atividade ontológica do homem, que ao transformar a natureza o homem também se transforma neste processo. É atividade mediadora, essencial, e insuprimível da existência do homem. O conhecimento caracteriza pela a abstração dessa relação orgânica, da síntese da produção do conhecimento pela efetivação da atividade determinada a um fim orientada pela capacidade teleológica do homem.

[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, p. 50).

A formação profissional deve propiciar a articulação do conhecimento apreendido na UFA, cujo referencial é o pensamento crítico dialético com a realidade social, onde o estagiário possa analisá-la a partir das particularidades sócio-históricas que compõe o movimento do real, transformando-o em concreto pensado. Onde o “cada caso” em sua singularidade apresenta conexões com o universal, relacionando-o com a luta de classes, os processos macrosociais de reprodução do capital, da mais-valia, do processo de acumulação de capital e de exploração da força de trabalho.

E diante dessa análise crítica da realidade, visualizar propostas de intervenção que vão ao encontro da afirmação dos objetivos profissionais e do projeto ético-político, em sintonia com o projeto societário mais amplo, de luta pela emancipação humana: “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias estâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade.” (PONTES, 1997, p. 181).

Ainda em seus relatos, a supervisora de campo Laura alude que a faculdade, ao referir-se ao curso de Serviço Social da universidade pública de Franca/SP, não forma trabalhadores, e sim, pesquisadores. Consideramos que, a formação profissional deve contribuir para a construção de um perfil profissional que seja capaz de criar respostas críticas e propositivas de acordo com o que é vivenciado no trabalho:

Na faculdade você tem muito conhecimento teórico: o que é o marxismo, o que é o mundo do trabalho. Mas você chega numa instituição, principalmente os estagiários, eles chegam, não sabem atender uma pessoa, não sabem atender um telefone, não sabem buscar um contato, se você pedir, alguns estagiários, dependendo do momento que ele entrar numa instituição, logo após de formado e ter que fazer uma parceria com uma instituição, com outra entidade, acho que eles não sabem nem procurar o telefone, de tão perdido. Porque você estuda o mundo do trabalho, mas não sabe como lidar com o mundo do trabalho. Na hora que você vai enfrentar o mundo do trabalho, você se torna um trabalhador. O estágio deveria dar esse aporte. Mas eles chegam ao estágio, parece com tanto medo, eu ando repensando um pouco essa questão do estágio. (Laura, supervisora de campo).

É importante não dissociarmos a dimensão interventiva da investigativa no Serviço Social, caso isso ocorra, pode incorrer no risco de reproduzir o velho e sempre atual discurso que na prática a teoria é outra. O conhecimento científico deve instrumentalizar o exercício profissional. A pesquisa não deve ser somente especulação teórica do profissional ou para atender meramente o interesse individual do pesquisador, mas deve atender as necessidades da categoria profissional, procurando dar respostas e iluminando a intervenção profissional e servir de instrumento que norteia a categoria profissional na afirmação do compromisso profissional. A dimensão investigativa é um princípio ético profissional e deve ter uma função social, contribuir para o desenvolvimento da sociedade e trazer respostas para os dilemas e desafios presentes. Assim Guerra (2009, p. 712) trata da importância da dimensão investigativa no Serviço Social, destacando sua importância na efetivação das competências profissionais:

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional.

A supervisora ao mencionar o curso de Serviço Social da universidade pública de Franca/SP, reforça que a universidade não prepara para o mundo do trabalho e considera que a identidade profissional também está relacionada com os aspectos subjetivos do indivíduo. A identidade enquanto categoria histórica está

inserida na dinâmica da vida social onde múltiplas determinações se relacionam na sua formação, sendo que esta não pode ser vista de forma isolada do contexto social, do momento histórico e da própria configuração da política de educação.

Mas consideramos que os aspectos relacionados à postura profissional, como por exemplo, como realizar uma visita, como se proceder na abordagem com o usuário, não é atribuição da formação acadêmica, pois esta não deve e não consegue abordar tudo, estas questões são desenvolvidas e aprimoradas no cotidiano profissional e nas vivências durante toda a vida profissional.

A faculdade não prepara para o mundo do trabalho. Faculdade não forma trabalhadores [...] E é aí que eu vejo uma dificuldade, eu acho que a identidade profissional não está ligado a questão da formação em si, eu acho que mais uma questão pessoal. O profissional que você vai ser não depende faculdade, do conhecimento que você adquire, mas depende de você, das habilidades que você tem, dos temperamentos que você tem, se você é uma pessoa proativa ou não, se você é uma pessoa que tem uma desenvoltura melhor para lidar com o público ou não. Então assim, a identidade profissional, não é só construída na universidade, você constrói sua identidade a partir do que você é. (Laura, supervisora de campo).

Analisamos pela fala da supervisora Gabriela, que se o profissional não conseguir realizar a mediação e não tiver uma análise crítica da realidade, poderá reiterar a visão que teoria e prática não se conciliam no Serviço Social:

Quando a gente começa a fazer o estágio eu acho que é onde a gente aproxima da realidade aí quando você consegue fazer a ligação da teoria com a prática, mas você não pode ser totalmente... Sinceramente eu acho que na faculdade é muito, passa a ser um pouco utópico, bem distante do que você vê na prática. (Gabriela, supervisora de campo)

A supervisora complementa sua análise, alegando que o estudante chega ao campo de estágio com uma visão messiânica da profissão, como se esta tivesse que dar conta da transformação social ou de resolver todos os problemas que aparecem no cotidiano de trabalho. Consideramos que o assistente social tem uma importante contribuição na garantia de direitos, mas não compete a ele resolver os problemas que aparece no seu espaço de trabalho, diante dos próprios limites conjunturais e estruturais.

Muitas vezes, o assistente social é um facilitador do acesso da população aos mecanismos de garantia de direitos, instrumentalizando-os. Enquanto membro da classe trabalhadora e por ser uma categoria que tem o compromisso ético-político, devemos compor com esta classe e criar condições frente as contradições

sociais para avançarmos na luta pela emancipação política e social. Ao transferir para o Serviço Social uma atribuição que não cabe a uma profissão - a transformação social, estamos reproduzindo a visão messiânica já mencionada por Iamamoto (2008a), visão esta reducionista e descolada da realidade social e da história da luta de classes:

Eu acho que o estágio a partir do momento que eles vem, é o contato que eles vão ter com essa realidade do dia-a-dia, do cotidiano. Independente se está na instituição ou no poder público, e às vezes é o que eu te falei, eles vem muito embasado numa visão de mudança imediata, numa transformação que a gente vai conseguir pra amanhã e esquece um pouco que a gente está num sistema, como que é esse sistema e que as mudanças vão ocorrer mas não é de hoje para amanhã e isso quando eles vem eles começam a perceber: “Nossa achei que era mais fácil, eu conseguiria isso de imediato”. E não é assim e começa a perceber que as coisas não são tão simples assim. (Gabriela, supervisora de campo).

Nos relatos dos estudantes, percebemos uma mudança na forma de compreender a profissão ao longo do curso de Serviço Social, passando de uma visão assistencialista, da ajuda e da caridade para uma perspectiva mais politizada, em defesa dos direitos e partir de uma visão crítica da realidade social, analisando-a numa conjuntura mais ampla. Dessa forma, afirmamos que a categoria de análise que aqui se aponta é da compreensão do estágio enquanto mediação para a construção da identidade profissional a partir da superação da identidade atribuída:

Desde o primeiro ano, estudamos sobre a origem e todas as mudanças dos princípios e funções da profissão de Serviço Social. Então, aprendemos todo o processo de transformação que a profissão sofreu. Nisso, concebi que o pensamento antigamente nessa profissão era mais conservador e caridoso, e com o passar dos anos, com as mudanças de conjuntura social, econômica e política da sociedade, o Serviço Social foi moldando de acordo com a sociedade e as demandas dos usuários. Pude desenvolver uma intensa desconstrução em debates em salas de aula e no estágio e hoje consigo conceituar melhor o que é a profissão de Serviço Social. (Estudante diurno).

Outro estudante reforça esta perspectiva, da importância da formação profissional e do estágio na superação da identidade atribuída e a compreensão do Serviço Social no mundo do trabalho.

Compreendo que há discussões relevantes sobre o Serviço Social ser uma profissão ou não, não diz respeito a caridade, mas sim ampliação/formulação e efetivação de direitos de usuários que tornam evidentes as expressões da questão social, que existe porque há relações de contradição entre capital – trabalho. (Estudante noturno).

Percebemos que a formação profissional tem contribuído para que o estudante compreenda a identidade em Serviço Social a partir das contradições da sociedade capitalista. Verificamos que a maioria situa o Serviço Social a partir as contradições da sociedade capitalista e do eixo capital-trabalho e reconhece os desafios para a efetivação dos direitos sociais, frente aos desafios postos pela conjuntura contemporânea.

Analisando como tem contribuído para a construção da identidade profissional a partir do estágio, nota-se certa continuidade na forma de compreender a profissão. O que tem diferenciado é uma apropriação maior dos desafios enfrentados pela profissão. Aqui percebemos importância do estágio no processo de formação e na construção da identidade profissional:

Sim, acho que o estágio supervisionado foi o que mais contribuiu para a minha atuação profissional, pois o que eu vi e aprendi no estágio com a minha supervisora é como quero atuar futuramente. (Estudante Diurno).

Sim, pois despertou o interesse ainda mais pela prática profissional, voltada nas diferentes áreas nas quais mais me identifico, possibilitando apropriar do conhecimento para uma formação diferenciada e qualificada. (Estudante noturno).

Esta preocupação da relação da teoria com a prática também é elucidada pela supervisora acadêmica Marta, destacando que ainda existem discursos que a realidade não corresponde à realidade social, ocorrendo uma dicotomia entre a dimensão teórica e a prática no Serviço Social. Destacamos a importância da apropriação da Política Nacional de Estágio para a efetivação do estágio enquanto mediação da relação entre teoria e a realidade social e da formação continuada:

Eu entendo que a profissão, que os profissionais, têm que estudar, tem que voltar às reflexões, tem que fazer uma ação reflexiva, tem que fazer essa vinculação da teoria e prática. Na verdade a gente percebe, ainda hoje, profissionais dizendo que na teoria é uma coisa e na prática outra. Então a gente tem que voltar a refletir, temos que fazer análise de realidade, de mundo, entender que o hoje é um mundo diferente, complexo, com outras demandas. Eu entendo que é necessário que o profissional coletivamente se organize e repense a sua ação, busque estratégias coletivas de atuar, não sozinho, não só a categoria, mas interdisciplinarmente. Então eu vejo que existem saídas, é preciso querer e é preciso que a profissão se qualifique ainda mais, busque essas alternativas coletivamente, estudando, refletindo a realidade e tendo uma ação reflexiva. Se não ele se torna reproduzidor do que está aí e conseqüentemente a sua ação será alienada e alienante. (Marta, supervisora acadêmica).

A articulação política do Serviço Social enquanto sujeito coletivo com outros profissionais que comungam dos princípios ético-políticos profissionais é um dos pressupostos éticos da profissão: “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.” (CFESS, 2007, p. 43). Este princípio parte da compreensão da importância da organização política com outros seguimentos de profissionais e com a classe trabalhadora pelo entendimento da categoria que o Serviço Social não é ator da revolução social, mas compõe com a classe trabalhadora, sendo necessário aglutinar forças em defesa de valores mais humanos e de um projeto societário em direção da superação da lógica da sociedade capitalista.

Diante da dinâmica da realidade social, não é possível apreender particularidades do trabalho profissional, ao longo da trajetória profissional que o assistente social vai adquirindo conhecimento e amadurecimento. Esta compreensão pode ser percebida na fala da supervisora de campo Marcela. Sendo que o que norteia o trabalho do assistente social é o seu compromisso ético-político.

Observa-se a importância da identidade profissional, ao relatar que mesmo que algo não seja considerada como demanda do Serviço Social, a assistente social procura dar respostas, mas o que norteia esse direcionamento é a visão de homem e de mundo e por mais que não esteja explícito, o compromisso com a viabilização do acesso aos direitos sociais, conforme relata uma das suas experiências.

O assistente social não deve dar respostas a tudo, mas aquilo que é referendado pelo Código de Ética e pela lei de regulamentação da profissão. Caso procure dar respostas a tudo, acaba perdendo a especificidade da profissão, além de cair em descrédito com as outras profissões e não dar conta das demandas que chegam até o Serviço Social:

Eu acho que o compromisso que a gente tem com o usuário, porque muitas vezes o que chega pra gente nem sempre é uma demanda para o Serviço Social resolver. Porém, eu entendo que eu tenho um compromisso com aquele usuário, se ele precisa de uma política de saúde não está conseguindo acessar é o meu dever conseguir verificar quais são os instrumentos necessários para ele conseguir aquele agendamento ou aquele caminhamento e fazer isso por ele e com ele. Eu acho que é isso, é esse direcionamento, que muitas vezes, a gente olha uma família, que fala: “olha eu preciso disso daqui. Dessa situação e eu já fui em “n” locais e não estou conseguindo”. Aí você fala bom, eu também não sei como que é, mas você pega o telefone e liga em “n” locais e descobre, qual é o passo. Como na semana passada chegou uma senhora aqui na sexta-feira à tarde ela veio do HC precisava de um medicamento de alto custo estava faltando um papel, mas ela não sabia qual era o papel e nem eu porque veio lá do HC.

Mas aí você liga e vê. Descobrimos qual é o papel. Agora como o obtê-lo, era um documento, um laudo médico do neto dela, que ele já fez há muito tempo aí você organiza aquela situação e ajuda a pessoa. Era o remédio que ela queria que é um direito dela. E você vê que ela passou por vários lugares naquele dia. Ela estava uma semana passando por vários lugares, ela me falou que pensou assim: “o que eu vou fazer agora?”. Ela disse: “Acho que vou lá, naquela moça”. Ele não é mais atendido aqui, mas ele já foi atendido, então ela tinha me tinha como referência. Acho que ela vai me ajudar. Então acho que é isso, não é algo natural do nosso trabalho, que você tem propriedade, mas eu vejo que o Serviço Social, as colegas de trabalho, buscam o conhecimento para poder oferecer e acaba também nos ajudando, porque você aprende. Agora qualquer situação de qualquer outro usuário, você consegue atender. A gente ficou uma tarde para conseguir saber como seria fornecido para ela esse documento. (Marcela, supervisora de campo).

Lúcia destaca que essa questão da efetivação dos direitos sociais é uma das questões levantadas pelos estagiários e que tem suscitado questionamentos entre os estudantes de como um direito que é garantido por lei e na prática não se efetiva. Destacamos a importância de compreender como se dá a construção dos direitos sociais enquanto resposta do Estado frente ao agravamento da questão social e que através das configurações do mundo do trabalho frente ao ideário neoliberal e dos interesses da classe dominante, esses direitos encontram-se cada vez mais ameaçados. A partir dessa análise podemos perceber a importância dos princípios do Código de Ética profissional, entre eles a defesa intransigente dos direitos sociais:

O que eu me lembro, que alguns colocam com muita evidência vai mais para o campo dos direitos. O que eles percebem na prática é que apesar, que aquela necessidade daquela demanda, estar muitas vezes, garantida em lei, ela não se efetiva na prática e isso é uma coisa que suscita muita discussão por parte deles, muitos questionamentos. Mas como? Se já tem o direito. Você encaminha, por exemplo, aquela família que precisa ser atendida no CRAS, que precisa ser acompanhada no território, ser inserida em benefícios de transferência de renda. Na prática existe uma lista de espera por mais que você coloque no relatório a necessidade tudo aquilo que está acontecendo e vai seguir um padrão. (Lúcia, supervisora de campo).

Estes desafios postos para a profissão são evidenciados pela supervisora acadêmica Marta, que considera que a atual configuração da realidade social traz diversos rebatimentos para a construção da identidade em Serviço Social e para a efetivação do projeto ético-político. A entrevistada também ressalta a atual configuração do mundo do trabalho sob a égide do neoliberalismo e os desafios que são colocados cotidianamente na garantia dos direitos sociais e reafirma a

importância do projeto ético-político principalmente na contemporaneidade frente ao desmonte do Estado e dos direitos sociais. Esta defesa se torna urgente principalmente diante do avanço do Terceiro Setor e da desresponsabilização do Estado, transferindo parcelas significativas das respostas as expressões da questão social para o mercado e pela a sociedade civil:

Acredito que o grande desafio hoje - falando de um desenho de uma sociedade nesse modelo neoliberal - as políticas neoliberais são hoje para gente um grande desafio, na efetivação, na concretização, na busca de condições de vidas para as pessoas. Eu diria até que as políticas (falando de cada política...da saúde, da assistência), teria logicamente a sua ação muito concreta para efetivar tudo isso. Mas primeiramente é falar de vida para essa população. E o que compreende a vida? Condições dessas políticas, obviamente. E essas políticas neoliberais vão à contra mão desse trabalho profissional. Então esse para mim é um grande desafio...como você vai articular a participação de um Estado que se isenta das responsabilidades, que se exime de qualquer compromisso com a população? Como você trabalha o envolvimento da sociedade civil, uma cultura de participação? Esse é um grande desafio. E outro desafio é o assistente social querer se comprometer, atuar de uma forma...atuar dessa forma incisiva, comprometida, propositiva, criativa. É um grande desafio. Outro desafio também é uma formação que compreenda, que faça essa leitura da realidade e estimule e possibilite que o discente, todos aqueles que fazem parte desse universo da formação, estejam num mesmo objetivo e nesse compromisso. Eu vejo que mediante a toda essa realidade, um grande desafio para nós é a efetivação do nosso projeto ético-político - que ela vai se materializar no cotidiano profissional. (Marta, supervisora acadêmica).

Diante da complexidade da realidade social apresentada para o profissional na contemporaneidade, torna-se necessário que a categoria vem se articular na defesa da supervisão de estágio como processo integrador na formação profissional.

Esta centralidade do estágio supervisionado na formação profissional é evidenciada nas falas dos estudantes, destacando sua importância diante da dimensão investigativa no Serviço Social.

Mas percebemos que a articulação entre a formação profissional com as experiências práticas ainda é um desafio, visto que alguns relatos tem demonstrado que os primeiros anos ainda é somente teoria. É necessário criar estratégias para que essa relação se intensifique e perpassasse de forma transversal toda a formação profissional. Conforme colocado pelas Diretrizes Curriculares, a relação entre a teoria e prática deve ocorrer em todo o momento do curso, de forma transversal e não fragmentada:

O estágio supervisionado em Serviço Social contribui e muito para a formação profissional, pois é uma profissão muito prática, que mexe muito com o psicológico e que precisamos aprender, ainda na faculdade, como lidar com tal situação, com usuários e como devemos atuar. (Estudante Diurno).

O estágio contribui para a práxis profissional, pois os primeiros anos são apenas teoria, auxiliando também na compreensão da mediação. (Estudante do noturno).

A supervisora de estágio Heloisa, ao mencionar sobre seus momentos de supervisão, consegue visualizar através dos seus estagiários, uma contribuição significativa e positiva do estágio, enquanto processo de amadurecimento profissional:

Supervisões que a gente teve anterior a esse processo todas as minhas alunas colocam, que amadureceram, no sentido de perceber como se dá prática cotidiana, que tiveram um amadurecimento em relação a isso. Ao amadurecimento profissional, que se apropriaram de situações, que muito iriam contribuir para quando estivessem na prática. Então é nesse sentido da experiência, da vivência e desse processo de amadurecimento profissional. (Heloisa, supervisora de campo)

Para Marta é fundamental a articulação da supervisão de campo e acadêmica no Serviço Social, considerando que a aproximação entre a universidade e o campo de estágio é um desafio que necessita ser superado. Essa relação, deve existir para a superação da dicotomia entre teoria e prática, trazendo a reflexão para o campo de estágio e a realidade desta para a universidade, procurando garantir unidade no processo de formação profissional. É necessário criar espaços para a capacitação dos supervisores de campo, de trocas de experiências, de reflexão e apropriação dos aspectos legais do estágio supervisionado, através de fóruns de discussão, grupos de estudos, reuniões, entre outros:

Então, a supervisão de campo e a acadêmica elas são muito importantes. É importante que a universidade esteja sempre em contato direto com o campo, os supervisores também venham à universidade. Mas é um papel assim, é uma ação muito necessária que a universidade muitas vezes dê o primeiro passo porque a gente percebe que naquele trabalho, nas dificuldades que são enormes do profissional, muitas vezes eles estão assim, mergulhados naqueles problemas e eles não vem até a gente. Mas aí eu quero dizer o seguinte: é importante que a universidade vá, mas essa articulação se dá por meio de cursos, reflexões, discussão, partilhas, de contato com o campo, de contato com o meio do estagiário. Então essa relação ela acontece nesse diálogo permanente do campo com a universidade, com o meio do aluno, dos profissionais, acadêmico. Aquilo que a nossa política diz que é importante...que o profissional, que o supervisor acadêmico, vá até o campo e o campo vem até nós. E ambos se comprometem nessa relação de formação...e efetivamente por reuniões, por

estudos, por evento científicos. Tudo isso pode acontecer e aproximar os dois grupos. (Marta, supervisora acadêmica).

Lúcia também compartilha do pensamento das outras profissionais destacando a importância do conhecimento e da vinculação com o projeto ético-político. Também percebemos na fala da supervisora Lúcia a importância desses espaços colocados pela supervisora acadêmica Marta ao destacar a falta dessa relação e desses momentos:

O conhecimento para se apropriar é muito importante eu acredito que se identificar também a partir do momento que você começa a fazer a faculdade. Você precisa se identificar também com o que se propõe a profissão, com o que é ser assistente social, para que você consiga desempenhar o que é atribuída você. É se identificar também é um elemento importante. O compromisso com a profissão. Porque não estou muito ligada à faculdade, eu tive alguns momentos que eu tive possibilidade, mas já faz alguns anos que não estou. , mas eu tento. Porque o conhecimento é muito dinâmico. Nossa área mesmo, as leis alteram. Temos que estar em contato sempre, acho que isso é muito importante, eu falo do compromisso nesse sentido também, de sempre estar se atualizando. E o compromisso ético com relação ao usuário, as pessoas que nós atendemos, o respeito em relação a tudo isso. (Lúcia, supervisora acadêmica).

Destacamos a importância da dimensão pedagógica nesse processo, na forma como os supervisores de campo e acadêmico tem se atentado para a sua operacionalização em consonância com os princípios ético-profissionais e com as Diretrizes Curriculares e como atividade educativa. A supervisão deve ser planejada entre os sujeitos envolvidos no processo. E ao ser operacionalizado, é necessário que seja orientada por uma determinada visão de homem e de mundo.

É evidente a significância do procedimento metodológico no processo da supervisão [...] a estratégia vem a ser o meio através do qual o supervisor e o supervisionado vão adquirindo a capacidade de reconhecer, compreender uma determinada realidade, planejar uma ação, exercitar suas habilidades, aplicando determinados procedimentos e instrumentos adequados a cada momento histórico do processo ensino-aprendizagem, do processo da sociedade, repensados a partir das novas justificativas pessoais e sociais que direcionam o pensar e o fazer do Serviço Social. Nesta medida, a estratégia de ação na supervisão deve ser cuidadosamente estudada e avaliada constantemente no próprio processo. (BURIOLLA, 1995, p. 102).

Essa dimensão pedagógica do estágio supervisionado e o seu papel na efetivação da práxis na formação profissional e a importância da supervisão nesse processo, aparece nos relatos da supervisora de campo Gabriela. Outro elemento importante é que o supervisor de campo tenha um momento para a realização da

supervisão e que não fique somente nas orientações durante o exercício profissional, mas que seja sistematizado um tempo para que ela aconteça:

Uma coisa que a gente tem que tomar cuidado sempre é nós, enquanto supervisor, de tentar relacionar sempre a dimensão teórico-metodológica com a técnico-operativa. Porque às vezes no dia a dia, na correria do dia a dia, você não para refletir, você não sente como o estagiário e faz essa relação. Temos que tomar cuidado para não se tornar muito tecnicista, operativo no dia a dia e não ter essa dimensão mais de reflexão crítica. Acho que a formação contínua, permanente extremamente importante e necessário. Eu acho que muitos de nossos profissionais quando sai da faculdade, distância da Universidade, dos grupos de estudo. (Gabriela, supervisora de campo).

O estágio supervisionado é considerado como uma atividade obrigatória e central no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, por contribuir na construção da identidade profissional a partir da aproximação do estagiário com a complexidade da realidade social apresentada no campo de estágio, tendo como alicerce o compromisso ético e na responsabilidade.

É a partir da intencionalidade e da aproximação com a teoria social crítica, que possibilita a compreensão da realidade social em sua profundidade, que se dá concretude ao fazer profissional, a partir de aproximações sucessivas e de intencionalidade com essa realidade, com o intuito de efetivar os princípios do projeto ético-político. Assim, o adensamento teórico é que dá condições para um conhecimento mais aprofundado da realidade social, contribuindo para criar e recriar as estratégias de intervenção em busca da efetivação da intervenção profissional.

[...] a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologias e causalidades. Estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo na sua trajetória no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos. (GUERRA, 1995, p. 6).

Ao referirmos a reflexão em relação à temática da práxis profissional e a importância dos fundamentos do Serviço Social na sua concretização, não poderíamos deixar de mencionar a centralidade do estágio supervisionado neste processo. É com a construção das diretrizes curriculares vigentes, que o estágio supervisionado ganha maior expressão no debate contemporâneo do Serviço Social,

ao contribuir para a construção da identidade profissional a partir da inserção do estagiário no espaço sócio-ocupacional do assistente social.

Desse modo, a reafirmação do compromisso ético-político apresenta-se como fio condutor na estreita relação entre formação e exercício profissional e na interlocução entre estágio e as supervisões acadêmicas e de campo, que tem como eixo norteador o projeto ético-político e pedagógico da formação profissional. (LEWGOY, 2009, p.158).

Diante do caráter eminentemente interventivo da profissão, a partir da apreensão crítica da realidade social, que o estágio aparece como eixo fundamental da efetivação da relação teórico-práticas, sendo considerado pelas diretrizes curriculares como uma das atividades indispensáveis e integradoras do currículo, objetivando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, a partir da medição do conhecimento apreendido nas Unidades de Formação Acadêmicas e o campo de estágio através de supervisão sistemática de campo e acadêmica.

Heloisa considera que os elementos importantes para a consolidação da identidade profissional é o compromisso ético-político, que dá a direção social da profissão e a formação profissional continuada que contribua para que o assistente social consiga estar atento as mudanças do mundo do trabalho e não perca a análise crítica da realidade. E destaca a importância dos profissionais terem um espaço de trocas de experiências e reflexão em relação a prática cotidiana, configurando-se uma forma de fortalecimento da categoria:

Elementos fundamentais para a consolidação, identificação com o projeto ético-político, tem que fazer sentido para você, capacitação contínua e o processo de supervisão profissional, da gente cuidar dessa questão nossa, porque tem muito assistente social que fica isolado na instituição, às vezes ele é engolido. Às vezes ele é um profissional que tem o potencial, mas ele é engolido pelo dia a dia por essa ausência da gente não ter momentos de supervisão em Serviço Social não falo supervisão terapêutica, mas de supervisão entre profissionais, como grupo de estudos. Mas grupo de estudos vinculados à prática é claro que a gente não vai desvincular da teoria, mas de cuidar do profissional, da discussão, da articulação de profissionais. (Heloisa, supervisora de campo).

Para a supervisora acadêmica Marta, os elementos fundamentais para a construção da identidade profissional é a formação profissional permanente, alicerçada numa visão crítica da realidade social e a efetivação da práxis profissional, destacando a importância e a centralidade do estágio supervisionado:

É importante que o profissional entenda intensamente o que é a profissão, a importância dela nesse contexto, estou dizendo isso em termo de atuação direta com a classe trabalhadora... Um profissional que se qualifique para isso, aprimore seu conhecimento, consiga fazer uma leitura de realidade, de mundo, de sociedade, de ser humano, que tenha uma visão, um conceito de humano, de mundo, de forma que seja coerente com aquilo que a profissão se compromete, que é a cidadania, que é a dignidade dessas pessoas, é...isso é muito importante, isso faz parte da atuação profissional, diz respeito a nossa identidade, são elementos importantes para a construção. Agora a vinculação teoria e prática, o estágio supervisionado muito bem realizado, integrado, dentro de todas as nossas expectativas, aquilo que prevê nossas diretrizes, a política de estágio, então tenha uma integração dos protagonistas do estágio...tudo isso contribui para uma identidade firme, clara que nos leva a entendermos intensamente o que é a profissão hoje. E a questão da formação profissional... Ela é fundamental para que nossa identidade seja fortalecida, sustentada por um conhecimento qualificado que nos dá respaldo e condições de atuarmos em qualquer espaço. (Marta, supervisora acadêmica).

Concordamos com as análises das supervisoras de campo e acadêmicas em relação aos elementos que contribuem para a construção da identidade profissional. O que norteia e dá materialidade a identidade profissional é o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, que está expresso no Código de Ética, embasado e uma teoria social crítica que dê elementos para a compreensão crítica da realidade social, das contradições e antagonismos de classes, para que possa através dessas contradições criarem respostas críticas, propositivas e em consonância com o projeto profissional.

Articulado com essas dimensões, temos as normativas e prerrogativas da lei de regulamentação da profissão, as Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio que dá fundamentos e diretrizes para a efetivação e a defesa da formação e do estágio supervisionado em Serviço Social. São essas bases que dá solidez e concretude para a construção da identidade profissional em Serviço Social e reafirma politicamente frente aos desafios contemporâneos o perfil que se deseja formar em tempos de barbárie.

2.3 Uma análise da Identidade Profissional a partir do compromisso ético-político, da instrumentalidade e da emancipação humana

Abordaremos a identidade profissional a partir de três categorias fundamentais: o compromisso ético-político, instrumentalidade e emancipação. Martinelli (2007) nos coloca a importância da aproximação do Serviço Social com a

teoria social crítica, que contribuiu para o avanço na análise e compreensão da realidade brasileira a partir de suas contradições. Compreendemos que esta perspectiva permite ao assistente social desvelar a pseudoconcreticidade do fenômeno social e criar e recriar sua prática profissional em direção do projeto ético-político em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

A ruptura da alienação colocava, assim, para aqueles que vivenciaram tal processo, uma tarefa inadiável: negar o aparente, o instituído, o fixado pelo uso, o atribuído, rompendo, enfim, com a pseudoconcreticidade que oferece o terreno necessário para que se desenvolvam todos esses danosos produtos da reificação. A magnitude de tal tarefa e a importância de seus desdobramentos tornaram-na realizável somente por aqueles agentes que haviam superado as principais amarras da alienação e que, tomando por base o princípio da contradição, adquiririam condições de se aperceber do caráter manipulatório e utilitarista da práxis fetichizada. (MARTINELLI, 2007, p.138).

Assim a ruptura com a prática fetichizada pela categoria profissional e a construção do projeto ético-político, que consubstancia o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, vem afirmar valores e princípios ético-políticos emancipatórios firmados através do Código de Ética profissional de 1993.

Os princípios elucidados no Código de Ética profissional vão de enfrentamento com a lógica da sociedade capitalista e dos seus mecanismos de dominação. Eles partem de valores que supõem a superação do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa. Como veremos mais adiante, a efetivação dos direitos sociais e da cidadania, considerada como a emancipação política da população, contribuem para a emancipação humana, ao realizar um enfrentamento dos mecanismos de dominação e exploração e instrumentalizar a classe trabalhadora na luta pelos seus direitos.

Esses valores emancipatórios, são baseados na perspectiva marxista e estão materializados no Código de Ética e trazem uma importante contribuição para a compreensão da identidade da profissão a partir da concepção de intelectual orgânico, enquanto um educador vinculado organicamente a classe trabalhadora e que procura defender e contribuir na construção de uma contra-hegemonia em direção da emancipação humana.

Ao colocar-se nas funções do intelectual orgânico, o assistente social encontra sua identidade profissional na função de educador e organizador da população, a serviço das classes subalternas, no processo de construção de uma nova hegemonia. [...] a crítica ao direcionamento

político-ideológico da prática educativa tradicional leva à identificação da ação educativa em outra direção; em vez de contribuir para a difusão da ideologia dominante, o Serviço Social busca difundir a ideologia das classes trabalhadoras. (BARROCO, 2008, p. 171).

Acreditamos que a emancipação não é feita por um determinado seguimento, profissão ou setor da sociedade, mas se configura em um processo histórico-social mais amplo, em que o assistente social enquanto pertencente à classe trabalhadora está inserido e poderá contribuir nesta direção social, alargando os espaços de participação social da classe trabalhadora e socializando verdades descobertas.

A emancipação humana pressupõe a libertação do homem da dominação de classes, o desenvolvimento do ser humano genérico. Dessa forma, está intimamente vinculada com a categoria trabalho, enquanto atividade ontológica do homem, de desenvolvimento do ser genérico, de suas potencialidades e da objetivação da vida social.

Na sociedade capitalista, a dominação do homem se dá através da sua coisificação e da subordinação do trabalho aos interesses do capital, da apropriação dos meios de produção pela classe dominante e o seu direcionamento para a esfera produtiva. Dessa forma, acreditamos que sua libertação se dará somente pela via do trabalho, enquanto atividade ontológica.

A emancipação humana encontra-se no horizonte histórico da humanidade, enquanto tarefa da classe trabalhadora, ao procurar efetivar seu projeto societário em direção de uma nova hegemonia. Percebemos o desafio para a classe trabalhadora, enquanto sujeito coletivo. Enfrentamos uma realidade social cada vez mais perversa, de desmonte do Estado, de reformas políticas e de recrudescimento da desigualdade social.

É partir desse cenário que procuramos elucidar os desafios postos na contemporaneidade para a efetivação dos princípios ético-políticos emancipatórios da profissão em direção ao compromisso com a classe trabalhadora e as estratégias criadas pela categoria para o seu enfrentamento e a materialização do projeto ético-político no exercício profissional através de rupturas moleculares através da práxis profissional.

A articulação da categoria com os seus órgãos representativos, conforme mencionado anteriormente e com outros órgãos e organismos coletivos na

sociedade permitem construir práticas emancipatórias que produzem rupturas moleculares, através da intervenção qualificada, crítica, propositivas nos diferentes espaços profissionais. Lembramos que dimensão educativa é inerente a profissão diante do próprio caráter interventivo da profissão nas relações sociais que poderá reforçar o instituído ou contribuir para rupturas orgânicas no real, diante da socialização das verdades descobertas e o fortalecimento da classe trabalhadora e da consciência de classe.

A conjuntura sociopolítica assinalada anteriormente marca um processo histórico de ruptura da profissão com o conservadorismo e a afirmação do compromisso ético-político com a luta da classe trabalhadora. Percebemos pelas mudanças vivenciadas no mundo do trabalho, que a realidade social apresenta diversos desafios para a efetivação do projeto ético-político profissional diante de tempo de barbárie.

A emancipação humana supõe a superação dos mecanismos de dominação da sociedade capitalista, estando organicamente vinculado a um novo projeto societário, onde não haja a dominação de uma classe pela outra. É diante das contradições do mundo do trabalho e os seus rebatimentos na vida social, que o Serviço Social deve procurar formas efetivas de luta pela cidadania, a democracia e a efetivação dos direitos sociais, alargando os espaços de participação social. A partir de um processo de articulação frente emancipação política da classe trabalhadora e num horizonte maior a busca de uma nova forma de sociabilidade que vá de encontro com a emancipação humana. Dessa forma, a formação profissional em Serviço Social deve ser entendida como:

Um processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. [...] falar em formação profissional implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, procurando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional. (SILVA, 1995, p. 73).

A realidade social não condiciona unilateralmente a atuação profissional, ela sempre apresenta limites e possibilidades para o exercício profissional. Para que o trabalho do assistente social rompa com a barreira da burocracia e da mera execução de políticas sociais, procurando formas críticas de intervenção é necessário um olhar crítico para a realidade social e se fortalecer enquanto categoria e classe social.

É a partir das contradições da sociedade capitalista que o profissional poderá criar proposições de trabalho que alarguem os espaços de participação da população, e que efetivem os direitos sociais numa perspectiva ampla, não somente do acesso, mas de consolidação do exercício efetivo da cidadania.

É necessário que o profissional apreenda criticamente a realidade social e para isto, torna-se fundamental, uma formação profissional continuada e de qualidade, compromissada com os interesses da classe trabalhadora, procurando contribuir conforme nos coloca Luiz (2013) para que ocorram rupturas moleculares¹³ na realidade social através da atuação profissional, contribuindo para o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos sujeitos sociais. Para torna-se necessária uma crítica radical ao modo de produção capitalista e a ordem social vigente.

Nessa relação se expressa a dimensão de práxis como fundamento do conhecimento crítico. Daí a importância da superação da percepção passiva da realidade e da consequente elevação da consciência crítica como fonte de práticas revitalizadas, como instrumentos à construção da emancipação social. (LUIZ, 2013, p. 101).

Destacamos que o assistente social deverá a partir das contradições presentes na sociedade e postas cotidianamente ao exercício profissional, procurar efetivar o projeto ético-político na sua intervenção, alargando os espaços de democratização, socializando verdades descobertas, a partir do conhecimento crítico que possui da realidade social.

Presenciamos que a categoria tem se articulado coletivamente para contribuir com essas rupturas a partir da articulação política da categoria com os seus órgãos representativos, se posicionando diante das injustiças sociais e dos acontecimentos históricos. Também ressaltamos a produção científica e acadêmica da categoria a partir do referencial crítico, contribuindo para a socialização do conhecimento.

A vinculação com os movimentos sociais e com setores e categorias profissionais que comungam da luta política em direção de uma nova sociabilidade. Estas práticas contribuem para o alargamento das contradições sociais e o tensionamento da luta de classes em direção de valores universais e de princípios verdadeiramente humanos, firmando o compromisso com uma nova sociabilidade.

¹³ Conceito defendido por Danuta E. Cantoia Luiz. Para maior conhecimento, consultar: Luiz (2013).

Vale a pena destacar, a diferenciação entre emancipação humana e política, pois estes princípios estão referendados no nosso Código de Ética e marcam o compromisso da profissão com a classe trabalhadora através do projeto ético-político. Esta perspectiva está na centralidade do processo histórico da humanidade.

Esse movimento dialético, contraditório e histórico, é também constituído de muitos avanços na história da humanidade, pois são produzidos através da ação dos homens conscientes e organizados que desencadearam **rupturas** que foram possíveis. (LUIZ, 2013, p. 119, grifo do autor).

A emancipação política consiste basicamente na luta pela cidadania, na efetivação dos direitos sociais, tornando os usuários sujeitos das decisões do nosso país. Já a emancipação humana supõe o desenvolvimento do homem enquanto ser genérico, dotado de suas potencialidades, capaz de ser sujeito da sua própria história. Para alcançar a emancipação humana, é necessário o rompimento com a ordem social vigente, que transforma o homem em mercadoria, o coisifica e o aliena pelo trabalho estranhado.

[...] a importância do fomento às práticas sociais pedagógicas e democráticas que socializem e universalizem o conhecimento e conseqüentemente a criação de uma cultura política madura nas classes/grupos sociais, como enfrentamento aos mecanismos de poder e de dominação hegemônicos, como **rupturas moleculares** frente ao instituído. (LUIZ, 2013, p. 98, grifo do autor).

Dessa forma, tornam-se necessárias práticas sociais que procuram alargar os espaços de participação da classe trabalhadora, de sua politização e organização social. Destacamos a importância da socialização do conhecimento, enquanto forma de criar uma cultura política madura de classes.

A emancipação humana está vinculada através fortalecimento do sujeito coletivo a partir da consciência de classe da classe trabalhadora levando a concretizar o seu projeto societário. Percebemos que a efetivação dessas lutas políticas é necessária um contexto social, político e econômico favorável. Somente a classe trabalhadora que poderá levar a cabo essa tarefa, pois é a única que possui condições históricas e objetivas para sua realização, diante da sua própria condição social.

Ao proclamar a *dissolução da ordem universal anterior*, o proletariado nada mais faz do que proclamar o *segredo de sua própria existência*, já que ele é a dissolução de fato desta ordem universal. Ao reclamar a *negação da*

propriedade privada, o proletariado não faz outra coisa senão erigir a *princípio de sociedade* aquilo que a sociedade erigiu em princípio seu, o que já se personifica nele, sem intervenção de sua parte, como resultado negativo da sociedade. (MARX, 2007, p. 103-104, grifo do autor).

Conforme percebemos pelas falas dos sujeitos entrevistados, a instrumentalidade é uma importante dimensão do Serviço Social que dá materialidade a profissão e a construção da identidade profissional e contribui para a efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social. Destacamos ser importante não reduzir a dimensão técnico-operativa ao “como fazer”, desvinculada das outras dimensões do Serviço Social – a teórico-metodológica e a ético-política.

Esse distanciamento provoca uma fragmentação do exercício profissional, obscurecendo a intencionalidade e a dimensão política da profissão, que se alicerça em um determinado referencial teórico que permite a análise crítica da realidade social. E consequentemente, a instrumentalidade não caracteriza somente como um conjunto de instrumentos, de técnicas, que operacionalizam o exercício profissional. A instrumentalidade está organicamente relacionada com o compromisso ético-político da profissão e os fundamentos que norteiam a visão de homem e de mundo do assistente social, contribuindo para análise crítica do real e a construção de propostas de intervenções de qualidade alicerçadas no projeto profissional.

[...] o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas determinações que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam em si. Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e a amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano. (GUERRA, 2013, p. 45).

Conforme nos coloca Guerra (2013) é necessário perceber o Serviço Social enquanto profissão inscrita no mundo do trabalho e como as determinações sociais, estruturais e conjunturais incidem no exercício profissional. E é a partir dos fundamentos teórico-metodológicos, dos referenciais apreendidos ao longo do processo de formação profissional e do compromisso político, relacionados com a teoria social crítica, que permite o aprofundamento na dinâmica do real e das suas múltiplas determinações, que os sujeitos envolvidos no processo de supervisão acadêmica e de campo, poderá refletir criticamente sobre o exercício profissional e as possibilidades de intervenção na realidade social.

Ainda segundo a autora, é a síntese dessas múltiplas determinações sociais e sua incidência na profissão, que caracteriza o modo de ser da profissão historicamente, na forma como a profissão se realiza cotidianamente e da sua articulação enquanto categoria frente aos desafios postos ao longo da história. A identidade profissional enquanto categoria histórica deve ser apreendida no movimento contraditório e antagônico do real e suas determinações estruturais e conjunturais na profissão e a forma de resposta da categoria frente a esses desafios.

Para Guerra (2014), as dimensões do Serviço Social como o significado socialpolítico, a direção social o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas não emanam do modo de ser da profissão e de constituição da profissão, pois são determinações sócio-históricas, mas enquanto elementos fundamentais para a objetivação da profissão e do exercício profissional, essas particularidades compõem o projeto profissional.

Essas dimensões do Serviço Social não devem ser analisadas numa visão endógena da profissão, pois esta também é produto das relações sociais, e principalmente da relação capital/trabalho. Mas conforme nos coloca autora, são essas particularidades que dão materialidade ao exercício profissional e constituem o modo de ser da profissão no mundo do trabalho. Destacamos a importância do processo histórico e as exigências profissionais frente ao agravamento da questão social, que conjugará as formas de respostas da profissão a partir de um determinado projeto profissional vinculado ao compromisso histórico da profissão com a classe trabalhadora.

Imanados pelo movimento histórico que determina as particularidades que a instituição Serviço Social vai adquirindo nesse processo, o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos imanentes ao modo de ser e de se constituir do Serviço Social. Antes, são determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórico-metodológica do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais compõem o projeto profissional. Este coloca-se, inicialmente, a partir de necessidades a serem satisfeitas para quais os agentes estabelecem finalidades, definem os meios mais adequados, determinam o modo de operar. (GUERRA, 2014, p. 229).

Essa definição do modo de operar é constituída pela intencionalidade da profissão (direção social construída a partir do Movimento de Reconceituação e pela

busca de superação do Serviço Social tradicional), da articulação de meios, técnicas e de conhecimentos que estão relacionados com a base teórica que norteia a profissão e que procuram viabilizar o projeto profissional. Para isto, torna-se necessário um perfil de formação que viabilize um “2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.” (ABEPSS, 2007, p. 72).

Assim segundo Guerra (2013) as dimensões do Serviço Social estão inter-relacionadas, uma não existe sem a outra, mas cada uma delas possuem autonomia e se sobressaem em determinados momentos da intervenção profissional de acordo com o desenvolvimento de determinadas habilidades e/ou competências. Essas dimensões se articulam na construção de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional e que devem ser articuladas no estágio supervisionado.

[...] as dimensões que conformam a profissão não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre outra. Tais dimensões, dado o nível de complexidade da própria realidade social na qual o assistente social atua, bem como das sequelas da chamada questão social, as quais fornecem os objetos de intervenção profissional, também se complexificam se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão torna-se capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam. (GUERRA, 2013, p. 45-46).

O estágio supervisionado deve viabilizar o espaço para o início do desenvolvimento dessas dimensões e das competências profissionais a elas relacionadas. Competências, atribuições e habilidades que conforme nos coloca a autora, vai se complexificando e aprimorando ao longo do exercício profissional diante do enfrentamento das expressões da questão social.

Dessa forma, destacamos a importância da formação continuada, para que o assistente social esteja sempre antenado as mudanças sociais e seus rebatimentos na formação e no exercício profissional, somente a partir da formação profissional continuada que poderemos criar respostas críticas e propositivas comprometidas com o projeto profissional.

Segundo Lewgoy (2009), a dimensão técnico-operativa está relacionada com a supervisão de estágio e é demarcada pela instrumentalidade, ao procurar dar respostas frente as requisições profissionais, conectando meios e finalidades e

orientadas pelos valores e pela direção sociopolítica da profissão, desenvolvendo habilidades e conhecimentos necessários a intervenção profissional:

A dimensão técnico-operativa no processo de supervisão de estágio é demarcada pela instrumentalidade, que é a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais. Nesta perspectiva, a instrumentalidade encaminha o pensamento à indagação do como fazer e do para que fazer, conectando meios às finalidades, entendendo-as impregnadas de valores e de implicações sociopolíticas. A instrumentalidade não trata apenas do conjunto de instrumentos necessários para o fazer, mas para o saber-fazer; abrange o instrumental, que é, por excelência, uma instância de passagem expressa pelo eixo operacional das profissões, o qual abarca o campo das técnicas, dos conhecimentos e habilidades. (LEWGOY, 2009, p. 169).

A articulação dessas dimensões no Serviço Social diante do seu caráter interventivo e investigativo é necessária para a superação da dicotomia entre a teoria e a prática, rompendo com a visão teoricista ou tecnicista na profissão, que provoca uma cisão da práxis profissional ao desvincular os eixos fundantes que dão materialidade ao Serviço Social. Afinal não há intervenção que não esteja fundamentada em um determinado referencial e não há imparcialidade em uma sociedade de classes, independente do assistente social ter clareza ou não desse processo. Destacamos a importância da mediação enquanto categoria analítica para a apreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade, para que o profissional não incorra do velho discurso que na “teoria na prática é outra”.

Entendemos que, na falsa interpretação que jaz no meio profissional, de que a teoria na prática é outra, comparecem duas determinações que se vinculam a um mesmo processo: o modelo analítico-interpretativo da realidade que orienta o assistente social dificulta-lhe a apreensão da racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, das leis, tendências, articulações e possibilidades, ao que se combina a racionalidade subjetiva dos sujeitos individuais que, de modo singular, incorporam esse determinado modelo de racionalidade com o qual apreendem os fatos e fenômenos sociais e constroem suas representações e autorrepresentações. (GUERRA, 2014, p. 238-239).

É a partir da relação entre o singular e o universal, mediado pelas particularidades sócio-históricas dialéticas, que o profissional poderá romper com essa visão fragmentada do real e apreender o movimento do real numa perspectiva de totalidade a partir da síntese de múltiplas determinações.

Conforme nos coloca Pontes (2010) a mediação é uma importante categoria para a superação da imediatividade e a viabilização de alternativas de intervenção

que superem as demandas institucionais, visualizando este espaço a partir das suas contradições e da correlação de forças existentes. Caso o assistente social não tenha clareza da sua inserção no espaço institucional poderá limitar sua intervenção as exigências burocráticas e rotineiras, reproduzindo uma visão fatalista e em discordância com o projeto ético-político.

No caso do profissional preso ao plano da imediatez, da heterogeneidade reificadora, como lhe escapam os sistemas de mediações, determinações histórico-estruturais, e principalmente a particularização da legalidade social, suas possibilidades interventivas não ultrapassam o limite da demanda institucional. (PONTES, 2010, p. 180).

Acreditamos que a instrumentalidade articula as outras dimensões na formação e no exercício profissional ao mesmo tempo que não é possível analisar a dimensão técnico-operativa e a instrumentalidade sem se referenciar as outras dimensões da profissão, na qual constitui uma unidade onde seus elementos se inter-relacionam e se articulam na construção de respostas profissionais críticas que desvelem a realidade social para além das aparências. Contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias no exercício profissional e na qual a formação e o estágio supervisionado é seu desencadeador. Dessa forma, o estágio supervisionado deve contribuir para a aproximação de “[...] situações reais e experiências cotidianas, na tentativa de compreendê-las em suas múltiplas determinações e, dentro da realidade político-institucional, apresentar criativamente propostas de enfrentamento das expressões da questão social.” (OLIVEIRA, C. A. H. S., 2000, p. 103-104).

Guerra (2014, p. 251) destaca: “[...] toda práxis tem uma instrumentalidade, indica uma ação, porém a práxis não se reduz à dimensão instrumental necessária à reprodução material do ser social.” Daí a relação com as outras dimensões e ser a instrumentalidade ser sua articuladora. A intervenção profissional deve estar vinculada a um projeto profissional que dá a direção social e iluminada por um referencial teórico que permita a análise crítica das múltiplas determinações da realidade social, onde o assistente social possa desenvolver competências e habilidades necessárias para efetivação da práxis profissional.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL E O LUGAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

Neste terceiro capítulo abordaremos a mediação enquanto categoria ontológica para a compreensão do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social, por contribuir para a apreensão do movimento dialético da realidade social e das particularidades dos fenômenos sociais onde seja possível realizar o movimento dialético do universal ao singular e do singular ao universal.

Dessa forma, compreendemos que o estágio seja uma mediação necessária para a construção da identidade profissional em Serviço Social. Somente a partir do movimento dialético, de análise crítica da realidade social que é possível criar respostas críticas e propositivas frente ao real. O estágio se não for compreendido nesse movimento corre-se o risco de querer vincular diretamente a teoria a realidade, sem compreender as mediações que permeiam e constituem esse processo.

O estágio supervisionado enquanto espaço de construção da identidade profissional em Serviço Social é um processo educativo e espaço de mediação da práxis profissional, contribuindo para a superação da dicotomia existente entre teoria e realidade social. A análise em relação ao estágio supervisionado tem como norte o referencial gramsciano e sua contribuição no Serviço Social.

3.1 Bases sociopolíticas para a efetivação do estágio supervisionado: uma análise crítica frente à conjuntura atual

Aliado a atual lógica, presenciamos a reforma universitária que está inserida na reforma do Estado e da educação como um todo, diante de um processo de mercantilização do ensino, com o aumento expressivo do ensino privado, em suas diversas modalidades, em detrimento do ensino público. Ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, ocorre um sucateamento da universidade pública, com redução ou corte de gastos públicos, o aumento do incentivo a inserção do acesso ao ensino superior através do ensino privado e à distância.

Também observa-se que a lógica empresarial de produtividade, eficiência e eficácia, adentra de forma cada vez mais significativa o ensino, tanto privado, como público. Essa lógica é chamada por Chauí (2001) de universidade operacional, onde se contabiliza os resultados e os serviços oferecidos, em detrimento da qualidade da formação, da pesquisa e da extensão. Estas últimas cada vez mais voltadas para os interesses das grandes indústrias e da lógica do mercado, tem direcionado as pesquisas para as áreas de maiores interesses para o capital, que são mais produtivas, trazendo um retorno mais rápido e que possui um incentivo maior das agências de fomento.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Ainda a partir da reforma educacional, orientada pelos interesses dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI. Presenciamos a intensificação do trabalho docente, com o aumento do número de orientados por professores, as exigências cada vez maiores do número de publicações, o aumento do número de realizações e participação em congressos, seminários e outros eventos científicos. “[...] o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc.” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

É necessário defender a formação profissional de qualidade, enquanto espaço que contribua para que o estudante desenvolva competências e habilidades para decifrar a realidade social em sua dinâmica e criar respostas de enfrentamento da questão social em consonância com os princípios ético-políticos. Rompendo com posturas rotineiras no cotidiano profissional e procurando efetivar o projeto profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Posteriormente, abordaremos a importância do estágio supervisionado em Serviço Social, enquanto um dos momentos centrais na efetivação da relação teórico-práticas da profissão, na contribuição na construção identidade profissional,

alicerçada pelo compromisso ético-político e na defesa dos direitos sociais. O estágio supervisionado toma um novo estatuto na profissão a partir das diretrizes curriculares, diante de uma nova compreensão do seu lugar na formação em Serviço Social, apesar de sempre ter um ocupado o setor de vanguarda na profissão; percebemos que sua efetivação não se caracterizava na mesma direção.

Com as diretrizes curriculares o estágio supervisionado passa a ter outra visibilidade no processo de formação e a categoria começa a ter uma nova compreensão a seu respeito, ao mesmo tempo em que determinadas dimensões relacionadas ao estágio surgem no debate contemporâneo, como a supervisão de campo e acadêmica, a supervisão direta, o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório, a quantidade de estagiários por supervisores e os novos desafios frente a consolidação do ensino à distância.

Alterações substanciais na educação brasileira entram em curso no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) e nesta lógica orientada pelos interesses dos organismos multilaterais internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que a partir dos interesses do capital, diante da necessidade de reestruturação produtiva, e no seu atual estágio de desenvolvimento, onde torna-se necessária a reprodução do capital, as esferas de serviços, principalmente as públicas, passam a ser mercantilizadas, tornando-se formas de garantir o processo de acumulação capitalista. Esta lógica se particulariza na atualidade, diante do crescimento da área de prestação de serviços e sua diversificação. Processo este, que está vinculado diretamente a intensa divisão social do trabalho.

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente de trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias*; daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente*, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados. (MANDEL, 1985, p. 269, grifo do autor).

Dessa forma, orientada a partir da reestruturação do modo de produção capitalista, através da expansão dos setores de serviços e a crescente capitalização

dos serviços públicos. A reforma educacional, norteadada pelo ideário neoliberal, tem influenciado a organização do ensino superior, onde verifica-se um direcionamento cada vez mais claro e intenso em direção do sucateamento do ensino superior público, com corte de verbas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de vagas, sem a contrapartida do fortalecimento da estrutura funcional e organizacional necessária.

A intensificação do trabalho docente e as exigências em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão. Número cada vez maior de orientados por docentes, aumento do número de pesquisas, muitas vezes orientadas para o interesse do capital, direcionando para as áreas produtivas e de maior lucratividade. Também percebemos um maior incentivo em relação ao ensino privado, através de programas como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde o fundo público passa a cofinanciar o acesso à educação.

O que se institui no plano político é um modelo de UFA associado à prestação de serviços, acentuando a competitividade entre as mesmas, bem como, instalando uma profunda precarização no sistema do ensino superior no Brasil. Presenciamos um rebatimento para a formação profissional, no qual, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), atendendo aos imperativos do capital, incentivou e incentiva a proliferação de aberturas de cursos no Brasil, que opera sob a modalidade presencial, semipresencial e à distância, confrontando, no caso do Serviço Social, com os princípios éticos de um novo projeto de formação profissional, construído pela categoria nos últimos tempos, legitimado como Projeto Ético-Político. (CAPUTI; OLIVEIRA, C. A. H. S., 2015, p. 92).

Conforme coloca as autoras, a proliferação dessas modalidades de ensino, vem em consonância com os interesses do capital, na oferta indiscriminada dos cursos nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Esta lógica está voltada para as necessidades do mercado, através da oferta de serviços educacionais, transformando a educação em mercadoria. Com isto, a dimensão política da formação profissional encontra-se ameaçada, diante de uma formação cada vez mais tecnicista e utilitarista.

A expansão do ensino à distância está atrelada a expansão do ensino superior no Brasil a partir da lógica empresarial, diante do aumento do setor de serviços e a mercantilização dos serviços considerados rendáveis para o capital. O ensino à distância, caracteriza-se de forma diversificada, apresentando diversas

metodologias de ensino, formas de avaliação, de estruturação de currículos e estando presente desde a formação técnica até aos níveis de pós-graduação, especializações, mestrados profissionalizantes, mestrados acadêmicos, doutorados, e *Master in Business Administration* (MBA).

Através desses programas, observa-se a utilização da verba pública no setor privado. O Estado passa a atender de forma mais intensa os interesses privados, fomentando e contribuindo para o aumento da rede privada de ensino. Segundo Dahmer Pereira (2013), na esfera pública, a reforma do ensino, se realiza através dos Programas de Reestruturação, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tal situação é agravada pela intensificação do trabalho docente e o aumento da competitividade, de docentes sem nenhuma melhoria das condições de infraestrutura e de trabalho, bem como de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, e apoio ao programa de assistência e permanência estudantil.

No Serviço Social, esta modalidade acabou sendo difundida diante da natureza da profissão, inserida na área de humanas, que não necessita de grandes aparatos técnico-científicos no seu processo de formação profissional, necessitando muitas vezes de uma biblioteca e de professores capacitados. Por mais que a categoria, fosse contrária a esta modalidade de ensino, ela se expandiu com o aval do Ministério de Educação e Cultura (MEC). O que tem feito o Serviço Social repensar sua formação profissional frente a estes desafios, além de refletir sobre as condições de trabalho do profissional, diante do aumento do número de profissionais formados nessa modalidade, acarretando uma saturação do mercado de trabalho.

Segundo a Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2009 (INEP/MEC,2009), havia 68.055 matriculados em cursos de Serviço Social na modalidade de EAD, enquanto, nos cursos presenciais, as matrículas chegavam a 62.681. Cabe lembrar que os primeiros cursos de Serviço Social abertos nesta modalidade datam de 2006, demonstrando a força do seu crescimento e a procura por este tipo de curso. (DAHMER PEREIRA, 2013, p. 58).

Contra a ofensiva do capital, que precariza e sucateia o ensino superior, as Diretrizes Curriculares em Serviço Social tem defendido uma formação profissional de qualidade, alicerçada no projeto ético-político e que coloca como um dos seus princípios: “2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os

quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.” (ABEPSS, 2007, p. 72).

Frente a essa configuração do ensino superior e da precarização da política educacional no Brasil, apontam-se diversos desafios para a consolidação da identidade profissional em consonância com o Projeto Ético-político. Segundo Heloisa, ainda não é possível prever qual será o perfil de profissional que se apontará frente a esta lógica de mercado que permeia a educação brasileira:

Penso igual ao José Paulo Netto, que daí uns seis anos a gente vai ter um contingente de profissionais que a gente não sabe ainda como que vai se dar, mas a fragilidade da formação vai fazer que seja um profissional mais operacional, no sentido da prática pela prática. Eu creio que a nossa identidade vai ter algumas situações que a gente vai ter que ver como vai ser. Não dá para a gente fazer projeturas, mas acho que vai rebater na nossa identidade profissional, sim. (Heloisa, supervisora de campo)

Esta preocupação também encontra-se presente na fala da supervisora acadêmica Luíza. O que reforça a dimensão de processualidade da identidade profissional frente as transformações da realidade social que traz diversos rebatimentos na forma de compreender o Serviço Social e o perfil que se delineia ao longo da história. Os desafios presenciados na contemporaneidade, segundo a supervisora acadêmica, poderá contribuir para a construção de uma identidade profissional mais operacional:

Porém, tem uma fala até do José Paulo Netto, nesse último seminário da Cortez que eu achei muito interessante que em decorrência das transformações quem vem acontecendo na sociedade capitalista, das mudanças no processo de formação profissional, na contra reforma do ensino superior - e aí com a expansão da educação superior, principalmente dos Cursos de Serviço Social, nessa questão da precarização, ligeiramento, ensino a distância -, hoje a gente, sinceramente, ainda não sabe qual a identidade do assistente social, fica entre aqueles profissionais altamente críticos que estão na vanguarda da categoria profissional, nos conjuntos CFESS-CRESS, na ABEPSS, nas universidades públicas, ou numa universidade comunitária como a PUC, mas eu acredito que esse não é a grande massa de profissionais que está hoje no mercado que advém de uma formação precarizada. Então se a formação tem uma influencia na identidade, que profissional é esse de hoje? Que identidade ele tem esse profissional que se forma no ensino a distância, esse profissional formado de maneira aligeirada, que não tem contato com esse debate mais crítico da formação profissional? Eu acho que nós vivemos essa contra posição. Nós temos hoje uma categoria profissional desconhecida. Eu acho que a gente não sabe hoje, considerando vamos dizer, em termos quantitativos, a maioria dos profissionais não tem essa vertente crítica que a gente propôs e lutou no projeto ético-político profissional, nessa renovação do Serviço Social, após a década de 80. Eu acho que isso ainda não está rebatendo lá na base da nossa profissão. (Luíza, supervisora acadêmica)

Esse movimento dialético da realidade social onde determinados fenômenos sociais se atualizam na contemporaneidade, como o conservadorismo, o neoconservadorismo aliado ao processo de reestruturação do capital e da racionalização do trabalho coletivo e a precarização das políticas públicas e educacionais na realidade brasileira, tem pressionado a construção de um perfil profissional mais operacional. Destacamos a partir dessa conjuntura a importância da defesa dos princípios contidos nas Diretrizes Curriculares em defesa da formação profissional de qualidade:

Então, eu infelizmente penso que existe uma identidade profissional mais no sentido operacional, vamos dizer assim, o próprio desenho das políticas sociais, a influência neoliberal nas políticas sociais, têm pressionado os profissionais assistentes sociais para serem operadores da política e não gestores dessa política. Então há uma pressão para que a gente, até pela própria precariedade do mercado de trabalho, as condições de trabalho, então existe uma pressão para que a gente volte a ser aquele profissional conservador, um neoconservadorismo que persiste em invadir o campo do Serviço Social. Porém, eu não sou pessimista a tão ponto de dizer também que nós assistentes sociais não estamos encontrando formas de resistir a isso. As vezes eu penso que a gente está vivendo novamente um momento de Reconceituação. Da mesma forma que nós tínhamos toda uma pressão da ditadura militar, de toda uma efervescência que acontecia na década de 60 e 70 e nos posicionamos e conseguimos fazer aquele congresso da virada, por exemplo, hoje nós estamos vivendo talvez a mesma situação, de forma uma pouco diferenciada porque hoje esse autoritarismo, essa coerção, ela é mais velada vamos dizer assim, e ela é legal, ela acaba sendo legal porque o desenho das políticas faz com que você se encaixe dentro delas. Então você entra na política de assistência social, tem as tipificações, tem as atividades que você tem que desenvolver, tem os critérios de elegibilidade que nós construímos. (Luiza, supervisora acadêmica)

Aliado a este princípio, as diretrizes curriculares preconizam a adoção do referencial teórico crítico que possibilita a apreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade; nesta perspectiva o profissional desenvolve o seu exercício profissional na direção do fortalecimento dos direitos sociais e da proposição de respostas críticas e criativas, frente ao agravamento da questão social.

Mais especificadamente voltado a estruturação do ensino, as diretrizes curriculares colocam a importância do mesmo padrão de qualidade no ensino noturno e diurno, a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e da supervisão de campo e acadêmica. Esses princípios configuram-se como estratégias de defesa da qualidade da formação profissional em Serviço Social em tempos de precarização e mercantilização do ensino superior.

A nova lógica curricular orientada pelas diretrizes curriculares está estruturada em núcleos de fundamentação, onde o processo de ensino-aprendizagem está voltado para a apreensão da dinâmica da realidade social. Os núcleos de fundamentação se articulam entre si, procurando evitar a pulverização e fragmentação de conteúdos.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. (ABEPSS, 2007, p. 74).

Diante das análises realizadas sobre a reforma universitária colocada em prática no atual estágio de desenvolvimento e expansão do capital, e nela a importância do ensino à distância a partir da perspectiva do mercado e do processo de acumulação capitalista, destacamos a importância do estágio supervisionado em Serviço Social diante da sua dimensão interventiva enquanto espaço de legitimação do compromisso ético-político profissional, em direção da defesa da formação profissional de qualidade e os desafios apontados para sua efetivação diante da atual conjuntura.

3.2 Estágio e Supervisão em Serviço Social: sua centralidade na formação e na construção da identidade profissional

A contemporaneidade exige cada vez mais dos profissionais qualificados e esta exigência reflete também no estágio supervisionado e em seus componentes. Segundo a Resolução CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008 (CFESS, 2008), a prática da supervisão de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social. Como supervisor de estágio, o assistente social acompanhará o conjunto de atividades desenvolvidas pelo estagiário, orientando-o nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da ação profissional do Serviço Social; mediante exercício reflexivo, desenvolverá com o estagiário as mediações necessárias à apropriação da relação teoria-prática.

De acordo com as Diretrizes Curriculares o estágio em Serviço Social pressupõe supervisão direta, tanto do supervisor de campo quanto do supervisor acadêmico. O assistente social da instituição campo de estágio, que é o supervisor

de campo, tem como competências a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estagiário, em conformidade com o plano de estágio que deve ser elaborado pelo discente e autorizado pela instituição de ensino e de campo. Já a supervisão acadêmica é realizada pelo assistente social, no exercício da docência na instituição de ensino superior; a este compete orientar e avaliar o processo de aprendizado do estagiário, com o intuito de qualificar o discente durante o período de realização do estágio.

A supervisão deverá ser feita em conjunto pelos supervisores de campo e acadêmico, com base nos planos de estágio elaborados pelos estagiários, devidamente aprovados pela instituição campo de estágio e pela instituição de ensino. As atividades que forem desenvolvidas pelo discente no campo de estágio, sob o acompanhamento do supervisor de campo, devem se configuram como objeto de orientação do supervisor acadêmico, permeando a discussão e fundamentação dos conteúdos trabalhados na supervisão.

Vale destacar que nem sempre esta supervisão direta acontece da forma correta e muitas vezes ela não acontece decorrente da precarização tanto do trabalho docente como do trabalho do assistente social supervisor de campo que não tem tempo de supervisionar estagiários.

Para que o estágio supervisionado em Serviço Social possua qualidade em todos os âmbitos é imprescindível a indissociabilidade entre o exercício e a formação profissional através de uma relação direta e contínua entre as instituições campos de estágio, instituições de ensino superior e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Outro problema que se destaca no estudo da relação teoria e prática refere-se aos instrumentais em Serviço Social, em muitas situações agravado pela ausência de estratégias e táticas inerentes à ação profissional, associada à falta de conhecimentos das correntes filosóficas que norteiam a profissão. Contudo a experiência de estágio pode ser empobrecida ou até frustrante, os sujeitos envolvidos no processo de supervisão – estudantes, supervisores acadêmicos e de campo – necessitam ter claro seus diferentes papéis, buscando num esforço coletivo a superação das dificuldades e limites que o exercício do estágio supervisionado apresenta no interior dos campos de estágio e das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs).

A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social constitui-se num debate mais recente na categoria profissional, tendo início principalmente a partir da necessidade de criação de parâmetros para a formação profissional diante das profundas transformações societárias vivenciadas nas últimas décadas no mundo do trabalho.

[...] o tema do estágio supervisionado não é novo na discussão sobre a formação profissional do Serviço Social brasileiro. Entretanto, no contexto de mercantilização da educação e contrarreformas do ensino superior, este debate ganha nuances e desafios que demandam novas respostas da categoria para a garantia da qualidade e dos compromissos profissionais com uma formação e intervenção críticas. (SANTOS; ABREU, 2013, p. 81).

Devido ao caráter interventivo do Serviço Social, que desde a sua gênese encontra sua função social a partir das respostas construídas coletivamente pela categoria a partir das profundas transformações societárias, torna-se necessário pensarmos a centralidade do estágio supervisionado no Serviço Social, principalmente através dos desafios postos ao exercício profissional na consolidação da práxis profissional, diante do velho e sempre atual dilema da relação teoria e realidade, sendo constantemente tema de debate nos fóruns e espaços de reflexão da categoria profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social toma visibilidade na categoria a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, adquirindo um novo estatuto na formação diante da necessidade da capacitação de um profissional que apreenda de forma crítica a realidade em que atua e a partir dela crie estratégias e alternativas de intervenção de forma crítica, propositiva e criativa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Sendo necessário, conforme nos coloca Cirlene Oliveira (2000, p. 103-104), com o velho paradigma em torno do estágio na formação profissional em Serviço Social.

Assim, pode-se afirmar que o desafio presente nesta forma de conceber o estágio supervisionado é romper com o paradigma de uma atividade direcionada majoritariamente para a informação teórica e a prestação de serviços por meio do exercício profissional. O estágio, além dessa prerrogativa, deve centrar-se no estudo dos elementos históricos e conceituais ministrados no curso de Serviço Social, aproximando-se de situações reais e experiências cotidianas, na tentativa de compreendê-las em suas múltiplas determinações e, dentro da realidade político-institucional, apresentar criativamente propostas de enfrentamento das expressões da questão social.

A partir das diretrizes curriculares, o estágio supervisionado ganha nova visibilidade no debate na categoria, sendo considerado central na formação ao contribuir com a construção da identidade profissional a partir de uma maior aproximação com a realidade social. Também é um momento de síntese teórico-práticas, ao possibilitar o exercício da mediação, onde apreendemos a totalidade dos fenômenos sociais a partir das particularidades que ligam o singular ao universal.

Apesar de caracterizar um avanço para a formação profissional em Serviço Social por garantir um patamar único no processo formativo em âmbito nacional, percebemos que sua efetivação ainda se configura como um grande desafio para a profissão. As diretrizes curriculares aprovadas pela equipe de especialistas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com alterações em relação às competências e habilidades propostas pelas diretrizes aprovadas pela ABEPSS, fragilizou a perspectiva teórico-metodológica adotada pela categoria. Estas mudanças, conforme nos coloca Iamamoto (2008b, p. 22):

Sofreu uma forte descaracterização tanto na sua direção social quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social [...] Na definição das competências e habilidades, a definição do direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimidos.

Ocorre um reducionismo em relação as diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS para as aprovadas pelo MEC. Esta última fragiliza a formação profissional ao descaracterizar as competências exigidas pela categoria, frente aos desafios postos pela realidade social. São competências e habilidades que devem ser apropriadas durante a formação profissional e compreendidas de forma crítica pelos sujeitos envolvidos nesse processo, diante do seu caráter político.

O conteúdo das diretrizes curriculares apresenta habilidades e competências que não procuram atender de forma acrítica as exigências do mercado de trabalho; mas sim que buscam capacitar o estudante a apreender criticamente o processo histórico como totalidade, criando estratégias de intervenção condizentes com os objetivos ético-políticos da profissão. As Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) podem escolher entre as diretrizes preconizadas pela ABEPSS e a aprovada pelo MEC, o que pode trazer diversas consequências para a formação profissional, diante do reducionismo elucidado anteriormente.

O debate contemporâneo tem apontado o estágio e a supervisão como um processo educativo ao propiciar uma vivência significativa para o estagiário onde ele possa desenvolver as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, nos tem levado a reflexão sobre a dimensão pedagógica do estágio supervisionado. Se a supervisão de estágio é uma atribuição ético-profissional segundo o Código de Ética de 1993, e o estágio tem uma dimensão educativa e crucial na formação profissional, ao permitir a contribuição da identidade profissional a partir do compromisso e a responsabilidade, o supervisor de estágio, principalmente o assistente social-supervisor de campo, não deveria ser preparado para realizar a supervisão.

O estágio é referenciado pela bibliografia e pela maioria dos sujeitos envolvidos no seu processo, como um dos momentos centrais na formação profissional, sendo o *lócus* propício de construção da identidade profissional alicerçada no compromisso político através de uma maior aproximação do estagiário com a realidade social através do espaço sócio-ocupacional do assistente social.

O estágio supervisionado em Serviço Social tem um importante papel no desvelamento da realidade social contribuindo para a apreensão crítica dos fenômenos sociais e como eles se expressam no cotidiano de trabalho do assistente social. Ao procurar superar a imediatividade da vida social expressa no cotidiano do exercício profissional, o estagiário desenvolverá o seu senso crítico, contribuindo neste mesmo processo de conscientização.

E se o estágio é um dos *lócus* privilegiados de construção da referida identidade a partir da inserção do estagiário na realidade profissional com objetivo de proporcionar um espaço de reflexão e crítica frente à mesma. Então não podemos desconsiderar a sua dimensão educativa.

Este é concebido como uma situação-processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido é o *lócus* apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação. (BURIOLLA, 1995, p. 79).

Assim o estágio supervisionado se configura como componente curricular obrigatório, sendo competência profissional elucidado no Código de Ética e se caracteriza como atribuição privativa.

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 2007, p. 84).

Dessa forma, a construção da identidade profissional está vinculada à realidade social, ao processo histórico da sociedade e da luta de classes, ou seja, deve ser compreendida a partir do contexto histórico onde se insere e toma materialidade, através da relação do homem com o mundo.

Destacamos a importância dos profissionais apropriarem do Código de Ética profissional e da lei de regulamentação da profissão dos seus princípios, prerrogativas e atribuições profissionais. Nelas encontram-se as atribuições privativas, competências e habilidades, que é importante o profissional se apropriar para poder desenvolver o seu trabalho em consonância com o projeto ético-político. Laura destaca essa dificuldade quando conseguiu seu primeiro trabalho logo após de formada:

A escolha da profissão, quando você vai fazer Serviço Social você não entende muito bem, aliás nem mesmo depois que você faz Serviço Social você entende muito bem o que vai fazer. Eu lembro que quando eu tive o meu primeiro trabalho eu liguei para uma professora. “E agora o que eu faço?” por que você sai da faculdade sem saber exatamente o que fazer. Principalmente quando você entra numa instituição onde não tinha Assistente Social antes, mas e aí você tem que começar um trabalho e você não sabe por onde começar mesmo depois de formado. E você começa a entender melhor o que o assistente social deveria fazer mas isso também você entende em partes porque o campo de trabalho do assistente social é muito diverso. (Laura, supervisora de campo).

No Código de Ética profissional encontram-se as competências, atribuições, prerrogativas profissionais que norteiam a intervenção do assistente social. Entre os direitos das(os) assistentes sociais, destacamos aqueles relacionados ao desenvolvimento de suas habilidades:

[...]
c - participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
[...]
g - pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população. (CFESS, 2007, p. 44).

Destacamos as competências profissionais que norteiam as ações profissionais:

Artigo 4º [...]

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993a).

No artigo 5ª, constam-se as atribuições privativas do assistente social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas, projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social. (BRASIL, 1993a).

É necessário que os assistentes sociais apropriem-se das competências e atribuições do Serviço Social materializados na lei de regulamentação da profissão e

no Código de Ética profissional. São essas prerrogativas que consolidam o compromisso da categoria com o projeto ético-político e norteiam o exercício profissional em Serviço Social.

Se o profissional não ter clareza dessas atribuições e competências, não conseguirá diferenciar o que é de sua atribuição e o que é de outro profissional, como observa na fala da supervisora Laura. Ao refletir sobre o que difere as suas competências com a de outro profissional:

A psicóloga faz terapia eu faço orientações, faço a parte burocrática, os projetos essas coisas, mas tem outras instituições, por exemplo, que não é assistente social que faz os projetos. Às vezes eu fico pensando, o que eu faço se eu não fosse assistente social eu poderia fazer. Agora você está me colocando em crise. Que diferença me faz ter feito Serviço Social para eu fazer o que faço hoje? Isso é uma boa pergunta. Que diferença faz ter o curso de Serviço Social para que eu possa fazer o que eu faço hoje? Por exemplo, quando assistente social do fórum pede um relatório ela pede para uma assistente social aí eu faço. Mas eu poderia fazer um relatório mesmo não sendo assistente social. Eu vou analisar a realidade social, a psicóloga vai analisar a parte psicológica da pessoa. Com base no conhecimento que a gente tem. (Laura, supervisora de campo).

Ao refletir sobre suas atribuições na instituição, a profissional considera que o que desenvolve qualquer outro profissional poderá desenvolver desde que tenha conhecimento técnico. Mas considera que determinadas funções, caracterizam enquanto competência profissional, como a participação em Conselhos. Destacamos a importância de o assistente social apropriar das suas atribuições e competências e perceber que o conhecimento, a visão de homem e de mundo também é um importante diferencial. Reforçamos a importância da categoria defender suas atribuições privativas nos espaços de trabalho. Acreditamos que mesmo que determinadas atividades não sejam próprias do Serviço Social, podemos desenvolvê-las diante dos nossos princípios e objetivos profissionais:

Mais administrativo-organizacionais, que eu entendo que não tem problema de isso ser competência da assistente social, mas isso são coisas que todo mundo consegue fazer e essas coisas que todo mundo consegue fazer a gente foi delegando funções para que eu pudesse fazer outras coisas, que talvez só eu poderia fazer, tipo os atendimentos, orientações, por exemplo, eu não faço mais os primeiros atendimentos, preencher fichinha, hoje tem outra pessoa que faz, mas entrevista quando precisa conhecer mais as pessoas, contatos, convênios, essas coisas mais de relacionamento, eu faço, participação de conselhos. (Laura, supervisora de campo).

O conhecimento apreendido durante a formação profissional é outro elemento destacado nas falas dos entrevistados para analisar o que é competência do assistente social ou não no seu exercício. Acreditamos que esse conhecimento contribui para a constituição da visão de homem e de mundo do assistente social e para que se aproprie das demandas historicamente requisitadas para o Serviço Social, enquanto expressões da questão social. Este conhecimento também colabora também para que o profissional (re)construa as propostas de intervenção, numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais e de maior autonomia das famílias e dos indivíduos, na direção do fortalecimento da classe trabalhadora:

Eu acho que é toda nossa bagagem que vai nos nortear o dia a dia, até onde a gente vai, esse limite, esta bagagem é o nosso conhecimento lá mesmo da faculdade, o conhecimento do dia a dia e o nosso dia a dia de trabalho na junção de tudo isso. (Marcela, supervisora de campo).

A supervisora Marcela destaca que, muitas vezes, quando tenta propor algo diferente do que é esperado pela instituição e pela equipe profissional, acaba ocorrendo um estranhamento, encontrando barreiras para sua realização. Entre esses desafios destaca-se a visão histórica que se tem do Serviço Social e das suas funções, do que é esperando pelas instituições e pela sociedade. Coloca também a disputa nos espaços sócio-ocupacionais em relação ao que é competência de cada profissional e considera que o acesso a cultura e a arte também é um direito da pessoa com deficiência.

Eu te falo que profissionalmente isso é muito delicado no local de trabalho. Eu mesma aqui na instituição quando trabalhava na área da saúde: “nossa mas vocês fazem isso?” “Isso é mesmo do Serviço Social?” Como por exemplo, numa reunião falar: “gente, vamos aproximar os meninos, na questão da cultura?”, “Mas o que a cultura tem haver com o Serviço Social?” não tem haver, mas é uma questão de direito, é um direito dele dessa aproximação, é pela via do direito. É a nossa formação geral de querer proporcionar sempre uma melhor qualidade de vida, da questão do direito. Mas a pessoa com deficiência tem necessidade de ir ao teatro, fazer uma oficina de teatro. A gente trazer algumas coisas assim, às vezes, causa um incômodo, ou perplexidade, por ver a profissão como algo que faz as coisas ou que entrega as coisas, benefícios eventuais ou encaminhamentos em situação de vulnerabilidade. Essa perplexidade vem de pessoas fora da profissão. Isso está vinculado com a forma que eles veem a profissão. E disso trazer certo desconforto em equipe interdisciplinar de achar também que isso não é seu e que você poderia estar entrando em outra área. Ai eu não sei da questão de você sempre oferecer, ofertar, diálogo, até mesmo grupos educacionais de bate papo com famílias, de não conseguir ver o Serviço Social ali. A gente até tinha os grupos lá atrás de desenvolvimento de comunidade e foram se perdendo, houve toda uma renovação,

transformação. E talvez a gente tenta trabalhar um pouco isso, gera também certa perplexidade quando você traz isso para uma realidade.

Destacamos que além de ser um direito, contribui para a socialização do usuário, o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, além de contribuir para a desmistificação do preconceito e construção de relações mais igualitárias. Princípios estes que são elucidados no Código de Ética:

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CFESS, 2007, p. 43).

Marcela destaca a correlação de forças existentes dentro da instituição em relação ao entendimento do que seja atribuição do assistente social ou dos cargos de coordenação no que se refere em situações de violação de direitos. Para a profissional, tudo o que tange a garantia dos direitos dos usuários está relacionado com o trabalho do assistente social, tendo como embasamento o princípio ético da defesa e garantia dos direitos sociais:

Por parte de alguns profissionais da equipe sim. Após certa rejeição inicial. Por parte da coordenação, (de alguns coordenadores), o Serviço Social na entidade é o profissional mais chato que tem, quanto menos você intervir, quanto menos você considerar o que ele fala é melhor, por parte de alguns da coordenação não mudou. Porque a formação profissional é outra, o olhar é outro, o objetivo é outro, contrasta muito com os nossos objetivos com os nossos ideais. Por parte de alguns profissionais que não conseguimos acessar, através mesmo da sensibilização diária, mesmo da normatização, de mostrar as questões legais, não. Hoje estou trabalhando só na área da assistência social, hoje tenho muita liberdade profissional, no espaço onde estou, mas em alguns outros espaços, onde temos uma coordenação de saúde e uma coordenação educacional aí existe uma dificuldade maior, e eu já trabalhei em outros espaços aqui dentro. (Marcela, supervisora de campo).

Ao refletir sobre o que se embasa para compreender se aquela demanda ou atribuição é do Serviço Social. A supervisora Marcela mais uma vez destaca a importância do conhecimento e menciona que é função do assistente social a orientação, dar a direção social para o acesso aos seus direitos e conseguir realizar

o encaminhamento necessário. E que muitas vezes, as famílias tem aquele profissional como referência, através do vínculo que estabelece com ele:

Na verdade eu acredito que todas as necessidades das famílias pode ser sim, demanda do Serviço Social. O que é legal isso. Qualquer dúvida, (a gente vê isso muito presente aqui na APAE), qualquer dúvida que a família tiver, sobre qualquer coisa, as vezes não é relacionada ao usuário: "Olha eu tenho meu filho aqui, mas meu pai está passando por isso e eu vim aqui para você me ajudar nisso, com o meu pai", ou seja, não é o usuário, porque eles tem assim, como falei anteriormente, a questão do direcionamento, a gente ajuda a fazer esse direcionamento, mas retomando, eu acho que toda necessidade da família é sim uma demanda do Serviço Social. Muitas vezes, a oferta daquele Serviço não é feita pelo Serviço Social e nem dentro da instituição, mas eu acho que a questão da orientação do usuário é do Serviço Social. (Marcela, supervisora de campo).

A supervisora Laura ao mencionar se houve alguma mudança da instituição e da equipe em relação à visão da profissão a partir da sua inserção profissional. Destaca:

O que mudou que eles comentam, é que a outra assistente social não fazia nada. Quando eu cheguei aqui você não via rastro de assistente social, não via um carimbo, você não via um nada, sabe. Tinha até estagiário aqui, mas não tinha nenhum contrato do estagiário, não sei se levou tudo embora o que aconteceu. Algumas coisas que eu fiz que é muito perceptível acho que não é do Serviço Social, mas da parte organizacional. Porque eu sou uma pessoa extremamente organizada e detalhista e coloquei ordem em algumas coisas que não tinha e isso ficou muito perceptível. Organização do prontuário que não existia estava tudo bagunçado, contatos que a gente faz com as pessoas, não era nada registrado e começamos a registrar. (Laura, supervisora de campo).

Em relação a visão do profissional anterior não realizar nenhuma função, deve ser melhor entendida e analisada. Consideramos que as vezes, a concepção que não fazia nada pode estar relacionada com o não fazer nada do que seja matéria do Serviço Social em consonância com o projeto profissional, pois a instituição espera algo do profissional e que este atenda minimamente as atribuições e funções esperadas enquanto assistente social, mesmo que esta visão institucional esteja imbuída numa perspectiva conservadora. É difícil acreditar que o assistente social anterior não fazia nada, já que o contratante seja órgão público ou privado exija que esse desempenhe suas atribuições.

Em relação a não existência da documentação, deve-se analisar a visão desse profissional em relação aos princípios éticos da profissão ou até mesmo sua relação com a instituição, com receio que seja violado alguma questão do sigilo

profissional. Apesar de configurar-se como uma hipótese em relação ao que possa ter ocorrido, é equivocada tal postura, já que estes documentos devem permanecer na instituição e ser repassados para o próximo profissional. Já que segundo a Resolução CFESS n. 493 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, sendo resguardado no seu Artigo 4º - “[...] o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos Assistentes Sociais.” (CFESS, 2007, p. 67).

3.3 A Política Nacional de Estágio e sua contribuição na efetivação do estágio supervisionado

A legalidade do estágio supervisionado é ressaltada por Cirlene Oliveira (2000) como um dos importantes elementos do estágio supervisionado ao contribuir para a sua realização conforme preconizado pela categoria profissional, procurando dar unidade entre o processo formativo e a experiência vivenciada no campo de estágio. Enquanto normativas que norteiam o processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, encontra-se todo o aparato ético-político e legal construído historicamente pela categoria na defesa da formação e do exercício profissional, onde se sobressai: a lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética profissional.

Pensando a formação profissional, destacamos as Diretrizes Curriculares como a base para a elaboração das outras normativas que direcionam e dão materialidade ao processo formativo em Serviço Social. As Diretrizes Curriculares, conforme mencionado no Capítulo 2, traz uma nova lógica curricular, procurando superar a fragmentação dos currículos, superando a visão do currículo mínimo, para a instituição de parâmetros, diretrizes e princípios que devem perpassar toda a lógica curricular, significando um novo paradigma na forma de conceber e construir os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

É importante reforçar que as Diretrizes Curriculares¹⁴ caracteriza-se uma construção coletiva da categoria profissional a partir da mobilização dos seus órgãos

¹⁴ Como tratamos das Diretrizes Curriculares no segundo capítulo, não nos atentaremos a elas neste momento. Apenas resgatamos sua importância por ser o referencial na construção da Política Nacional de Estágio.

representativos em âmbito nacional. É a partir das Diretrizes Curriculares que o estágio toma uma nova dimensão na formação profissional, ao ser considerado com um dos momentos centrais para a efetivação da relação entre teoria e prática, a partir da inserção do estágio supervisionado em Serviço Social, devendo estar articulada com os outros componentes curriculares. O estágio passa a ocupar o lugar central na construção da identidade profissional, conforme analisado anteriormente e explicitado pelas falas dos sujeitos entrevistados.

A Política Nacional de Estágio (PNE), aprovadas em 2010, produto da articulação coletiva da profissão, tendo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, protagonista desse processo, surge de um debate profícuo em defesa da formação e do estágio supervisionado de qualidade, diante de um contexto histórico marcado pela mercantilização do ensino superior, a crescente expansão das modalidades de ensino à distância e contraditoriamente, o sucateamento do ensino superior público. Cenário político relacionado com os desafios apresentados para a efetivação do estágio supervisionado de qualidade:

[...] ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p. 3)

A esses desafios, a política nacional de estágio configura-se como estratégia política da categoria na defesa da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado frente à precarização da política educacional brasileira, as exigências do mercado de trabalho, a mercantilização e expansão do ensino à distância e outros desafios. Tornou-se necessária a construção coletiva de uma normativa que orientasse a realização do estágio supervisionado em Serviço Social procurando superar desafios históricos da profissão como o distanciamento entre o campo de estágio e as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), a necessidade de parâmetros e de definições de atribuições para a realização da supervisão de campo e acadêmicas. Ao mesmo tempo que novos desafios que se apontam, frente

a aprovação da Lei n. 11.788 que dispõe sobre o estágio de estudantes, a preservação da supervisão acadêmica nas modalidades de ensino à distância e da supervisão direta de estágio, o estágio obrigatório e o não-obrigatório entre outros.

Não atentaremos a estes desafios, nossa proposta é elucidar a importância da PNE na efetivação do estágio supervisionado em consonância com as Diretrizes Curriculares em Serviço Social e com os princípios do projeto ético-político e sua contribuição na construção da identidade profissional ao propor parâmetros, diretrizes e definir atribuições para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social.

Além de dispor sobre os desafios colocados para a realização do estágio supervisionado e as configurações deste nas UFA's e nas legislações do MEC, como o estágio obrigatório e não-obrigatório. A PNE trata sobre a necessidade de preservação da supervisão direta de estágio e a defesa da resolução CFESS n. 533 de 29/09/2008. Abramides (2004) problematiza a tensão existente entre a exigência pedagógica da formação profissional pelo Serviço Social, de uma formação mais generalista, crítica, propositiva, e alicerçada em valores emancipatórios; e as exigências do mercado de trabalho, que coloca a necessidade de uma formação tecnicista e de mão-de-obra barata.

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra-barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador. (ABRAMIDES, 2004, p. 14).

Procurando criar respostas frente a esta conjuntura, a PNE propões diretrizes para a realização do estágio supervisionado para as UFA's, definido parâmetros para a sua realização e de princípios e de atribuições para os sujeitos envolvidos no processo de supervisão. Consideramos como um importante avanço, ao contribuir para maior clareza das atribuições e competências dos supervisores de campo, acadêmicos e estagiários, provocando uma maior aproximação e relação entre esses sujeitos.

Os princípios norteadores procuram uma articulação do estágio supervisionado com os princípios ético-políticos, materializados no Código de Ética profissional. Princípios estes que direcionam a formação e o exercício profissional na direção social construída historicamente a partir do compromisso firmado com a classe trabalhadora e que sinaliza a busca de superação com a identidade atribuída na gênese da profissão. Nota-se que esses princípios marcam a superação da dicotomia entre teoria e prática a partir da maior aproximação entre os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado, entre as UFA's e o campo de estágio e da relação do conhecimento apreendido na UFA e o campo de estágio.

Assim é colocado enquanto princípios norteadores: à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre Formação e Exercício Profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Em síntese, estes princípios procuram materializar a dimensão interventiva com a investigativa em Serviço Social, procurando a concretização da relação entre o conhecimento crítico, embasado na teoria social crítica de Marx e os complexos sociais estruturais e conjunturais que se expressam no cotidiano profissional e se particulariza no campo de estágio, tornando-se concreto pensado. Também reforça a importância das UFA's cumprir com seu papel social na sociedade, enquanto conhecimento útil e válido para toda a população.

Outro salto qualitativo da PNE está na definição das atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o que dá mais clareza do papel a ser desenvolvido e um norte para a realização da supervisão de campo e acadêmica. A supervisão é colocada como um dos princípios das diretrizes curriculares que fundamentam a formação profissional, sendo necessário um olhar atento da categoria para a forma como é operacionalizada nos campos de estágio e nas UFA's e destacada a importância da sua articulação no processo de supervisão. Estas duas modalidades de supervisão é colocada como duas dimensões do mesmo processo, envolvendo os sujeitos inseridos no processo de supervisão e os demais profissionais inseridos nos espaços sócio-opacionais.

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do(a) professor(a)-supervisor(a) no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais da(o) estudante pelo(a) assistente social, nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p. 19).

É necessário que os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de apropriem e tenham clareza da importância da supervisão de estágio em Serviço Social e que, principalmente, tenham espaço no processo formativo, tanto nas UFA's, na grade curricular, e no campo de estágio, devendo ter um momento para a realização da supervisão de campo, não ficando solto simplesmente no acompanhamento e orientação cotidiana. Mas que esta ocorra de forma sistemática enquanto momento de reflexão entre os sujeitos envolvidos. A supervisão de campo e acadêmica, enquanto dimensões do mesmo processo devem ser articuladas e inter-relacionadas, são ocorrendo de forma dicotômica na formação profissional.

Em relação às atribuições dos sujeitos envolvidos na supervisão de estágio, de acordo com a PNE, compete aos supervisores acadêmicos:

[...] o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (ABEPSS, 2010, p. 19)

Destaca-se a importância da mediação para a reflexão crítica da realidade social, onde as vivências do estágio supervisionado são analisadas a partir das singularidades da realidade social e sua relação com a universalidade dos processos sociais, com os fenômenos estruturais e conjunturais e as possibilidades de intervenção profissional. Já aos supervisores de campo cabe:

[...] a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p. 19-20).

Ao supervisor de campo cabe o acompanhamento da realização do estágio pelo estagiário, refletindo criticamente sobre o cotidiano profissional e as

possibilidades de intervenção de acordo com os princípios ético-políticos e as prerrogativas elucidadas na lei de regulação da profissão e nas demais normativas ético-legais que embasam o exercício e a formação profissional. O estagiário é considerado como:

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 20)

A partir dessas definições foram tecidas as atribuições de cada sujeito partícipe do processo de supervisão. É importante se apropriar dessas atribuições, pois elas dão as diretrizes para a operacionalização da supervisão de estágio e para o desenvolvimento do estágio supervisionado de acordo com os princípios das Diretrizes Curriculares, procurando consolidar um projeto de formação profissional crítico, de qualidade e articulado com os princípios profissionais e do projeto profissional, sendo uma forma de resistência e de preservação da formação profissional frente aos desafios contemporâneos, de sucateamento, precarização e agravamento da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a construção da identidade profissional em Serviço Social no Brasil se realiza ao longo do processo histórico de constituição e desenvolvimento da profissão nos marcos da sociedade capitalista tardia no seu estágio monopolista. Dessa forma, a sua constituição só pode ser compreendida a partir das mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e seus rebatimentos na classe trabalhadora, enquanto respostas dos setores dominantes da sociedade frente ao agravamento da questão social e suas expressões na vida social da classe trabalhadora. A questão social é entendida como a relação capital/trabalho e a disputa por hegemonia pelas classes sociais.

O Serviço Social surge enquanto resposta da articulação política entre Estado, burguesia e Igreja Católica num processo histórico marcado pelo agravamento das contradições do desenvolvimento da sociedade capitalista e do seu modo de produção num processo de busca pela globalização a partir da década de 1930, pós-guerra fria.

A identidade atribuída no início da profissão tem sua base no pensamento doutrinário da Igreja Católica, conferindo aos profissionais uma postura moralizante e de ajustamento do indivíduo à sociedade, concebendo a questão social como um problema de ordem individual e moral. Essa “ilusão de servir”, conforme nos coloca Martinelli (2007), era realizada pelas ações de instituições e de pessoas ligadas a emergente burguesia, tendo sua maior representatividade, às mulheres ligadas às ações da Igreja.

Esta identidade permaneceu no seio da categoria profissional ao longo dos anos, tendo sua legitimidade nas décadas seguintes, principalmente no período desenvolvimentista nas décadas de 1940, onde sob influência norte-americana, é incentivado e supervalorizado o uso da técnica. Neste período observa-se o desenvolvimento de práticas voltadas para ações individuais e coletivas através do desenvolvimento de caso, grupo e comunidade. A base religiosa alinha-se ao pensamento positivista-funcionalista científico, atribuindo um caráter de cientificidade à profissão.

Neste período, o país passou por um processo de intensas transformações sociais diante da crise do capital industrial, necessitando restabelecer as taxas de

lucros e de acumulação capitalista. Como alternativa preconizados pela autocracia brasileira e dos organismos colaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), torna-se necessária uma maior intervenção do Estado, procurando garantir a reprodução da sociedade capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas. Esta intervenção do Estado ocorre através das Políticas sociais e públicas, consideradas uma alternativa a partir do Estado de “Bem-Estar” Social. Sabemos que este Estado não se desenvolveu em sua plenitude no Brasil.

Nas décadas posteriores, principalmente a partir de 1960, inicia-se o esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano produto das contradições do modo de produção capitalista que o levou a mais uma crise econômica que trouxe reflexos para a classe trabalhadora. Verifica-se o agravamento das lutas sociais no país através do movimento da classe trabalhadora em busca pela efetivação dos seus direitos e do processo de redemocratização do país diante do recrudescimento da ditadura militar.

Esse momento histórico foi significativo para o Serviço Social rever suas bases sociopolíticas e ontológicas, instaurando no seio da profissão um processo de busca pela renovação e de questionamento da identidade atribuída à profissão. Conhecido como Movimento de Reconceituação, ele contribuiu para que o Serviço Social firmasse o compromisso com a luta da classe trabalhadora e se identificasse enquanto membro dessa classe, construindo o compromisso ético-político articulado na luta da classe trabalhadora em direção de uma sociabilidade justa e igualitária.

Sabemos que o Movimento de Reconceituação teve vários caminhos e descaminhos no Serviço Social e comportou diversas tendências na profissão, onde Paulo Netto (2008) caracterizou essas tendências de Modernizadora e de Reatualização do Conservadorismo.

A identidade profissional foi questionada durante esse período, onde várias formas de compreendê-la materializaram-se nos debates da categoria profissional, entre elas se o Serviço Social seria uma arte, uma ideologia ou trabalho.

A ruptura com o chamado Serviço Social tradicional ocorreu na década de 1980, onde historicamente se destaca a experiência de BH, conhecida como Método de BH. Ganha destaque a aproximação da categoria com a teoria social crítica de Marx, que conferindo uma nova dimensão na formação e no exercício profissional,

ao contribuir para uma apreensão crítica da realidade social a partir do seu método dialético.

A sociedade e a própria profissão é analisada e compreendida a partir das contradições das lutas de classes da sociedade capitalista, cuja propriedade dos meios de produção e a alienação do homem através do trabalho tem como eixo central do debate.

Destaca-se a obra de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho (2005): *“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”*, como maior expoente no Serviço Social, sinalizando o amadurecimento da profissão e sua aproximação com o marxismo, contribuindo para o processo de busca de ruptura com o tradicionalismo na profissão.

A construção do projeto ético-político simboliza um grande avanço para a categoria profissional, que apesar de ser hegemônico, encontra-se em disputa com outros projetos conservadores na profissão, o que pode ser evidenciado pela pesquisa realizada.

Compartilhamos da concepção de Iamamoto (2008a) que considera o Serviço Social como trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista e o assistente social como trabalhador liberal, que na verdade, sua materialidade se realiza através do assalariamento da sua força através da sua compra em venda no mercado de trabalho, seja no âmbito privado ou público, tendo sua intervenção mediado pela política pública e pela política social. Esta caracteriza como a base ontológica da identidade profissional em Serviço Social.

É consensual na profissão o avanço significativo da profissão na contemporaneidade, que diante do curto lastro de tempo, em termos históricos, desde sua constituição no mundo do trabalho, se fortaleceu enquanto categoria profissional, construindo um projeto profissional vinculado a um projeto societário em disputa na sociedade.

Entre outros avanços destacamos a articulação política dos assistentes sociais enquanto categoria, compondo junto com a classe trabalhadora na defesa dos direitos e evidenciando os mecanismos de exploração e dominação da sociedade. Criando importantes documentos e instrumentos na defesa da formação e do exercício profissional.

Na década de 1990, percebemos a maioria desses avanços como a construção coletiva da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), elevando a assistência social ao caráter de política pública e consequentemente enquanto direito. A regulamentação da profissão através da Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 e a revisão/aprovação do Código de Ética, consolidando e materializando o compromisso ético-político através dos seus princípios. Todos esses avanços foram realizados no ano de 1993.

Já em 1996, a categoria através do protagonismo da ABEPSS elabora as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, simbolizando um novo marco no processo de formação profissional em Serviço Social, definindo um perfil profissional em consonância com os avanços nas décadas anteriores, em todo o território nacional, através de princípios, diretrizes e dos núcleos de fundamentação.

O reconhecimento pelas agências de fomento como a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) do Serviço Social como área de produção do conhecimento e da sua cientificidade. Conhecimento este que também tem contribuído para denunciar as injustiças sociais, formas de exploração e os mecanismos de dominação da classe dominante, e ao mesmo tempo capacitando os profissionais para o seu fortalecimento e para a criação de estratégias para a defesa da qualidade da formação e do exercício profissional.

O estágio supervisionado adquire uma nova dimensão na formação profissional diante do caráter interventivo da profissão sendo considerado um dos momentos centrais ao propiciar uma maior aproximação do estagiário com a realidade social através do campo de estágio, contribuindo para a construção da identidade profissional.

Esse avanço também evidenciou diversos desafios para a realização do estágio supervisionado conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares, como a efetivação da relação entre a teoria e a realidade social, considerado como um dos entraves no processo formativo, frente à práxis profissional.

A precariedade das condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores de campo e dos docentes, que atualmente enfrentam a intensificação da jornada de trabalho. A dificuldade em conseguir campo de estágio de acordo com

as exigências da formação profissional, conforme elucidado pelos sujeitos da pesquisa.

A dificuldade de aproximação do campo de estágio com a universidade e dos supervisores de campo e acadêmicos. Na universidade pública de Franca/SP presenciamos o desafio da realização da supervisão acadêmica, que ainda não se entra oficialmente na grade curricular do curso, conseqüentemente, a não apropriação da importância da supervisão pelos estudantes.

O perfil que as Diretrizes Curriculares preconizam, complementa a identidade profissional, ao propor a formação de um profissional generalista, tendo o referencial na teoria social crítica de Marx. Contribuindo para a formação de um profissional dotado de competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; para intervir nas expressões da questão social a partir da análise crítica da realidade social e do Serviço Social nos marcos da sociabilidade burguesa.

E tendo como princípios a defesa intransigente dos direitos sociais e a luta pela emancipação humana. Procurando o constante aprimoramento intelectual e profissional. Tendo sua ação materializada nos princípios contidos no Código de Ética e na lei de regulamentação da profissão.

Percebemos pela pesquisa realizada, que os sujeitos entrevistados não possuem uma clareza do que seja a identidade profissional, aproximando no máximo da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho, mas não evidencia sua vinculação com a categoria trabalho e nem do debate contemporâneo em relação a sua constituição.

Os sujeitos da pesquisa consegue identificar os elementos que compõem essa identidade, como o projeto ético-político, o Código de Ética, a lei de regulamentação da profissão e destaca principalmente, ganhando grande expressividade, a importância do conhecimento tanto o apreendido na faculdade e a visão de homem e de mundo que norteia a profissão, como o vivenciado no exercício profissional. A importância do fortalecimento enquanto sujeito coletivo é outro elemento importante na luta pela emancipação política e humana.

Esse conhecimento e a visão crítica de homem e de mundo é o que norteia os profissionais para identificarem o que é ou não matéria do Serviço Social. Concordamos com esta perspectiva, mas percebemos que é necessário que os assistentes sociais se apropriem e compreendam as atribuições e prerrogativas

ético-legais contidas no Código de Ética e na lei de regulamentação da profissão que dão materialidade ao exercício profissional. Também destacamos a importância das competências e habilidades contidas nas Diretrizes Curriculares, que delineiam o perfil profissional que se deseja formar, como também das atribuições privativas contidas no Código de Ética.

É inegável nos depoimentos dos sujeitos a importância do estágio supervisionado na construção da identidade profissional e sua centralidade na formação em Serviço Social. Sendo unânime o reconhecimento do estágio enquanto momento de síntese e da relação entre teoria e prática. O estágio é colocado como um dos importantes elementos para a identificação do estudante com a profissão, mas considera pelos relatos, que quando desenvolvido sem a qualidade devida e exigida na formação profissional, esta identificação poderá não ocorrer, provocando frustração no educando ou até mesmo o abandono da profissional.

Esta situação não descaracteriza a dimensão que o estágio tem na formação. Pelo contrário, ainda o reforça, porque ele pode ser decisivo para identificação ou não com o Serviço Social. Diante disto, destacamos a importância da categoria criar mecanismos e estratégias em defesa da formação profissional de qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social, além da apropriação, aprimoramento, defesa e consolidação das Diretrizes Curriculares, da Política Nacional de Estágio e dos outros instrumentos de defesa da formação profissional como a Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008, que estabelece a supervisão direta de estágio.

Foi evidenciado pela pesquisa, que a identidade atribuída ainda permanece na profissão, sendo o Serviço Social requisitado para intervir em demandas históricas, onde ainda é considerado como o fiscalizador da pobreza, numa visão moralizante, ajustamento do indivíduo e numa perspectiva da ajuda. Esta concepção ainda permeia a visão dos órgãos e entidades que contratam a profissão e pelas equipes de trabalho. Pelos relatos dos supervisores de campo, observa-se uma mudança em relação a esta visão ao longo da atuação profissional, consolidando uma identidade alicerçada na defesa dos direitos sociais.

Em relação aos estudantes quando inicia o curso de Serviço Social, a visão ainda hegemônica, é a da ajuda e do profissional caridoso. Identidade esta que consideram que a formação profissional e o estágio supervisionado contribuem para

mudar, construindo uma nova perspectiva baseada na emancipação política e humana, tendo como norte o projeto ético-político.

Este cenário tem demonstrando que o conservadorismo permanece e se reatualiza no Serviço Social e tem configurado como um dos desafios para a formação e o exercício profissional diante da atual conjuntura e os desafios contemporâneos frente a reestruturação produtiva do capital e de contrarreforma do Estado e seus rebatimentos nas políticas públicas e principalmente da política educacional, que interfere na configuração da formação profissional no ensino superior no país.

Para finalizar, em muitos relatos dos sujeitos da nossa pesquisa, principalmente uma das falas das supervisoras acadêmicas, é que a identidade profissional como um tema difícil diante da escassa produção teórica relacionada à temática. Configurando como um desafio à realização da pesquisa. A maioria consegue elucidar o que norteia a sua identidade, mas não conseguem elaborar um entendimento em relação a mesma a partir da profissão, considerando um tema subjetivo.

Destacamos que é necessário que a categoria aproprie-se da identidade em Serviço Social, pois é ela que norteia o exercício e a formação profissional, balizado pelas competências, habilidades e atribuições profissionais, para que o assistente social consiga defender a profissão nos seus espaços de trabalho, desenvolva com qualidade e aprimoramento profissional suas prerrogativas em consonância com o projeto ético-político, rompendo com a visão messiânica e fatalista e com o conservadorismo, construindo e consolidando a identidade profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e perceba que a luta se realiza cotidianamente não somente nas instituições públicas e privadas, mas também enquanto sujeito coletivo articulado com seus órgãos representativos e com os movimentos sociais e de outras categorias.

A história tem evidenciado que a identidade profissional é algo que está em permanente construção e frente aos desafios contemporâneos, é fundamental defendê-la em contraposição a precarização do trabalho e o sucateamento do ensino. Para isto, compreendemos que é necessário, nestes 80 anos da profissão, 20 de Diretrizes Curriculares e 70 anos da ABEPSS, o resgate do acúmulo do Serviço Social e a partir das contradições, criar respostas de enfrentamento coletivo

do capital, “com a história na mão e a certeza na frente”¹⁵, a certeza do compromisso firmado coletivamente com a classe trabalhadora, a certeza da direção social da profissão e a certeza que a construção de uma sociedade justa e igualitária é possível.

¹⁵ Tema do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS: “A certeza na frente e a história na mão”, na cidade de Olinda/PE entre os dias 5 a 9 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social*. 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

_____. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2015

ABESS. CEDEPSS. Proposta Básica Para o Projeto de Formação, Novos Subsídios Para o Debate. *Caderno ABESS*, São Paulo, n. 7, p.15-58, 1997.

ABRAMIDES, M. B. C. *O ensino do trabalho profissional: o estágio na formação profissional*. Palestra proferida pela Profª Maria Beatriz Costa Abramides – Vice Presidente da ABEPSS – Região Sul II – Gestão 2003-2004. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://d.yimg.com/kq/groups/14216906/896963811/name/Palestra+Prof+Bia+Abramides+Est%C3%A1gio.doc>>. Acesso em: 4 fev. 2015

ABREU, M. M. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

_____. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

ALMEIDA FILHO, N. *Universidade nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília, DF: Ed. UnB; Salvador: EDUFBA, 2006.

ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2014.

_____. *O que é o toyotismo*. Londrina: Praxis, 2000.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 4).

ANDRADE, M. A. R. A. *Pensar e repensar a formação profissional: a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca*. 2007. 197f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARROCO, M. L. S. *Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Lisboa: CPIHTS. 2005. Disponível em: <www.cpihts.com/pdf02/lucia%20barroco.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei 3.257 de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício de assistente social. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Lei 8.742, de 7 de setembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e das outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 dez. 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jun. 1993b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória Nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BURIOLLA, M. A. F. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *O estágio supervisionado*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAPUTI, L.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Precarização da educação e os rebatimentos no serviço social. *Serviço Social & Saúde*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2015.

CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=01/10/2008>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Resolução CFESS nº 273, 13 de março de 1993. Institui o código de ética do/a assistente social e das outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2007. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Resolução nº 15 de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 mar. 2002. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Código de Ética do Assistente Social: Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social*. 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

_____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COELHO, M. A. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CORBIN, J.; STRAUSS, A. *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing research*. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.

CRESS 9ª REGIÃO (Org.). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social*. 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

DAHMER PEREIRA, L. *Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: _____.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). *Serviço Social e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DUBAR, C. A. *Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. *Mediações*, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, jan./jun. 2000.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONDIM, S. M. G. Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, Salvador, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

_____. *Escritos políticos*. Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: Ed. UNB, 1999.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: Ed. UNB, 2000a.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 62, p. 5-34, mar. 2000b.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

_____. *A instrumentalidade do serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. _____. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, G. W. F. *A razão na história: uma Introdução geral à filosofia da história*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.

HORKHEIMER, M. Filosofia e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. [et al.]. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975a. (Os Pensadores).

_____. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. [et al.]. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975b. (Os Pensadores).

_____. *Teoria crítica*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade: mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IASI, M. *Sobre o ofício de construir estrelas e os riscos das verrugas*. [São Paulo, 2008]. Disponível em: <<https://pedrasepoesias.wordpress.com/tag/mauro-iasi/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista Escola de Enfermagem*, São Paulo, v. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001.

JUNCA, D. C. M. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. *Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 10-22, set. 2009.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: Ed. UNB, 1999.

_____. Serviço Social e trabalho: do que se trata? *Temporalis*, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2000.

_____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

LUIZ, D. E. C. *Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional*. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, G. *As Bases ontológicas da atividade humana*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (***Temas de Ciências Humanas***, n. 4).

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 2003.

MACHADO, L. Políticas de subjetivação. In: MANFROI, V. M.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Org.). *Política social: trabalho e subjetividade*. Vitória: Edufes, 2008.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas.)

MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras : WEPI, 1999.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã: I – Feuerbach*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____.; _____. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____.; _____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Prefácio “Para a crítica da economia política”. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____. *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*. Trad. Maria Flor Marques Simões. Lisboa: Estampa, 1976.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. L. 1. v. 1. t. 1. (Os economistas).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. L. 1. v. 1. t. 1. (Os economistas).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A questão judaica*. 6. ed. Trad. Silvio D. Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

MASS, O. P. *Racionalidade dialética entre mito e esclarecimento: uma leitura da dialética do esclarecimento, de T. W. Adorno e M. Horkheimer*. 2001. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3834> Acesso em: 9 jan. 2015.

MÉSZÁROS, I. *O conceito de dialética em Lukács*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

_____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. *A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

_____. *A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

_____. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2000.

OLIVEIRA, I. I. M. C. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 737-749, out./dez. 2010.

PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, abr. 1994.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade entre a teoria e a prática? *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 94, p. 58-77, 1997.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: Ed. UNB, 2000.

_____. *Mediação e Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SANCHEZ VASQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. Trad. Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, C. M. Entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), professora Cláudia Mônica dos Santos. *Ser Social*, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 259-268, jan./jun. 2012.

_____.; ABREU, M. H. E. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: DAHMER PEREIRA, L.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). *Serviço Social e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época; v. 132).

SAVIANI, D. *Educação: do sendo comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1984.

_____. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Livros do Tatu : Cortez, 1991.

_____. *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. Percorrendo caminhos na educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, 2002.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

SILVA, M. O. S. *A formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os instrumento e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, M. L. S. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. *Outubro*, São Paulo, n. 7, p. 103-113, 2002.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. *Teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.

TANAKA, H. A razão redentora: a Escola de Frankfurt. *Akropolis*, Umuarama, v. 9, n. 2, p. 69-82, abr./jun. 2001.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VASCONCELOS, I. R. *Estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho preconizado ou processo didático-pedagógico?* 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário com os estudantes do terceiro ano

Questionário:

- 1.Como você concebia o Serviço Social antes de entrar na faculdade?**

- 2.Durante sua formação profissional como se desenvolveu sua concepção em relação a profissão?**

- 3. Atualmente como você compreende a identidade profissional do Serviço Social?**

- 4.Como compreende o estágio em Serviço Social?**

- 5.Qual o papel do estágio na construção da sua identidade profissional? Como?**

Respostas:



Apêndice B – Roteiro de entrevista semi-estruturada

Como você compreende a identidade profissional em Serviço Social?

Como se dá a construção da identidade profissional ao longo do processo histórico da constituição da profissão?

Quais elementos são fundamentais para a consolidação da identidade profissional em Serviço Social?

Qual o lugar do Estágio supervisionado neste processo?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Maicow Lucas Santos Walhers**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Profa. Dra **Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa tem por objetivo compreender como se configura a construção da identidade profissional em Serviço Social e como o estágio supervisionado contribui (ou não) nesse processo. Desta forma, os sujeitos significativos da nossa pesquisa são os supervisores de campo, acadêmicos e estagiários. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de _____ de _____.

_____.

Assinatura do participante

_____(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Maicow Lucas Santos Walhers

Endereço: Rua Alagoas, 05 – São Gabriel – Cássia/MG CEP: 37980-000

Tel: (35) 99162-0102

E-mail: maicow.assistentesocial@live.com

_____*(assinatura)*

Orientador

Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Endereço: Rua João Urias Pimenta – 4390 – Parque Franville CEP: 14.403574

Tel: (16) 999965-1170

E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br